

Francisco Antonio Nunes Neto



A CONDIÇÃO SOCIAL DAS LAVADEIRAS EM SALVADOR (1930-1939)
quando a História e a Literatura se encontram

Universidade Federal da Bahia
2005

Francisco Antonio Nunes Neto

A CONDIÇÃO SOCIAL DAS LAVADEIRAS EM SALVADOR (1930-1939)
quando a História e a Literatura se encontram

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Federal da Bahia, sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, para a obtenção do grau de Mestre em História.

Salvador-Ba
2005

*À minha Avó Joana Silva Santos, que tornou minha
mãe Maria Lúcia Santos Nunes, Doutora Honoris Causa
na arte de tornar filhos pessoas. Sem elas, nada teria sido
possível.*

*Acordava às cinco horas da manhã,
Como sempre... E, no trabalho, lavando
roupas, remendando vestidos, passando
ferro em camisas...*

Suor, janeiro de 1934.

- *Quede sua mãe?*
- *Saiu. Foi lavar roupa...*
- *E quem ficou em casa, com você?*
- *Minha irmã...*

Diário de Notícias, junho de 1938.

SUMÁRIO

RESUMO	6
RÉSUMÉ	7
ABSTRACT	8
ZUSAMMENFASSUNG	9
AGRADECIMENTOS	10
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO 1	
HISTÓRIA e LITERATURA EM TEMPOS VERTENTES	19
1.1 Outras Histórias... Outros Textos	22
1.2 Leitores e Leitoras das narrativas de Jorge Amado	29
CAPÍTULO 2	
DAS FONTES À INTRODUÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM SALVADOR	40
2.1 Entrou água! Aspectos do Saneamento Urbano na década de 1930	52
CAPÍTULO 3	
A CONDIÇÃO SOCIAL DAS LAVADEIRAS: <i>quando a História e a Literatura se encontram</i>	67
3.1 Carestia e Tensões Sociais	81
3.2 Condições de Trabalho: acidentes, “calotes”, furtos e outros fatos	85
3.3 Quando as doenças chegavam	95
3.4 Lavadeiras do Abaeté	97
3.5 Mudanças e Permanências no ofício de Lavadeira	102
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
FONTES	117
REFERÊNCIAS	118
ANEXOS	121

RESUMO

Em finais da década de 1920, uma reviravolta no campo de produção de conhecimentos históricos na França contribuiu para que outras fontes, problemas e temas de pesquisa emergissem. Neste sentido, o texto literário alcunhado como “romance histórico” passou a ser uma fonte de pesquisa a mais à disposição dos historiadores, pelo fato de estar presente neste tipo de narrativa, a leitura ou leituras dos literatos sobre dada conjuntura histórica.

Levando-se em consideração as questões postas, o trabalho ora apresentado visa a contribuir para essa discussão, que tem merecido a atenção de pesquisadores de diversos lugares e continentes, qual seja, fazer história social com literatura, buscando-se neste tipo de fonte, vestígios, pistas, enfim, outras possibilidades de registros que possam ter passado ao largo da percepção dos historiadores, que, durante muito tempo, depositaram credibilidade nos chamados “documentos oficiais”, considerando-os, única via capaz de *grafar* a história de um povo, não conseguindo e nem visando a *dizer* sobre as culturas diferentes existentes nas sociedades diversas, sobre as questões identitárias, as relações de gênero, assim como sobre *outras falas*.

Ao longo deste trabalho, tomaremos como referência para discutir aspectos culturais da história dos costumes de Salvador, as obras *Suor* (1934) e *Capitães da Areia* (1937) do escritor baiano Jorge Amado, nas quais à medida que vai tecendo enredos sobre o *modus vivendi na e da* cidade, acaba por apresentar ao leitor/pesquisador possíveis leituras sobre a história do lugar, captadas, inclusive, nos relacionamentos que o autor travava no seu viver cidadão.

Assim, a condição social das lavadeiras ditas por Amado não destoam dos registros encontrados ao longo da pesquisa nos Jornais Diário de Notícias e A Tarde entre os anos de 1930 e 1939 e, são estes registros que estaremos apresentando e discutindo a seguir.

RÉSUMÉ

A la fin de décennie de 1920, une révolution dans le champs de connaissances historiques en France a contribué pour que d'autres sources de problèmes et sujets de recherche émergent. Dans ce sens, le texte littéraire appelé "roman historique" a passé de être une source de recherché plus pour les historiens par le costume de être présente dans ce type de récit, la lecture ou les lectures des litérats sur une donnée conjoncture historique.

En se prenant dans considération les questions précédemment, le travail néanmoins vise à contribuer a cette discussion, qui a merité l'attention de chercheurs de diverses places avec la littérature, en se cherchant dans ce type de source des vestiges, des voies, en fin, d'autres possibilités qui puissent passé à la place de la perception des historiens que pendant beaucoup de temps ont déposé dans les appels de "documents officiels" seule manière capable de *grafar* l'histoire d'un peuple en ne reussissant pas et ni en visant a *dire* sur les cultures différents existantes dans les sociétés diverses dans les questions identitaires, des relations de type, ainsi que *d'autres paroles*.

Au long de ce travail, nous prendrons comme référence pour discuter des aspects culturels de l'histoire des habitues de Salvador, les oeuvres de l'auteur originaire de Bahia Jorge Amado *Suor* (1934) e *Capitães da Areia* (1937), dans lesquelles au fin et à mesure que en va en tisser trame sur le *modus vivendi* dans et de la ville, finit pour présenter au lecteur/chercheur des possibles lectures sur l'histoire de la place, captées, de même, dans les relations que l'auteur dans sa vie citadin.

Ainsi, la condition social des blanchisseuses (lavadeiras) dites par Amado, ne diffère pas excessivement des registres trouvés au long de la recherche, et sont ces registres que nous présenterons et en discutant en suite.

ABSTRACT

In ends of the decade of 1920 an overturn in the field of production of historical knowledge in France contributed so that other sources, problems and subjects of research emerged. In this direction, the nicknamed literary text as "historical romance" became to be more one source of research to the disposal of the historians, for the fact to be present in this type of narrative, the reading or readings of the Arts professionals on given historical conjuncture.

Taking in consideration the questions put previously, the presented work aims to contribute for this quarrel, that has deserved the attention of researchers of various places and continents, which either, to make social history with literature, searching in this type of source, vestiges, tracks, at last, other possibilities of registers that can have last to the plaza of the perception of the historians, that during much time had deposited in the calls "official documents" the unique way capable to write the history of a people, not obtaining and nor aiming to say on the existing different cultures in the different societies, in the identity questions, relations of genre, as well as of other speaks.

Along this work, we will take as reference to argue cultural aspects of the history of the customs of Salvador, the work of the baiano Jorge Amado *Suor* (1934) and *Capitães da Areia* (1937), in which as he is going to weaveing plots about *modus vivendi* in and of the city, finishes for presenting to the reader/searcher possible readings on the history of the place, caughts, also, in the relationships that the author showed in his urban live.

Thus, the social condition of the laundrywomen (Lavadeiras) said for Jorge Amado, does not disagree of the found registers along the research, and these registers will be presented and argued to follow.

ZUSAMMENFASSUNG

Der Umschwung, die in Frankreich am Ende der 1920er Jahre in der Produktion der Geschichtswissenschaft stattfand, lieferte andere Herangehensweisen an Quellen und Problemen der Forschungsthematik. In diesem Sinne wurde der literarische Text, der als Geschichtsroman galt, zur einer weiteren Forschungsquelle fuer Historiker Geschichtswissenschaftler. Der literarische Text waren in der Erzaehlung praesent. Die Lektuere der Literatur erlebte eine Geschichten-Konjunktur.

Diesbeueglich ist die hier vorgestellte Magisterarbeit ein Beitrag zur Diskussion, die die weltweite Aufmerksamkeit der Forscher foerdert. Die soziale Geschichte sollte auch mit Unterstuetzung solcher Quellen geschrieben werden. Diesen Quellen sind andere moegliche Verzeichnisse, die oftmals fuer viele Geschichtsforscher unbemerkt bleiben. Im Lauf viele Jahren galten die sogenannten »Offiziellen Dokumente« fuer Erzaehlungen verschiedener Kulturen in unterschiedlichen Gesellschaften als einzige moegliche Quelle der Geschichte eines Volkes, um zu dokumentieren, was bezueglich der Frage nach der Beziehung des Geschlechter und anderer Aspekte unzureichend und unbefriedigend sei.

Im Lauf diese Magisterarbeit verwendete ich als Referenzen die beiden Romane Suor (1934) und Capitaes de Areia (1937) des Schriftstellers Jorge Amado, um die Aspekte der Kultur der Stadt Salvador da Bahia zu dokumentieren. In den Werken von Jorge Amado, in denen die Geschichte durch Geschichten im Modus Vivendi na und da cidade verschlaichen erzaehlt wird, kann sowohl der Leser als auch der Forscher die Historie eines Ortes erleben - diese Orten werden spuerbar, sogar in der Beziehung, die der Schriftsteller zur seine Umgebung hat.

Sogleich sind die sozialen Bedingungen der Waescherinnen (Lavadeiras), die Jorge Amado in seinen Literatur-Romanen beschreibt, nichts anderes als das, was in den Forschungsergebnissen im Lauf der Geschichte zu finden ist. Im folgende werden diesen Register vorgestellt und diskutiert.

AGRADECIMENTOS

Eis o começo do fim! Devo confessar que esta é a parte mais melindrosa do trabalho, haja vista, que poderemos incorrer no erro de não mencionar nomes de pessoas importantes, não apenas para a realização desta pesquisa, mas que compartilharam comigo momentos de dores e amores. Antes de citá-las, peço licença para iniciar esta sessão agradecendo aos meus mentores espirituais pela iluminação e proteção diária em minha vida, na minha família, no meu trabalho e nos projetos em que me envolvo.

Minha família se mostrou pacientemente cuidadosa, entendendo que a minha ausente presença, teve uma razão de ser. A Edvaldo Guimarães, quero agradecer pela proteção e zelo. Ao irmão Rondon e as irmãs Radije, Radja, Morgana, Cristina e Regina. Aos sobrinhos Vanderson, Vitor, Rondon e as sobrinhas Ingrid, Sofie e Saphira. Aos sobrinhos afilhados Vinicius, Pedro e Beatriz Nunes. Também a Iracina Silva, Vitalina Silva e Márcia Cristina Santos.

Algumas pessoas se mostraram imprescindíveis para que este trabalho se concretizasse e, nesse sentido não posso deixar de começar pela orientação competente e discreta do Prof. Dr. Antonio Fernando Guerreiro de Freitas, que me permitiu alçar meus próprios vôos, a ele sou academicamente grato. Da mesma maneira, a Prof^ª Dr^ª. Lina Maria Brandão de Aras, que, desde o início, mostrou-me os passos primeiros a serem trilhados, e ao longo do processo, acompanhou dando sugestões para o desenvolvimento da pesquisa. Ao Corpo Docente do Programa de Pós-Graduação em História Social/UFBA, mais precisamente aos professores Ubiratan Castro de Araújo e Valdemir Zamparoni e às professoras Maria José Rapassi e Lígia Bellini, que acreditaram na possibilidade dessa pesquisa. À Prof^ª Dr^ª. Hilda Baquero Paraíso, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História Social/UFBA, o meu muito obrigado. Ao Prof. Dr. Christopher Dunn da University of New Orleans, pelas contribuições valiosas ao projeto original. Sou grato ao sábio amigo e guru, Prof. Jaime Sodré, pelas pistas iniciais desta pesquisa.

Impossível é não citar a valorosa contribuição dos/das professores/as, amigos/as e companheiros/as da Universidade Estadual de Feira de Santana/UEFS, instituição que me aliciou na seara acadêmica, mais particularmente, ao professor e amigo Valter Guimarães Soares, pela brilhante, competente e sensível maneira no trato dos assuntos históricos e educacionais. Aos professores Rogério Fátima, Alberto Heráclito Ferreira Filho, Onildo Reis David e Clóvis Luiz. Às professoras Andréa Rocha, Cecília Soares, Lucilene Reginaldo, Elizete

da Silva, Ione Celeste, Neivalda Freitas, Vilma Nascimento, Raquel Vale e Nacelice Barbosa. À amiga Rita de Cássia Aragão Matos, pelas conversas inteligentes e provocativas naquelas *noites nômades* de puro aprendizado. Da mesma forma, à Marta Rosas pelas dicas sutilmente sugeridas ao longo desse percurso.

À Eduardo Gabriel Alves Palma, sou grato pelos prazeres, tensões e lições que a vida nos proporcionou, *saudades*.

Tive a honra de encontrar nesta jornada acadêmica, duas grandiosas pessoas com as quais tenho dividido o aprendizado profissional e acadêmico, a Prof^a Márcia Regina Paim, companheira, amiga e competente pesquisadora com a qual realizo momentos de partilha e busca intelectual, e a Prof^a Vera Lúcia Brito, que além de parceira e irmã, é meu exemplo de conduta profissional. Devo lhe agradecer ainda por ter contribuído, presenteando-me com a versão em francês e com uma minuciosa revisão do texto ora apresentado.

Devo agradecer às contribuições das lavadeiras de diversas gerações, parte presente nesta pesquisa, sem as quais não seria possível estabelecer balizas entre as mudanças e as permanências nas práticas do serviço de lavagem de roupas. Aos alunos e alunas do Ensino Médio e da Graduação das instituições em que ensino, e em especial, a Jean Lopes que com sua arte abrilhantou parte da ilustração deste texto. A Valdir Santana pelo carinho demonstrado.

Aos meus colegas e amigos do C. E. Luiz Pinto de Carvalho. Quero destacar Jussara Bittencourt, que teve a sensibilidade de perceber os momentos de tensões e incertezas, frente ao caos dos meus horizontes. A Eliane Palma pela sensibilidade, carinho, cumplicidade e identidade profissional que mantemos. Ainda a Iranildes Costa, Ignês Ramos, Marilene Figueiredo, Briolângia Cruz e Eva Sanches. A Elneide Ariany, pela versão em inglês, e a Udo Stuenkel, pela versão em alemão. Aos professores Albérico Alves, Adão Bento, Pedro Cardoso e Valdomiro Santiago. E ao querido Dirceu Pereira, que me deu o “Socorro” na hora certa.

Também sou grato a Marina Santos, funcionária da Biblioteca dos Mestrados, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, pela paciência acadêmica demonstrada no exercício da profissão. A Rita Almeida e a Raquel Ávila, funcionárias da Biblioteca Central do Estado da Bahia que me enviaram parte do material utilizado na ilustração do texto.

Quero ainda salientar os nomes de outras estrelas de grandezas variadas, que em momentos importantes da minha vida, estiveram sempre presentes: Dalva Macedo, Marluce Macedo, Dorothea Sodrê, Rosângela Souza, João José Borges, Stella Soares, Emanuel Soares, Edmar Ferreira, Josivaldo Pires “Bel”, Maria do Socorro Silva, Iasnaia Carvalho, Luciene Reis, Vastil Moreira, Lucineide, Marielson Carvalho, Ademar Freitas, Miguel Maia, Cássio Aragão, Carlos Alberto Filho, Isaias Francisco de Carvalho, Suênio Campos, Raimundo Machado,

Joelma Limma, Núbia Lafaete, Cristina Caldas, Kleber Moura, Paulo Sérgio “Paulinho”, Jairo Nascimento, Luis Primo, Silviane Soares, Márcia Gonzalez, Olinda Medina, Jefferson Brandão, Girlaine Gomes, Florisvaldo Jr., Leila Gomes, Maria das Graças “Gal”, Rute “Rutinha”, Cláudia Nobre, Aldo José Morais, Luciana Falcão, Marinélia Souza, Laís Mônica, Marivaldo Cruz, Nilson Crusoé, Elisângela Oliveira, Sheyla Farias, Bianca Daeps, Patrícia Moreira de Carvalho, Alessandra Cruz, Danilo Uzêda, Neide Cardoso, Nádia Cardoso, Vilma Reis, Claudia Santos, Silvandira Arcaña, Hamilton Vieira, Nadir Nóbrega, Ariosvaldo, Carlos Edmilson Cerqueira, Mary Farias, Vera Dias, Neusa Carvalho, Tupinan, Mary Farias, Ana Regina, Claudete, Hilton Mota, Ana Paula Ferreira, Patrícia Lima, Idma Nathália e Antonio Pimenta.

A todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente, o meu muito obrigado!

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo, a concepção do *labor* de produção de conhecimento possível aos historiadores se fez por privilegiar determinadas temáticas que acabaram por colocar no centro das abordagens uma lógica verticalizada de *feitura* histórica que apenas valorizava aspectos relativos aos interesses das classes ligadas aos poderes institucionais, segundo e seguindo as suas próprias vontades. Nesta concepção de produção de conhecimento de cunho positivista, que vigorou até finais da segunda década do Século XX, os tipos de documentos utilizados e as abordagens a eles feitas, não permitiam aos historiadores dissecá-los nem tampouco estabelecer diálogos que tornassem possíveis a interação entre pesquisador e objeto de pesquisa.

As transformações impostas em boa parte do mundo com o fim da Primeira Grande Guerra (1914-1918) acabaram por interferir diretamente, e sob todos os aspectos, não apenas nas dinâmicas culturais até então vigentes, mas, sobretudo, nas formas de produção de conhecimentos nas diversas áreas: nas humanidades, na saúde, nas artes, da mesma forma que inaugura novas percepções e preocupações quanto a outras áreas e esferas de conhecimento, como das tecnologias.

Na área das *Humanidades*, as transformações processadas ao longo da década de 1920 contribuíram para o alargamento e *emergência* de *outros* olhares e interesses de pesquisa por parte dos historiadores: *temas, objetos e problemas*, inclusive, deve-se registrar que, até então, o texto histórico apresentava *noções* e *visões* de mundo, cujas perspectivas de abordagens mostravam-se restritamente de cunho masculinizantes, relativas aos interesses deste gênero humano.

Dessa maneira, o surgimento dos novos temas e fontes de pesquisa tornou possível aos historiadores reavaliar os métodos de pesquisa que utilizavam e, neste sentido, como *escafandristas* passaram a adotar outro tipo de relacionamento com a pesquisa e com as fontes históricas, que contribuiu para uma maior aproximação entre o pesquisador e os documentos de pesquisa histórica. Aos olhares dos historiadores, tudo existente no campo das experiências humanas passou a ser considerado como possibilidades de objeto e fontes de pesquisa histórica: a fotografia, a música, a narrativa literária, o filme, a obra de arte (pintura, escultura) e outras iconografias, o que conduziu a disciplina História estabelecer *relações de vizinhança*, com a Antropologia¹. Nestes diálogos estabelecidos entre estas disciplinas, as dinâmicas culturais

¹ Cf. SCHWARCZ, Lília K. Moritz. “Entre amigas: relações de boa vizinhança”. In: *Revista USP, Dossiê Nova História*, nº. 23.

passaram a valorizar determinados aspectos relativos às alteridades humanas, até então não captadas pelas *Ciências Humanas*. Segundo Schwarcz,

*“a diversidade e a alteridade, redutos de uma antropologia tão marcada pelo estudo do ‘outro’, passaram a ser flagradas não somente através do recuo geográfico, mas, nesse caso, por meio de um afastamento temporal, cujo estranhamento leva a crer na existência de outros homens e outros mundos”*².

No Brasil, a Semana de Arte Moderna (1922) ocorrida em São Paulo, os impactos proporcionados pela crise *novaiorquina* de outubro de 1929, juntamente com a Revolução de 1930, que simbolizou a derrocada política das oligarquias paulista e mineira e a ascensão sulista, também interferiram nas concepções de produção de conhecimento, não apenas na seara dos historiadores. Neste sentido, o texto literário despontou como *releituras* do entorno histórico e social, através de uma *história contada*³ em verso e prosa, por um grupo de ilustres literatos como: José Lins do Rego, Armando Fontes, José Américo de Almeida, Raquel de Queirós, Graciliano Ramos, Érico Veríssimo e Jorge Amado, num conjunto de obras literárias então denominadas *Romance de 30*.

Na Bahia, a vasta narrativa que compõe a obra literária de Jorge Amado, desde a sua primeira obra *O País do Carnaval* (1931) até a *Milagres dos Pássaros* (1997), permite captar através das lentes do literato não apenas a sua concepção sobre *Bahia e baianos*, mas as conturbadas transformações na política e economia nacional e internacional, consideradas nas respectivas fases ou ciclos. Como demais escritores do seu tempo, Jorge Amado utilizou-se de um rico repertório de imagens e cenas que compunham seu cotidiano, na composição das suas tramas, dramas e aventuras, que se refletiu em seus textos através da maneira como se apresenta: um *releitor* possível dos acontecimentos históricos daquele contexto.

Isso implica dizer que Amado escreveu numa conjuntura em que a ideologia comunista estava *engatinhando*, porém, a todo vapor no país; ideologia presente na sua narrativa pelo menos no primeiro ciclo, momento em que ele atuava como militante do Partido. Da forma como escrevia e pelo tipo de abordagem que fazia, Amado se insurgia como espécie de advogado e protetor das causas populares, mas sem minimizá-las ou ridicularizá-los enquanto sujeitos históricos. O tipo de romance praticado por Jorge Amado, pelo menos os situados entre as décadas de 1930 e 1950 acabou por evidenciar problemas relativos às duras condições de sobrevivência das classes populares brasileiras, reflexo do que o autor conseguia captar dos fatos ocorridos na política, na economia ou em nas cenas do cotidiano das cidades baianas.

² Op. Cit., p. 70.

As andanças e experiências nas ruas, becos e vielas somadas às questões de cunho político-partidárias, os embates e querelas de cunho existenciais tão propalados pelas idéias marxistas, os impactos ainda recente dos movimentos modernistas, as vivências nos rituais sacro-africanos e outras artes, permitiram aos jovens comunistas esboçar uma compreensão de mundo calcada em suas próprias práxis. Segundo o próprio Jorge Amado, os jovens militantes do PCB, como ele, experimentaram:

*“profunda e intensamente a vida popular da Bahia, na saga de nossa adolescência maravilhosa: atravessávamos os dias e as noites nos cafés de literatos mas sobretudo nas feiras, nos mercados, nas festinhas juninas, nas pensões de raparigas, nos saveiros, nas moquecas na Rampa do Mercado, no sarapatel nas Sete Portas, nas casas-de-santo, nos pejis dos orixás e na luta antifascista, irredutível”*⁴.

O convívio com este “outro” mundo e “outros” homens o colocou não apenas na condição de porta-voz dos então considerados “marginais” sociais, mas fez com que, através da sua obra, pudesse contribuir com as discussões e questões em torno das identidades nacionais e regionais, iniciadas no Brasil com o advento da Semana de Arte Moderna (1922), que favoreceu para o alargamento e compreensão sobre outras regiões do país, que não mais seria pensado dicotomicamente entre *Norte e Sul*.

Na obra de Jorge Amado, além da Bahia ser tratada como a síntese da nação brasileira, é também considerada, dentro da *cartografia* do país, o lugar em que os discursos da *modernidade* ganharam uma dimensão humana, diferente das posturas modernizantes adotadas pelos até então considerados eixos econômicos do país: São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Assim, é possível afirmar que “*Amado produz (...) uma identidade-síntese do baiano que além de guardar ligações com a realidade, torna-se realidade contraposta subjetivada por seus leitores e ouvintes*”⁵, esboçada na musicalidade, religiosidade, valorização do ócio e de outros costumes.

A utilização dos textos literários como documento-fonte de pesquisa histórica, foi o mote sobre o qual se tornou possível a elaboração deste trabalho, no qual, duas obras de Jorge Amado foram tomadas para a realização de um estudo que resulta na discussão ora apresentada, sobre de que maneira as narrativas literárias podem ser tomadas como objetos de estudos pelos/as historiadores/as, que buscam rastrear nas entrelinhas discursivas dos textos, elementos

³ Ver o importante trabalho organizado por CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. *A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

⁴ Amado, Jorge citado por RISÉRIO, Antonio. *Adorável Comunista: história política, charme e confidências de Fernando Sant’Anna*. Rio de Janeiro: Versal, 2002, p. 145.

⁵ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2001, p. 220.

de composição de narrativas que possibilitem ser utilizados pelos pesquisadores como balizas e referências para os estudos em *História Social*.

Cabe salientar que não se trata de um trabalho de crítica literária, em que no final o leitor teria como resultado uma comparação *linha-a-linha* sobre passagens dos textos literário e jornalístico. Ao contrário, os textos literário e jornalístico aqui são analisados na dimensão de fontes de pesquisa história, útil, necessário e fundamental ao labor dos historiadores nas suas práticas de investigação histórica.

Muito embora as obras *Suor (1934)* e *Capitães da Areia (1937)* sejam consideradas por alguns críticos e estudiosos da obra de Jorge Amado como textos menores com caráter de panfletos políticos, aqui elas são utilizadas como (*pré*)texto para a realização deste trabalho que discute *A condição social das Lavadeiras em Salvador (1930-1939)*, ou dizendo de outra maneira, como as duas obras foram escritas na década de 1930, elas são tomadas como referência para discutirmos sobre as práticas cotidianas das lavadeiras de Salvador naquele período. Dessa maneira, partimos de um elemento-personagem citado por Jorge Amado, que muito embora não apareça com densidade ao longo das narrativas, pode ser tomado como ponto de partida para compreender que fatores propiciaram emergir nos textos literários determinados elementos-personagens em detrimentos de outros, ou ainda, percorrendo um sentido contrário à maioria das abordagens sobre História e Literatura, tomar como referência um aspecto *micro* e inseri-lo numa dimensão *macro*, o que significa dizer que nenhum fato/acontecimento/elemento é abordado numa obra literária sem que tenha a devida importância para o literato, dentro de uma lógica complexa da sua compreensão de *sociedades*.

Assim, buscamos identificar na narrativa literária e no texto jornalístico extraído do *Diário de Notícias* e *A Tarde* de que maneira foram construídas representações sobre as condições sociais das lavadeiras, analisando em que medida há aproximações ou dissonâncias nas formas de fazê-lo. Neste sentido, sobre a utilização das narrativas literárias como fonte de pesquisa Heloísa Costa Milton salienta que o texto

“polemiza com a natureza dos fatos históricos, dando-lhe outra morada. Uma morada que alia a verdade contemplada na ficção com a verdade de corrente dos próprios fatos. Nessa medida, esse romance conta histórias da história e, muitas vezes, aquelas histórias que a própria historiografia não chegou a contar”⁶.

Dessa maneira, é a essa “*outra morada*”, essa outra maneira de abordar fatos e episódios históricos que esta pesquisa se propõe desvelar na medida em que visa adir a

documentação primeira, aqui entendida como o texto literário, na seara da pesquisa historiográfica, com a finalidade de evidenciar de que maneira o olhar do literato consegue captar e abordar questões que ainda não necessariamente possam ter sido discutidas pelas pesquisas históricas.

A intenção, portanto, não é submeter os textos literários a uma simples comparação com os textos dos jornais como se estes fossem capazes de uma maior aproximação com a realidade, ou o inverso. Antes, o problema que se busca evidenciar ao longo do trabalho é que não necessariamente há uma discrepância entre as formas de falar sobre o mesmo objeto por fontes distintas. Embora saibamos que literatos e jornalistas percorrem caminhos diferentes no seu processo criativo, em dado momento há uma equivalência na abordagem e, são esses *encontros* nas abordagens presentes nos romances *Suor* e *Capitães da Areia* e nos jornais *Diário de Notícias* e *A Tarde* sobre as lavadeiras que iremos focalizar.

Os estudos sobre *representações culturais* tem na obra literária um documento que precisa “*ser entendida como o estudo dos processos com os quais se constrói um sentido. Rompendo com a antiga idéia que dotava os textos e as obras de um sentido intrínseco, absoluto, único*”⁷. Neste sentido, é através dessa fonte documental que discutiremos as tensões de sobrevivência das mulheres que ganhavam o seu sustento na condição de lavadeiras na década de 1930. A delimitação do recorte histórico do estudo em questão (1930-1939) decorre da necessidade de pensar sobre as relações existentes entre produção literária enquanto atividade intelectual e sua relação com a conjuntura histórica.

O trabalho está estruturado em três capítulos que vão se revelando aos poucos como que interligados por um *fio condutor*. O capítulo I discute os impactos das transformações processadas durante a República Velha (1889-1930) que culminaram com a Revolução de 1930 e que contribuíram para o advento da criação de uma tendência literária alcunhada como Romance de 30, ao mesmo tempo em que analisa de que forma na Bahia, Jorge Amado figura como intérprete do *modus vivendi* baiano.

O capítulo II analisa as tensões diárias em torno das questões referentes ao consumo de água na cidade, as condições de trabalho em que as lavadeiras realizavam seus serviços nos aguadouros públicos como as fontes, chafarizes, diques e lagoas. Ainda, pontuaremos os impactos ocorridos em Salvador com a implantação do sistema de abastecimento e a *invenção-*

⁶ MILTON, Heloísa Costa. In: CUNHA, Eneida L. e SOUZA, Eneida M. (orgs.). *Literatura Comparada. Ensaios*. Salvador-BA: EDUFBA, 1996, p. 68.

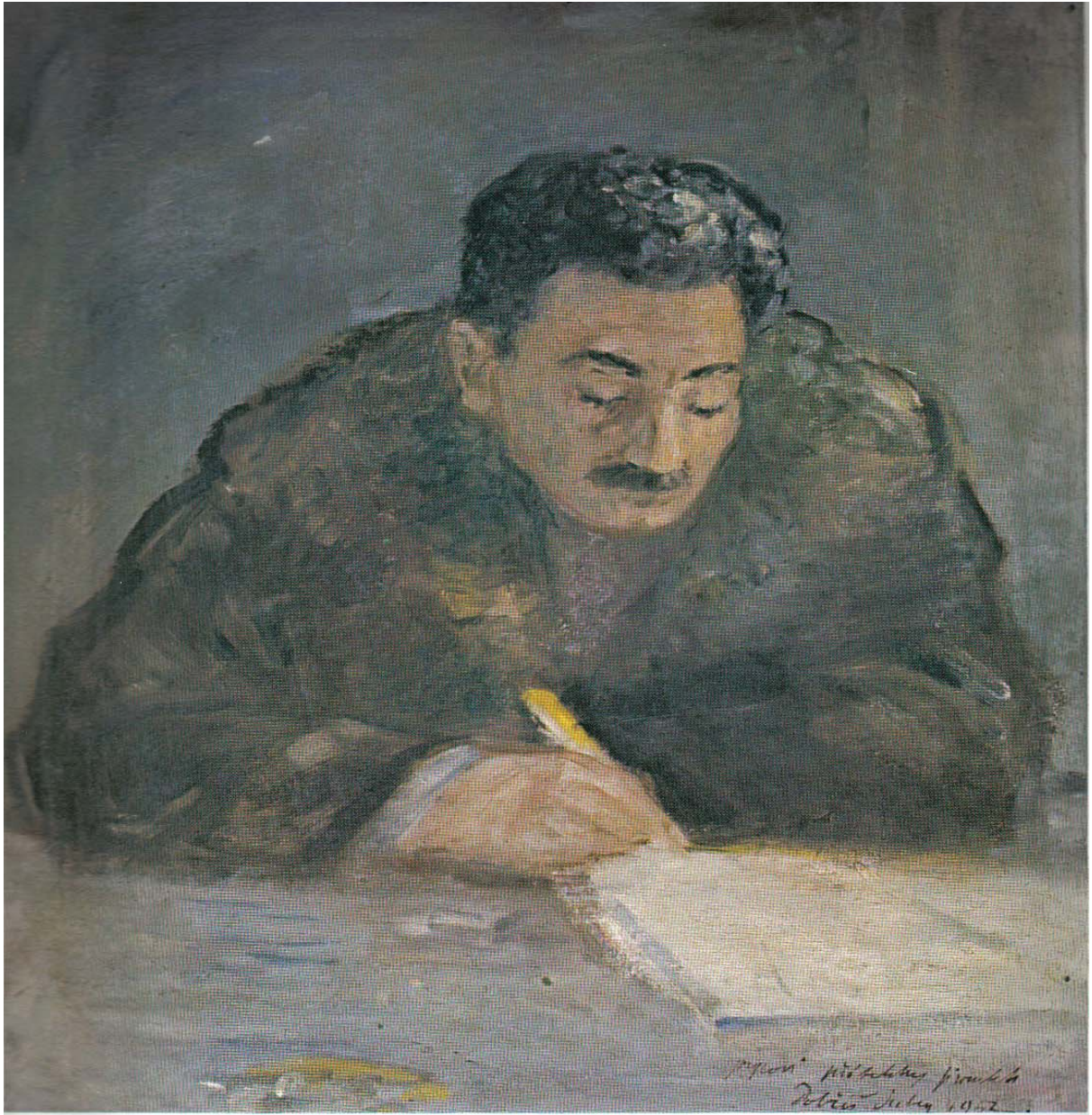
⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 27.

construção de um novo imaginário sobre a utilização deste recurso hídrico no contexto de urbanização e modernização das *práticas e costumes*.

Espinha dorsal deste estudo, o capítulo III, tese central, discute as relações possíveis entre História e Literatura, enfatizando aspectos relativos às tensões e sobrevivência das lavadeiras em Salvador entre os anos de 1930 e 1939. Para tanto, parte, de um lado, da análise das notícias e matérias veiculadas nos jornais *Diário de Notícias* e *A Tarde* nos quais foram transcritas informações sobre carestia, condições de trabalho, relações de gênero e doenças. Do outro, os textos *Suor (1934)* e *Capitães da Areia (1937)* são tomados como contrapontos para o desencadeamento do trabalho. Ainda, discute aspectos relativos às mudanças e permanências sobre o ofício de lavagem de roupas através de uma abordagem panorâmica das condições em que as lavadeiras continuam realizando seus serviços, tomando como balizas os documentos e registros orais encontrados no decorrer da pesquisa.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E LITERATURA EM *TEMPOS VERTENTES*



Frantsek Irosek. Retrato de Jorge, Tchécoslováquia, 1952. Óleo sobre tela, 73 x 60 cm

Em 1930... Toda a nação se incorporou ao movimento revolucionário, porque era uma caminho novo que se abria. Mas o movimento foi detido pela reconstitucionalização que se operou segundo os velhos moldes. Voltaram os erros, os vícios e os males do falido regime liberal que a política, restaurada da sua breve derrota e para a satisfação de seus mais obscuros propósitos, insistia em restabelecer... Assim novembro de 37 efetiva outubro de 30, aplicando na ordem as forças deflagradas na subversão.
CAMPOS, Francisco. *Os problemas do Brasil*.

A Revolução de 1930, no Brasil, marca não apenas a crise política do poder oligárquico, sobretudo, paulista e mineiro, como também sinaliza tempos que vertiam para um “*novo*” ordenamento político, no qual a vontade de inserir o país na onda da modernização à moda européia, deu lugar a um intenso processo de industrialização, higienização e urbanização dos centros urbanos.

Outubro de 1929 colocou na vitrine do mundo uma das maiores crises assinaladas na história da economia mundial, a *quebra da bolsa de valores de New York*. Esta acaba por interferir diretamente nas economias dos países dependentes como o Brasil. A crise *novaiorquina*, refletia um intenso processo de industrialização americana iniciada após a Primeira Grande Guerra (1914-1918), que deu aos Estados Unidos a condição de sair do lugar de devedor, conquistando o de maior credor mundial.

No Brasil, em outubro do mesmo ano, se processava a crise de superprodução do café, que se apresentava como principal produto de exportação da economia brasileira. A política nacional girava em torno de um acordo político denominado *Café-com-Leite*, que refletia a supremacia do poder oligárquico de São Paulo e Minas Gerais. Logo, a crise de 1929 afetou diretamente os andamentos daquele acordo, uma vez que tornou possível o desentendimento entre aquelas duas forças econômicas, até então aliadas.

Neste contexto de turbulência interna no qual se processava, também, a transição do poder presidencial, contrariando aos princípios do acordo acima mencionado, Washington Luís, então Presidente, indicou para sucedê-lo Júlio Prestes. Este fato marcou os desdobramentos da política nacional, uma vez que os desafetos entre as duas facções oligárquicas, favoreceu à formação da *Aliança Liberal*, organizada em torno da figura de Getúlio Dornelles Vargas, para disputar a presidência da República. Nesta aliança, João Pessoa figurava como candidato a vice de Vargas, e seu assassinato, funcionou como estopim para a deflagração da Revolução de 1930, no Brasil.

Aproveitando-se desta situação, Vargas chegou ao poder de maneira inusitada como Presidente, alegando a morte de Pessoa como crime político. Em torno desta inquietação

política, é que ocorre a tão propalada Revolução de 1930, que, como já dissemos anteriormente, sinalizou a chegada de tempos vertentes que proporcionaram, pelo menos nas grandes cidades, em certa medida, não apenas um (re)ordenamento político e econômico, mas um (re)ordenamento urbano, verificado pelo alargamento das ruas, do intenso processo de sanitização urbana, da implantação e abastecimento de água via sistema de tubulação e implantação e fornecimento de energia elétrica.

Estas transformações conferiram às cidades uma feição mais próxima dos ideais de modernização difundidos pelas nações européias, mais precisamente, simbolizados pela cultura francesa, que desponta neste contexto como símbolo de civiltude a ser copiado. Assim, assistimos a um intenso esforço de acompanhar as transformações processadas nos centros urbanos de economia desenvolvida.

1.1 Outras Histórias... Outros Textos

O romance histórico, de fato, conta histórias da história. Histórias originais, surpreendentes, inesperadas iluminações (...) as teses históricas são ali revistas, reviradas, parodiadas com a introdução de elementos estranhos aos domínios do romance histórico tradicional: a sátira e o humor estruturais; as categorias do mágico e do fantástico como formas de representação dos eventos históricos; o erotismo desbordante; o realinhamento do mito e das conquistas de uma cultura marcadamente multirracial.⁸

No final da segunda década do século XX, com as transformações ocorridas no campo das Ciências Humanas na França, a noção de história e produção de escrita histórica, foi ampliada e, esse fator, contribuiu para que outras abordagens, problemas e objetos fossem elaborados, dando margem a uma nova concepção do fazer historiográfico, que favoreceu a um novo tipo de relacionamento entre pesquisador e fonte de pesquisa histórica⁹. Da mesma maneira, tal advento inaugurou não apenas a possibilidade de um olhar diferenciado com relação às fontes, mas também proporcionou o alargamento no “leque” de documentos de pesquisa disponíveis para a investigação histórica.

As novas temáticas e objetos de pesquisa histórica, sinalizavam a necessidade de conferir um outro tipo de tratamento a questões outras que até então não faziam parte dos interesses de conhecimento dos historiadores, dando tanto visibilidade, quanto vozes aos considerados novos objetos de pesquisa.

Neste contexto, entre as décadas de 1920 e 1930, os historiadores ao colocar no centro dos interesses de pesquisa, *novos objetos e novos problemas*¹⁰, contribuíram para que aumentasse o arcabouço de documentos que passaram a ser utilizados como fontes históricas. Assim, ao longo deste trabalho, discutiremos como o chamado romance histórico passou a ser considerado como fonte de pesquisa para os historiadores.

No Brasil, as transformações políticas ocorridas com a *Revolução de 1930* proporcionaram o surgimento de um novo tipo de texto literário, denominado *Romance de 30*. O surgimento deste tipo de romance colocou em evidência não apenas o cotidiano histórico, como também deu visibilidade a personagens dantes relegados a terceiro ou quarto planos. Também fez emergir nas narrativas cenas e cenários de certas regiões, como é o caso do *Nordeste*; sem esquecermos o fato de que neste contexto, o texto literário de cunho

⁸ MILTON, Heloísa Costa. “O Romance Histórico e a Invenção dos Signos da História”. In: CUNHA, Eneida, L. e SOUZA, Eneida M. (org.). *Literatura Comparada: ensaios*. Salvador-BA: EDUFBA, 1996, p. 75.

⁹ Cf. LE GOFF, Jacques. *História Nova: novos objetos, novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

historiográfico, deu ênfase a uma problemática social, que muito embora pudesse ter sido abordada em outras obras, foi retrabalhada, desta vez, evidenciando e colocando no centro das abordagens, protagonistas representantes dos estratos sociais, outrora marginalizados. Assim,

“a emergência da análise sociológica do homem brasileiro, como uma necessidade urgente, colocada pela formação discursiva nacional-popular, dá ao romance nordestino o estatuto de uma literatura preocupada com a nação e com o povo, mestiço, pobre inculto e primitivo em suas manifestações sociais (...).”¹¹

Assim, o romance histórico como o praticado na década de 1930, se converteu em um texto literário, porém, com o compromisso social de problematizar o ambiente físico e social que propiciou o seu surgimento. Desta maneira, pensar o texto literário-histórico implica perceber de que forma o literato consegue *dizer* sobre a história, sem necessariamente utilizar as mesmas ferramentas (documentos) que os historiadores dispõem. Os homens das letras gozam de autonomia imaginária no seu ofício de escrita e produção de narrativas literárias, diferente dos historiadores que precisam balizar a sua escrita historiográfica através das fontes de pesquisa. O literato não tendo o interesse de posicionar-se como historiador, consiga *dizer* sobre fatos e acontecimentos ocorridos no seu entorno histórico ou não, porque conseguiu captar de maneira criativa, detalhes que possam ter passado despercebidos aos historiadores, e com um espírito sensível que os historiadores – pelo menos na maioria dos casos – não possuem.

“a problemática do mundo como representação, moldado através das séries de discursos que o apreendem e o estruturam, conduz obrigatoriamente a uma reflexão sobre o modo como uma figuração desse tipo pode ser apropriada pelos leitores dos textos (ou das imagens) que dão a ver e a pensar o real (...).”¹²

O que implica dizer que o texto literário, enquanto fonte de pesquisa para o historiador se revela como um instrumento de análise que propicia desnudar os fatos históricos, ou uma releitura sobre estes, sobre outros ângulos e prismas. Fonte privilegiada,

“torna-se claro, antes mais, que nenhum texto (...) mantém uma relação transparente com a realidade que apreende. O texto literário ou documental, não pode nunca anular-se como texto, ou seja, como um sistema construído consoante categorias, esquemas de percepção e de apreciação, regras de funcionamento que remetem para as

¹⁰ Idem.

¹¹ ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Op. Cit., p. 107.

¹² CHARTIER, Roger. Op. Cit., p. 24.

sua próprias condições de produção (...) o que leva, antes de mais, a não tratar as ficções como simples documentos, reflexos realistas de uma realidade histórica, mas a atender à sua especificidade enquanto texto situado relativamente a outros textos e cujas regras de organização, como a elaboração formal, tem em vista produzir mais que mera descrição (...).”¹³

É dessa maneira que as narrativas literárias aparecem como possibilidade de fonte para o historiador pesquisar dada realidade/época histórica, uma vez que este tipo de texto “*revela facetas ocultas [redescobrimo – grifo meu] um velho universo [inventando – grifo meu] um novo*”¹⁴. Entretanto, não se trata de entender o romance histórico como sendo um produto historiográfico no sentido que o termo encerra, mas antes disso, percebê-lo como uma possibilidade de novas leituras dos signos da História. Entenda-se para tanto, que “*não é tarefa sua transcrever fielmente os fatos do passado, num intento de abranger uma verdade definitiva que nem a própria historiografia estabelece; não é tarefa sua copiar o discurso da História*”¹⁵.

Assim, a década de 30, no Brasil, possibilitou a emergência de um novo tipo de romance, cuja alcunha, “Romance de 30”, reflete as transformações processadas na política, economia, sociedade e cultura brasileira. Tal atmosfera proporcionou uma nova percepção sobre determinadas regiões brasileiras, assim como, uma publicização das culturas destes lugares. Este processo de (re)descoberta no Brasil – pelo menos em larga medida – inicia-se com a Semana de Arte Moderna, ocorrida em São Paulo em 1922, movimento de cunho, sobretudo, artístico e cultural, que visava a promover um *reolhar* para as culturas internas, promovendo uma valorização dos elementos culturais nacionais a partir dos regionais, incentivando a valorização dos repertórios sócio-culturais intestinos existentes, em detrimento às cópias feitas da produção artístico-cultural européia. É dessa forma que um texto sobre o *Nordeste* começou a *emergir*, começou a ser tecido¹⁶. Para Antonio Candido a década de 30 no Brasil, favoreceu ao surgimento de um

“romance fortemente marcado de neonaturalismo e de inspiração popular, visando aos dramas contidos em aspectos característicos do país: decadência da aristocracia rural e formação do proletariado (José Lins do Rego); poesia e luta do trabalhador (Jorge Amado, Armando Fontes); êxodo rural, cangaço (José Américo de Almeida, Raquel de Queirós, Graciliano Ramos); vida difícil das cidades em rápida transformação (Érico Veríssimo).”¹⁷

¹³ Idem, p. 63.

¹⁴ Cf. MILTON, Heloísa Costa. “O Romance Histórico e a Invenção dos Signos da História” in: CUNHA, Eneida L. e SOUZA, Eneida M. (orgs.). *Literatura Comparada: ensaios*. Salvador: EDUFBA, 1996, p.68.

¹⁵ Idem, p. 69.

¹⁶ Cf. ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Op. Cit.

¹⁷ CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade. Estudos de Teoria e História Literária*. 5ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976, p. 123.

Na Bahia, esta conjuntura assinalada pela Revolução de 1930, influenciou na produção literária do *jovem comunista* Jorge Amado, que, como nenhum outro, para além de ser um escritor de putas e vagabundos¹⁸, como sugeriu Ana Paula Palamartchuk, contribuiu para a visibilização do *modus vivendis* das camadas desfavorecidas do *território* baiano, ou para usar uma expressão de Sidney Chalhoub, as *classes perigosas*¹⁹.

Dono de uma vasta produção romanesca, Jorge Amado contabiliza um total de 32 obras literárias, nas quais ele inaugura um novo “trato” sobre a Bahia e sobre os baianos, a partir da década de 30. É possível falar em “Bahias”, visto que, ao longo de todas as suas narrativas, a maneira como Amado desenha o Sertão (*Seara Vermelha* – 1945; *Teresa Batista* – 1972), numa paisagem hostil, seca, representada pela caatinga, em nada se compara com a que tece sobre Salvador e Recôncavo Baiano (*Suor* – 1934; *Jubiabá* – 1935; *Mar Morto* – 1936; *Capitães da Areia* – 1937; *Bahia de Todos os Santos* – 1945; *A Morte e a Morte de Quincas Berro D’água* – 1961, *dentre outros*), nos quais a Cidade aparece como um espaço de sociabilidade.

Devemos considerar que a entrada de Jorge Amado no Partido Comunista Brasileiro, também na década de 30, contribuiu para que o autor na sua leitura e compreensão da sociedade desse prioridade à condição material de existência da população marginalizada, fosse em Salvador, no Sertão ou no Recôncavo. Acresça-se que o ingresso e envolvimento daqueles jovens comunistas nos *cultos sacros Afro-brasileiros* também exerceu forte influência não apenas nas temáticas selecionadas para a produção literária, mas a maneira como fizeram. Segundo Antonio Risério,

“as andanças de nossos jovens comunistas, percorrendo à vontade as ruas de Salvador e experimentando, com notável freqüência e intensidade, a vida cultural popular excepcionalmente organizada da Bahia de Todos os Santos, suas cidades, suas ilhas e seus recôncavos, acabaria por conduzi-los, de modo natural, quase que inevitável, ao cotidiano e às festas sagradas dos Terreiros de Candomblés, espaço de expressão concentrada da religiosidade de nossa gente”.²⁰

¹⁸ PALAMARTCHUK, Ana Paula. “Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos?” in: CHALHOUB, Sidney. *A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

¹⁹ Cf. CHALHOUB, Sidney. “Classes perigosas”. In: *Revista Trabalhadores*. São Paulo-Campinas: Unicamp, 1990, n°. 06.

²⁰ RISÉRIO, Antonio. *Adorável Comunista: história política, charme e confidências de Fernando Sant’Anna*. Rio de Janeiro: Versal, 2002, p. 150.

Assim, é neste contexto de início de século XX, que se insere a narrativa amadiana como releitora e porta-voz do seu entorno histórico sendo, evidentemente, influenciada por ele. Para Palarmatchuk,

*“é recorrente nos primeiros romances de Amado a tentativa de reinterpretação histórica do país. Ainda que essa tentativa apareça de forma crescente nesses romances, sua versão de história pretende colocar no centro das narrativas personagens populares, o que pode ajudar a revelar um projeto social do autor. Mas para entender a sua nova versão da história do Brasil [sobretudo, Bahia – grifo meu] e seus sujeitos, é preciso, antes de mais nada, perceber qual o papel social que o autor define logo de início para si”.*²¹

A narrativa amadiana é fruto de uma atmosfera política em que as discussões em torno das questões sociais, raciais e históricas assinaladas por um passado recente da implantação do Regime Republicano no Brasil (1889), estavam ainda efervescentes. Neste sentido, três obras despontaram como espécies de marco no pensamento sociológico e histórico brasileiro: *Casa-Grande & Senzala* (1933) de Gilberto Freyre, *Raízes do Brasil* (1936) de Sérgio Buarque de Holanda e *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942) de Caio Prado Jr., obras que exerceram grande influência na produção acadêmica da época e, em larga medida, ainda utilizadas na atualidade, basta ver a quantidade de referências feitas a estas obras.

As três obras refletem uma linha de interpretação social de um Brasil, que teve em seu processo de formação cultural e histórica uma espécie de “*encontro sangrento*”²² entre as matrizes do povo e cultura brasileira: indígena, européia e africana. Gilberto Freyre, criador de uma renovada imagem das etnias que formaram a sociedade nacional, oferece uma nova “*roupagem*” ideológica e um sentido mais “*positivo*”. Para ele, a redefinição dos valores raciais e grupos étnicos formadores teve como primado afirmar o mundo senhorial brasileiro, o mundo dos brancos.

Assim, *Casa-Grande & Senzala* é uma obra que procura contar a história do senhor de engenho, do seu relacionamento com o mundo e com as coisas que o cercavam, dos seus valores, crenças e atitudes. Espécie de livro-tese, nessa obra Freyre alude ao caráter de hibridização como marca do processo de formação histórico-cultural do Brasil, atribuindo ao clima a “*inércia*” na maneira de produzir, diminuindo a capacidade de trabalho deste povo.

Resume o autor:

²¹ PALAMARTCHUK, Ana Paula. Op. Cit. p. 336.

²² Parafrazeando Darcy Ribeiro, em *O Povo Brasileiro*. Texto onde o autor reflete sobre o processo de formação da cultura brasileira, a partir do encontro etnosuicida entre as matrizes de origem africana, indígena e européia.

*“considerada de modo geral, a formação brasileira tem sido, na verdade (...) um processo de equilíbrio de antagonismos. Antagonismos de economias e de cultura. A cultura européia e a indígena. A européia e a africana”.*²³

Observe-se que o autor repete a palavra “*européia*” duas vezes, promovendo uma ênfase que revela para aquele momento da história do Brasil, a relação de mando e poder exercido por aquela etnia, sobre as duas *outras*: a indígena e a africana.

Em *Raízes do Brasil*, Sérgio Buarque de Holanda constata o grande obstáculo para a formação de uma identidade nacional. É uma síntese interpretativa da trajetória histórica brasileira que discute o seu presente e futuro, acertando as contas com o passado. Logo de início, o autor retrata a origem do “*problema*” para a construção da referida identidade nacional, que na realidade corresponde ao processo de constituição da nação *brasilis*. Desse modo,

*“a tentativa de implantação da cultura européia em extenso território, dotado de condições naturais, se não adversas, largamente estranhas à sua tradição milenar, é, nas origens da sociedade brasileira, o fato dominante e mais rico em conseqüências. Trazendo de países distantes nossas formas de convívio, nossas instituições, nossas idéias, e timbrando em manter tudo isso em ambiente muitas vezes desfavorável e hostil, somos ainda hoje uns desterrados em nossa terra”.*²⁴

O autor entende que a chegada portuguesa nas terras do Novo Mundo, se deu em virtude do caráter aventureiro daquele empreendimento, atribuindo aos portugueses o caráter de portadores efetivos e naturais para aquela missão²⁵. Assim como Freyre, Buarque traça uma radiografia do processo de formação do que se passou a chamar depois de algum tempo *Nação Brasileira*. Considerando que, mais uma vez, a cultura portuguesa aparece nitidamente como superior às demais, sem perder de vista o árduo caminho que os europeus tiveram que percorrer no sentido de “*melhor se adaptar*”, ao lugar e clima.

Entretanto, é ao povo africano que Buarque atribui o mérito de colocar tal empreitada em funcionamento, ou seja, sem a mão-de-obra dos negros africanos escravizados no Brasil, é pouco provável que a economia colonial tivesse chegado àquele desenvolvimento, mesmo levando-se em consideração a forma vil como eram tratados. Por este motivo, a tão propalada “*Abolição*” da escravatura (1888), segundo o autor, “*se a data (...) marca no Brasil o fim do*

²³ FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de Economia Patriarcal*. 9ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1958, p. 73.

²⁴ HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1971, p. 03.

²⁵ Idem, p. 12.

predomínio agrário, o quadro político instituído no seguinte quer responder à conveniência de uma forma adequada à nova composição social”²⁶

Rejeitando análises transplantadas dos centros hegemônicos, a preocupação central dos intérpretes do Brasil é encontrar a especificidade de nossos problemas históricos e suas possíveis “soluções”.

De acordo com Caio Prado Jr., a formação do Brasil Contemporâneo foi impulsionada pelas reações inconformistas provocadas pelo profundo mal-estar em relação à pobreza, ao atraso, à instabilidade e a irracionalidade que caracterizavam a vida do país. É este processo histórico, de longa duração, que leva ao aparecimento de uma diferenciação progressiva entre o colonizador português e um novo personagem histórico que é o brasileiro. Surge, assim, o esboço de um povo que luta para controlar os seus destinos, suas angústias, seus anseios, seus desejos, suas vitórias e derrotas.

Como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, Prado Jr., pontua a longa marcha para constituição da sociedade brasileira, levando-se em consideração, o que ele chama de *sentido da colonização*. A tese do autor é que tal sentido se fez por colocar a economia colonial a serviço dos interesses metropolitanos, razão pela qual, durante mais de três séculos, estivemos voltados a atender as exigências da economia metropolitana. Este advento inviabilizou o desenvolvimento econômico da Colônia, fator que reflete a fragilidade econômica que possuímos. Cabendo salientar que as relações sociais estabelecidas não proporcionaram um convívio menos trágico entre os que possuem e aqueles que nada tem. Assim,

*“vimos as condições gerais em que se constituiu aquela massa popular (...) que vive mais ou menos à margem da ordem social: a carência de ocupações normais e estáveis capazes de absorver, fixar e dar uma base segura de vida a grande maioria da população livre da colônia”.*²⁷

Não só a trajetória intelectual, mas também a produção literária de Jorge Amado refletem essas preocupações com as condições de sobrevivência social dos seus personagens. Isto denota, mais uma vez, a leitura que Amado fez do seu entorno social, uma vez que na sua narrativa, os discursos dos personagens representam uma conformação social ainda muito jovem, porém presa a um passado colonial de afirmação do poder de uma elite conservadora, prepotente e racista.

Prenhe dessa atmosfera, a narrativa amadiana reflete as duras transformações ocorridas na *Bahia de Todos os Santos*. Em *O País do Carnaval (1931)*, *Suor (1934)*, *Jubiabá (1935)*,

²⁶ *Ibidem*, p. 126.

Mar Morto (1936) e *Capitães da Areia* (1937), portanto, todos da década de 30, é possível identificar um quê de denúncia social, através da alusão aos problemas mais correntes nas condições materiais de existência da população negra e pobre de Salvador. Desse modo, enfatiza Ana Paula Palamartchuk:

*“Escritor de putas e vagabundos? De jeito algum. Regenerador de putas e vagabundos, talvez. Jorge Amado é antes de tudo, na década de 1930, um escritor que, na medida em que radicalizava a sua opção pelo comunismo, idealizava personagens “populares” supostamente capazes de transformar a sociedade e o mundo”.*²⁸

Portanto, além de não podermos negar a importância da narrativa amadiana como fonte de pesquisa histórica, através dos seus textos é possível flagrar elementos da história e culturas baianas, através da densidade representativa conferida aos seus personagens. Amado promove uma análise pormenor de uma Bahia revirada ao avesso em cada canto, ruas e vielas.

1.2 Leitores e Leitoras das narrativas literárias de Jorge Amado

No Brasil e no mundo, há um sem número de leitores/pesquisadores que utilizam a narrativa amadiana como fonte documental nas suas análises históricas e sociológicas sobre a Bahia. Em face à maneira como o autor tece uma história para o lugar, colocando no centro das abordagens personagens fictício-reais, aludindo aos problemas sociais, frutos da sua experiência enquanto militante da esquerda baiana, Jorge Amado inaugura uma maneira ímpar no falar sobre as questões sociais, raciais, econômicas e políticas das diversas “Bahias” e baianos. Para Durval Muniz de Albuquerque Jr.:

*“sua obra procura caracterizar o povo brasileiro, descobrir sua verdade interna, sua essência, retratar a verdade de sua visão e de sua fala. Quer configurar um povo e o povo para o Brasil, integrá-lo à vida nacional, à cultura do país, captando a sua originalidade. Busca desrecalcar a face popular do país, destravar a língua do povo, abrir os seus olhos e da nação para os seus problemas. Preocupa-se em fazer o país enxergar o seu povo com seus suores, cantigas, macumbas, prostituição, doenças, lutas, misérias e malandragens (...) Sua produção literária voltar-se-á para um objetivo claro: denunciar as injustiças sociais, as condições em que vivia a maioria do povo do país e propor a revolução socialista como saída para esses problemas”*²⁹,

²⁷ PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1977, p. 285.

²⁸ PALAMARTCHUK, Ana Paula. Op. Cit., p. 354.

²⁹ ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. Op. Cit. p. 213.

o que pode ser facilmente percebido no grau de conscientização política que Amado confere aos seus personagens. Numa das passagens do texto *Suor* (1934), lê-se:

*“Camaradas! É preciso acabar com as explorações. Nós somos muitos pobres, sujos, sem comida, sem casa, morando nesses quartos miseráveis. Explorados pelos ricos, que são poucos... É preciso que todos nós unamos para nos defender... É preciso que os operários se juntem em torno do partido, para acabar com as explorações...”*³⁰

Neste texto, Amado fala sobre o cotidiano de homens, mulheres e crianças que residiam no Pelourinho, a partir das suas experiências e do convívio do autor no lugar. É possível traçar um paralelo entre as condições de vida daquela gente, narradas ao longo da obra, com as descritas em outras fontes documentais, como os jornais da cidade, do mesmo período em questão. Como no trecho mencionado, tanto no Jornal A Tarde, quanto no Diário de Notícias durante a década de 1930, diariamente o leitor deparava-se com inúmeras matérias sobre as duras condições de vida do povo pobre de Salvador.

No trecho acima, Amado destaca também aspectos relacionados à moradia dos pobres que, na maioria das vezes, tinham que sobreviver amontoados nos quartos das pensões, dos velhos sobrados e cortiços. Formas de morar herdadas de um recente passado em que a população menos favorecida, sobrevivia a duras penas, sendo que as suas moradias não possuíam menores condições de hospitalidade. Assim, o início do século XX no Brasil também foi marcado pelas questões relativas às moradias dos pobres, dentro do contexto de modernização, ganhando lugar nas preocupações dos poderes locais, nos principais centros urbanos. Isso,

“provavelmente tinha a ver com a histeria do poder público contra tais habitações e seus moradores, especialmente nas primeiras administrações republicanas. Ao demolir cortiços e modificar traçados urbanos – ou seja, ao procurar mudar o sentido do desenvolvimento urbano –, os administradores da cidade atacavam também a memória histórica do movimento pela liberdade”.³¹

Desse modo, para os anos que compreendem o início das décadas de 1930, encontramos nos jornais um número significativo de reportagens sobre as *formas de morar*. O texto a seguir, publicado pelo Jornal A Tarde, nos ajuda a compreender o que dissemos anteriormente:

³⁰ AMADO, Jorge. *Suor: Romance*. 33ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1980, 75.

³¹ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit, p. 10.

ONDE VIVE A POBREZA: PAGAM IMPOSTOS E MORAM NA LAMA E EM TREVAS

*Succendem-se os governos municipaes e augmentam-se os tributos do povo, mas se esquecem de melhorar as condições em que vive a pobreza. Bairros e ruas, algumas bem no centro da cidade, vivem inteiramente ao abandono, sem calçamento, sem luz e a mingua de qualquer melhoramento, que só chegam para os bairros ricos. Enquanto isso, o governo escorcha com taxas pesadas e não perdoa a falta do pagamento de decima, levando á praça a choupana do pobre. Não precisamos ir longe. Bastará um passeio ali perto, á Mesquita do Tororó – um extenso lamaçal. Não custaria muito á Prefeitura correr auxílio desses seus pobres contribuintes, tentando melhorar-lhes as condições em que vivem.*³²

Em outra matéria, o leitor encontra uma radiografia das dificuldades a que estavam submetidos àqueles indivíduos que, punidos pelas suas realidades econômicas, precisavam sobreviver a ferro e fogo em casebres insalubres. Encontramos a seguinte matéria:

NOS BAIRROS HUMILDES ONDE MORA A POBREZA

Existem, infelizmente, em nossa grande cidade, dezenas de bairros proletarios, onde tudo falta, desde as cousas mais elementares e imprescindiveis...

Tudo alli indica falta de conforto e hygiene. As cozinhas que, alli, existem em sua maioria são ruínas de palha e adobe, que ameaçam a todo instante as vidas dos infelizes moradores. Não há ali indice algum de hygiene; não há agua encanada, os moradores utilizam-se de fontes existentes ali perto e cuja agua nem sempre serve para beber...

*A Baroneza é, em rigor, uma ribanceira, cujos fundos vão dar no Dique. Ali, grande numero de mulheres se entregam á profissão de **lavadeira** e assim a quem chega ao local depara-se logo o pittoresco aspecto de cordas em todas as direcções, cobertas de roupas alvas e, sob ellas, as lavadeiras laboriosas, cantarolando, o dia todo, a fim de mais depressa passem as horas e chegue o momento do descanso para os seus corpos fatigados.*³³

Nestes jornais, ao longo de toda a década de 1930, encontram-se muitas informações relacionadas ao “*problema*” das habitações, que carece de um estudo mais aprofundado, o que possivelmente contribuirá para preencher algumas lacunas nas pesquisas históricas relacionadas às questões evolutivas de um crescimento urbano desordenado, processado em Salvador.

Ainda sobre o trecho da obra *Suor* (1934) destacado anteriormente, Jorge Amado, ao passo que politiza seus personagens, indica necessidade de construção de uma identidade classista e, neste sentido, encontramos em ambos jornais notas referentes quanto à necessidade de sindicalização dentre os operários, o que em certa medida pode refletir o início da

³² Jornal A Tarde. Salvador-BA. Quinta-feira, 21 de Junho de 1934.

³³ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Sexta-feira, 31 de Julho de 1936.

construção de um imaginário de uma *consciência em si* em meio aos trabalhadores e trabalhadoras desta cidade. Assim, aquele início de organização pode ser percebido a seguir:

A SYNDICALIZAÇÃO DAS CLASSES OPERARIAS: regressa ao Rio o representante do Ministério do Trabalho,

*Quanto à sua missão, o professor Joaquim Pimenta não encontrou dificuldades. Espera que, adeantados como deixou os trabalhos estejam em breve sindicalizados todas as classes trabalhistas dos Estados nortinos*³⁴.

Ainda sobre a obra *Suor*, percebemos que, para além de um detalhamento sobre o cotidiano daqueles agentes históricos que viviam perambulando ladeira acima e abaixo no Pelourinho, o próprio sobrado pode ser utilizado como uma metáfora ilustrativa para entendermos a configuração da formação cultural brasileira, levando-se em consideração a “*coexistência*” naquele micro universo de uma enorme variedade cultural. Assim,

*“Nos 116 quartos, mais de 600 pessoas. Um mundo. Um mundo fétido, sem higiene e sem moral, com ratos, palavrões e gente. Operários, soldados, árabes de fala arrevesada, mascates, ladrões, prostitutas, costureiras, gente de todas as cores, de todos os lugares, com todos os trajés, enchiam o sobrado”*³⁵.

A partir deste trecho, podemos buscar algumas relações entre a evidência dada pelo texto literário sobre a condição material dos moradores dos sobrados do Pelourinho na década de 1930, as transformações que se processavam no país e as informações veiculadas pelos jornais em circulação na época, no tocante ao aspecto condição social. Nas leituras realizadas nos jornais citados, podemos inferir sobre as influências do cotidiano histórico da Bahia na produção literária de Jorge Amado.

O Pelourinho, citado em diversos textos, funciona como palco preferencial de um sem-número de personagens amadianas, todas elas nascidas a partir da existência de um grupo social, parcela da população considerada como *perigosa*, conceito tão largamente utilizado pelos poderes locais, que de diversas formas interferiu de maneira ostensiva no cotidiano e hábitos da população soteropolitana, por intermédio de adoção de códigos de posturas municipais. Mais uma vez, segundo Chalhoub, “*as classes pobres não passaram a ser vistas como classes perigosas apenas porque poderiam oferecer problemas para a organização do*

³⁴ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Segunda-feira, 10 de Agosto de 1931.

³⁵ AMADO, Jorge. Op. Cit., p. 11.

trabalho e a manutenção da ordem pública. Os pobres ofereciam também perigo de contágio”.³⁶

Encontramos várias matérias que sinalizam para os aspectos relacionados à utilização do antigo centro comercial de Salvador, hoje Centro Histórico, não apenas para moradias nos sobrados e cortiços, mas como lugar em que se realizavam outros serviços, sobretudo, à noite. Desse modo, o Pelourinho passou a ser palco ou reduto dos denominados *marginais sociais*. Orgias e querelas envolvendo homens e mulheres e crianças, eram frequentes diuturnamente no lugar:

DE MEIA NOITE PARA O DIA A COUSA VIROU NA ZONA DO TIJOLO

*A zona da rua 28 de Setembro, onde está localizada o meretrício, deu hoje, pela madrugada o que fazer a polícia da 1ª Delegacia. Desde cedo anunciava-se a pagodeira na Pensão Jardim de propriedade de Clea de Tal. Um jazz estridente fazia a delícia dos convivas, em meio a gritaria infernal*³⁷

Como já mencionamos, não foram poucos os pesquisadores, sobretudo, historiadores, sociólogos e analistas literários que adentraram pela narrativa amadiana para entender como se tornou possível ao autor tecer uma história sobre as diversas “Bahias”, criando atmosferas, inventando paisagens, sons, cheiros, além de uma infinidade de personagens, acrescentando ficção à realidade.

Numa entrevista concedida ao historiador Luiz Henrique Dias Tavares, lá pelos anos 70 do século XX, sobre o seu processo de criação, Jorge Amado responde:

*“Por vezes uma figura, por vezes um fato, um incidente mínimo, detalhe de uma história, qualquer coisa que fere a sensibilidade e põe a imaginação a trabalhar. Aos poucos, num longo processo de elaboração interior, as figuras, os cenários vão surgindo, em certos casos delineiam-se até mesmo elementos da história”*³⁸.

A criação dos tipos humanos no texto amadiano que, por vezes, se confundem com personagens da vida real, resultou, para além da sensibilidade mencionada pelo próprio escritor, da leitura e conhecimento sobre a história do país. Isto lhe deu a possibilidade de uma atividade criadora incansável e inquieta. Para João Carlos Teixeira Gomes, “*a obra de Jorge Amado, analisada no seu conjunto, assinala um dos mais importantes momentos da tomada de*

³⁶ CHALHOUB, Sidney. Op. Cit., p. 10.

³⁷ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Segunda-feira, 08 de janeiro de 1934.

³⁸ TAVARES, Luiz Henrique Dias (org.). *Jorge Amado: Ensaios sobre o escritor*. Salvador: EDUFBA. s/d.

consciência de um escritor sobre as perspectivas e os destinos do seu país”³⁹. Em outro trecho, continua Gomes:

*“para entendermos a importância dessa criação amadiana, é preciso evocarmos os preconceitos contra o homem de cor então existentes na sociedade brasileira, sequenciando todo um processo de discriminação racial que era, sem dúvida, um dos mais entranhados legados do escravismo, e residualmente presente também nos dias de hoje, embora abrandado ou, em certos casos, dissimulado (...)”*⁴⁰.

Os vários aspectos culturais existentes nas regiões brasileiras, do ponto de vista dos tipos humanos, através da fala arrevesada de Rosa Palmeirão, personagem da obra *Mar Morto* (1936), na sua passagem pelo Rio de Janeiro, percebemos um Jorge Amado, que em certa medida sinalizava para as questões das “disputas” sobre um “querer ser” freqüente entre os brasileiros espalhados por todo país. Segundo Rosa:

*“(...) Homem de cá não é homem. Nem vale a pena. Eu vivi lá nos morros, era arrespeitada como quê. Nem queira saber. Uma vez um pixote quis se atravessar na minha frente na sala de um baile. Travanequei a âncora no pescoço do bicho, ele naufragou no chão. Só se viu risada... Os homens [da Bahia – grifo meu] agora estavam satisfeitos. Lá fora, no Rio, nas outras terras, ele tinha mostrado quem era. Rosa Palmeirão olhou para Guma e disse:
- até eles disseram: se mulher da Bahia é assim, que dizer dos homens? (...)”*⁴¹.

Ainda no mesmo texto, Amado promove um verdadeiro desfile de homens, cujos estilos de vida e ideais se transformaram em marcas na história brasileira, mesmo que na condição de mártires ou bandidos, tais como Lucas da Feira, Zé Ninck, Besouro e Virgulino Ferreira, o “Lampião”⁴². Segundo Albuquerque Jr.:

*“a literatura regionalista procura afirmar a brasilidade por meio da diversidade, ou seja, pela manutenção das diferenças peculiares de tipos e personagens; por paisagens sociais e históricas de cada área do país, reduzindo a nação a um simples somatório dessas espacialidades literárias diversas. A produção regionalista do início do século evidenciava o projeto naturalista-realista de fazer uma literatura fiel a descrição do meio (...)”*⁴³.

³⁹ GOMES, João Carlos Teixeira. “Da Ideologia do Pessimismo à Ideologia da Esperança”. In: TAVARES, Luiz Henrique Dias (org.). Op. Cit. p.43.

⁴⁰ Idem, p. 57.

⁴¹ AMADO, Jorge. *Mar Morto: Romance*. 49ª, Rio de Janeiro: Record, 1979, p.53.

⁴² Idem, p. 106.

⁴³ ALBUQUERQUE JR., Op. Cit., p. 53

Mais adiante conclui o autor que “(...) *para isso eles tentam se aproximar do povo, adotando temas e formas de expressão de origem popular como forma de denunciar as condições sociais em que viviam (...)*”⁴⁴. Analisando, do ponto de vista sociológico a condição dos pretos baianos presentes na narrativa amadiana, Ida Maria Drummond Simões, contrariando, em certos aspectos, o que até então afirmávamos sobre a condição de Jorge Amado como leitor e crítico do seu entorno histórico, afirma que “*vale a pena indagar sobre a existência de uma literatura negra no Brasil e, ainda, em que medida Jorge Amado pode ser considerado como intérprete de pretos baianos*”⁴⁵, o que leva Simões a negar a existência de tal literatura no Brasil. A autora acredita que:

“alguns do porte de Machado de Assis e Cruz e Souza... se alguns desses autores deixaram patente em sua obra uma espécie de consciência de sua raça (ou cor?), nem por isso se distinguiram dos demais contemporâneos por qualquer sorte de ideologia, atitude ou expressão que possa ser caracterizada como genuinamente negra, por oposição a branca, européia ocidental, por exemplo (...)”⁴⁶

Logo de saída, nos parece que um dos equívocos da análise sociológica feita por Ida Simões refere-se ao fato de que, na condição magistral de criador de tipos humanos, muito embora a maioria dos personagens da literatura amadiana sejam homens, mulheres e crianças negros e negras, em nenhum momento, até onde se tem notícia, nem o próprio escritor nem seus críticos, definiram tal literatura como *negra*, até por que os leitores dos textos de Jorge Amado se deparam com um desfile sem igual de etnias ou cores – como queiram. Até por que, quando um literato na maioria dos seus textos prioriza personagens brancos, nem por esse motivo, podemos definir a sua narrativa literária como branca.

Ainda, quando Ida Simões diz, “*alguns do porte de Machado de Assis*”, sobressalta um quê de demérito ao escritor baiano, o que dispensa comentários uma vez que tanto Machado de Assis quanto Jorge Amado produziram seus textos em contextos históricos completamente diferentes. O primeiro em finais do século XIX, onde a conjuntura política fervilhava em torno das questões sociais ainda ligadas às vontades senhoriais numa sociedade patriarcal, na qual Assis se colocou na condição intérprete dos *diálogos possíveis*⁴⁷, entre dominador e dominados, num momento em que as questões relacionadas à Abolição do trabalho escravo no Brasil estavam a toda prova.

⁴⁴ Idem, p. 110.

⁴⁵ SIMÕES, Ida Maria Drummond. *O preto baiano nos romances de Jorge Amado*. Salvador: ILUFBA, s/d, p. 05, (Dissertação de Mestrado).

⁴⁶ Idem, p. 05.

⁴⁷ Sobre essa questão, VER: CHALHOUB, Sidney. “Diálogos políticos em Machado de Assis”. In: _____ (org.). *A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

O segundo, embora herdeiro de um passado recente de finais do século XIX, seus textos já refletem a terceira década do século XX, em que as relações sociais eram outras, em um outro contexto histórico, ainda que a maioria da população brasileira se confundisse justamente com pobre e miserável.

Simões se propõe a analisar o modo de vida do preto baiano na narrativa amadiana, porém se perde em meio a uma tentativa de explicar, inicialmente, a “*mudança*” de enfoque/tipo/personagens visíveis nas obras, respectivamente, Suor, Jubiabá, Mar Morto, Os Pastores da Noite e Tenda dos Milagres; depois comenta sobre a escravidão, não só como uma herança, mas como também presente no cotidiano do pobre/preto da Cidade de Salvador, sem conseguir estabelecer maiores ligações entre os dois contextos anterior e posterior da escravidão.

Acerta a autora, quando refere que um dos aspectos bastante frisados por Jorge Amado, principalmente nos romances mais recentes, que é a alegria de viver dos pretos baianos, apesar da dureza da sua vida, quando a simples sobrevivência parece impossível⁴⁸, o que em *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios* (1945), o próprio autor estabelece:

*“Baiano quer dizer quem nasce na Bahia, quem teve este alto privilégio, mas significa também um estado de espírito, certa concepção de vida, quase uma filosofia, determinada forma de humanismo”*⁴⁹.

Como ainda nada aqui foi registrado quanto à idéia de “*infância*” na narrativa amadiana, a obra *Capitães da Areia* (1937), publicada no mesmo ano em que Getúlio Vargas implanta o Estado Novo (1937-45), através de um novo golpe militar, é um bom exercício realizado por Amado sobre a maneira como, em meio às transformações políticas que se processavam no Brasil/Bahia, era a atenção dada à infância das crianças de origens sociais menos favorecidas. De acordo com Martinha Geralda Roberto:

*“a obra Capitães da Areia (...) mostra as contradições de uma sociedade que se desenvolvia a custa de graves desequilíbrios. Adere a idéia do Brasil controlado por uma minoria, voltada para seus próprios interesses, em detrimento das classes desfavorecidas e salienta o drama do menor abandonado (...)”*⁵⁰

⁴⁸ SIMÕES, Ida Maria Drummond. Op. Cit., p. 53.

⁴⁹ AMADO, Jorge. *Bahia de Todos os Santos: guia de ruas e mistérios*. 40ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1996, p. 25.

⁵⁰ ROBERTO, Martinha Geraldo. *A questão da injustiça social em Capitães da Areia*. Minas Gerais: UFOP, 1995, p.07. (Monografia).

Neste sentido, o conjunto de desempregadas e desempregados, subempregadas ou subempregados, trabalhadores dos serviços informal na economia local, geralmente ligadas ao trabalho autônomo, tais como lavadeiras, costureiras, feirantes, cozinheiras, domésticas, alfaiates, artesãos, barbeiros, bedéis, biscateiros, camelôs, canoeiros, carpinas, estivadores, dentre outros, tendo que sustentar suas famílias e não tendo tempo suficiente para se dedicarem à educação e criação dos seus filhos, os deixavam perambulando pelas ruas, becos e vielas, lugares onde eles aprendiam e vivenciavam todo tipo de aventura na ordem do acaso. Alguns, nem sequer viviam com os seus pais. Assim,

“Eles furtavam, brigavam nas ruas, xingavam nomes, derrubavam negrinhas no areal, por vezes feriam com navalha ou punhal homens e policiais. Mas, no entanto, eram bons, uns eram amigos dos outros. Se faziam tudo aquilo é que não tinham casa, nem pai, nem mãe, a vida deles era uma vida sem ter comida certa e dormindo num casarão quase sem teto. Se não fizessem aquilo morreriam de fome porque eram raras as casas que davam de comer a um, de vestir a outro. E nem toda a cidade poderia dar a todos”⁵¹.

Nos jornais em circulação na década de 1930 encontramos tanto notícias aludindo ao quadro de abandono em que viviam muitas crianças em Salvador, assim como, das muitas reclamações que eram diariamente registradas. Dessa maneira, nos periódicos, podemos observar dois posicionamentos quanto ao problema do menor abandonado: um em que se demonstra preocupação sobre os meninos e meninas de rua; outro, que os hostiliza. Muitas daquelas crianças criaram-se por si só, vivendo soltas pelas ruas, sujeitas às desventuras dos seus próprios destinos⁵², a maioria, inclusive, enveredando-se nas práticas dos pequenos delitos, como pode ser verificado no fragmento a seguir:

A MOLECAGEM CAMPEIA NO CENTRO DA CIDADE

Hoje pela manhã na rua Chile, em frente às Duas Américas, quando por ali passava um omnibus com destino ao Terreiro, um moleque destes que perambulam pelas nossas ruas, pilheriou com o conductor do carro e como fosse repellido, atirou para dentro do omnibus uma grande pedra que por um milagre não attingiu o rosto de uma senhorinha.⁵³

⁵¹ AMADO, Jorge. *Capitães da Areia: Romance*. Rio de Janeiro: Record, 1937.

⁵² Em Abril de 1933, o Jornal A Tarde publica uma reportagem sobre uma criança de quatro anos de idade, a pequena Regina Lopes, moradora ao Campo Santo, que seguiu sua mãe, a Lavadeira Dionísia Lopes, quando essa ia para uma fonte realizar seus serviços de lavagem de roupas. Seguida à distância pela filha, esta foi brutalmente colhida por um bonde, causando-lhe a perda do braço e perna esquerda.

⁵³ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Terça-feira 04 de Fevereiro de 1936.

Em dado momento, nos parece que essa questão da “*infância ao léu*”, pelo menos ao que se pode verificar, não recebeu a devida atenção das autoridades competentes ao longo do tempo. Muito embora existissem instituições sem fins educativos, como a Santa Casa de Misericórdia, o seu raio de ação não conseguiu, pelo menos, conduzir a uma melhora na situação em que viviam os “malandros infantis”. O jornal *A Tarde* de julho de 1936, assim se referia a essa questão:

O PROBLEMA DA INFANCIA ABANDONADA

É uma velha questão, essa, entre nós da infancia abandonada. A criança pobre, na Bahia, vive entregue a si mesma...

Há na cidade uma escola de menores. É inútil comentar, que para uma população infantil tão grande como a nossa, uma só escola dessa espécie, é uma amostra bem pequena.

*Quantos as escolas Primárias disseminadas pelo perímetro urbano, muitas crianças cujos pais não podem vestil-as convenientemente, nem calçal-as, aumentando desse modo a vagabundagem existente nas ruas.*⁵⁴

Capitães da Areia é uma obra de denúncia sobre a condição de vida dos menores abandonados da Cidade de Salvador. Segundo Martinha Geraldo Roberto, “os menores abandonados em *Capitães da Areia*, apesar de tão temidos pela população de Salvador, na realidade não passavam de crianças carentes de afeto e proteção, privadas, justamente da oportunidade de serem crianças”⁵⁵. Para Eneida Leal Cunha, “Jorge Amado traz para o primeiro plano do romance a urgência de transformá-lo em agente no processo revolucionário de mudança da estrutura econômico-social (...)”⁵⁶ do país.

Numa breve tentativa de síntese, assinalamos que o romance histórico, para além das suas fronteiras de produção, funcionam como excelentes fontes de pesquisa histórica, muito embora os literatos não tenham intenção de escrever como historiadores. Na maioria dos casos, a produção literária de um determinado escritor, reflete o *tempo* vivenciado, não apenas pela narrativa como o *tempo* do próprio escritor, o que para Leonardo Affonso de Miranda Pereira e Sidney Chalhoub, é definido de maneira bem prática:

“duas observações são pertinentes neste contexto. Primeiro, a questão central não é o caráter manifestamente ficcional ou não de determinado testemunho histórico, mas a necessidade de destrinchar sempre a especificidade de cada testemunho. Assim, por exemplo ao historiador resta descobrir e detalhar com igual afincamento tanto as condições

⁵⁴ Jornal *A Tarde*. Salvador-BA. Terça-feira, 14 de Julho de 1936.

⁵⁵ ROBERTO, Martinha Geraldo. Op. Cit., p. 16.

⁵⁶ CUNHA, Eneida Leal. *Cenas e Cenários da Cidade Negra*. Salvador: UFBA, 1997, p. 11 (Texto apresentado na PUC/RJ no Seminário Literatura e Experiência Urbana).

*de produção de uma página em livro de atas, ou de um depoimento em processo criminal, quanto as de um conto, crônica ou outra peça literária. Cabe o mesmo interrogatório sobre as intenções dos sujeitos, sobre como este representa para si mesmo a relação entre aquilo que diz e o real, cabe desvendar aquilo que o sujeito testemunha sem ter a intenção de fazê-lo, investigar as interpretações ou leituras suscitadas pela intervenção (isto é, a obra) do autor; enfim, é preciso buscar a lógica social do texto. O bê-á-bá do ofício de historiador social é o mesmo, na análise da fonte literária, parlamentar, jornalística, jurídica, iconográfica, médica, ou seja lá o que mais”.*⁵⁷

A citação é longa, porém absolutamente pertinente, em si tratando de uma temática que tem merecido a atenção de muitos curiosos no assunto: fazer *História Social* com *Literatura*.

⁵⁷ CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). *A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

CAPÍTULO II

DAS FONTES À INTRODUÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA EM SALVADOR

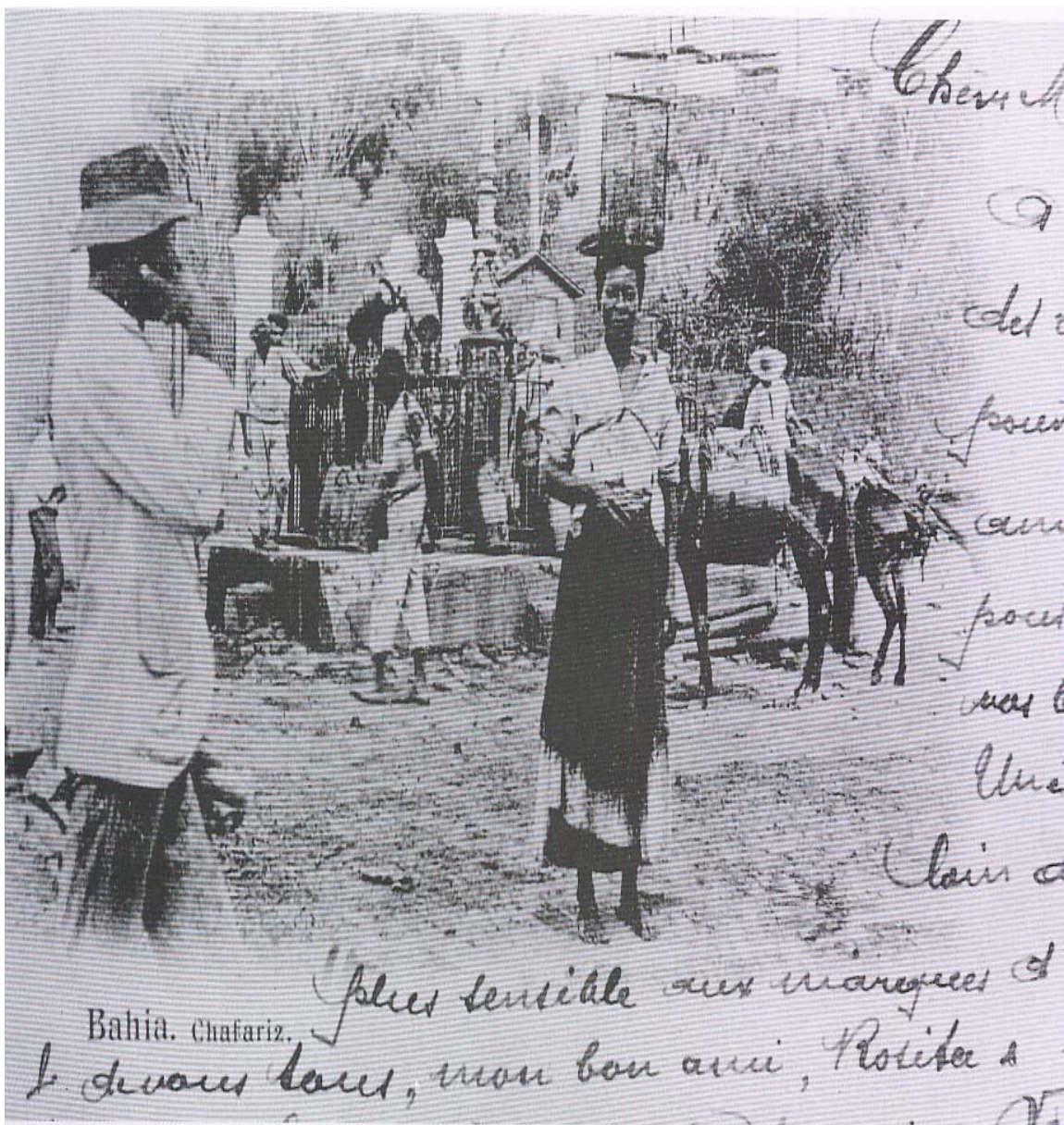


Foto: Acervo Iconográfico da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

A história das fontes da cidade de Salvador, assim como a dos fortes⁵⁸, remonta ao século XVI quando a Coroa Portuguesa tratou de ocupar/colonizar⁵⁹ as terras do então chamado *Novo Mundo*. Durante mais de três séculos, as fontes, os chafarizes, o dique, e numa outra dimensão geoespacial, as lagoas do Abaeté⁶⁰, funcionaram como principais veículos/meios de abastecimento de água desta cidade. Neste sentido, da fundação da cidade aos dias atuais, a utilização deste líquido se articula a momentos diferentes da história do Brasil, nos quais as idéias de sociedade, política, economia, produção e consumo de mercadorias deram lugar às diversas concepções sobre a importância da água como um recurso mineral, necessário à sobrevivência da população.

Neste capítulo, estaremos evidenciando e discutindo, inicialmente, de que forma, ao longo da década de 1930, em Salvador, os aguadouros públicos estiveram a serviço das necessidades cotidianas da cidade, assim como os discursos e as imagens produzidas sobre estas fontes para realização do abastecimento das moradias e habitações. No segundo momento, refletiremos sobre como se processava a utilização daqueles mananciais hídricos, enfocando a localização e enfocando também o fato de que pessoa, grupos ou instituições sociais exerciam uma espécie de monopólio sobre os usos, o que surgirá ao final da análise, uma *cartografia* das fontes na cidade. Por último, discutiremos os significados do exercício do controle deste recurso no contexto de urbanização e introdução de novos hábitos culturais, atentando para como ocorria o fornecimento e/ou venda – no caso das fontes privadas, que correspondia à maioria – do considerado *líquido precioso*, expressão largamente utilizada nos jornais da época.

Ao longo do texto, também fará parte das nossas análises a discussão sobre os impactos causados na cidade, com a introdução e desenvolvimento do fornecimento de água via sistema de canalização, dentro de uma atmosfera de modernização dos serviços, causando em meio à população uma nova concepção acerca dos usos e formas de obtenção deste recurso natural, tão necessário para a sobrevivência humana.

Nos finais do século XIX, quando o Brasil se fez República, este fato permitiu uma intensa corrida rumo ao progresso. É o momento em que os ideais de civilização e higienização

⁵⁸ Cidade fortaleza, Salvador foi planejadamente cercada por alguns fortes para que não fosse invadida por outros povos, sobretudo, de origem européia. Os mais conhecidos e ainda existentes, F. Santo Antonio da Barra (XVII), F. de Santa Maria (XVII), F. São Diogo (XVII), F. de São Pedro (XVIII), F. de São Paulo da Gamboa (XVIII), F. de São Marcelo (XVII) e Forte do Barbalho (XVIII). In: IPAC/Monumento. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA.

⁵⁹ Cf. ANDRADE, Maria José de Souza. “A estrutura e os fundamentos da Colonização Portuguesa no Brasil do Século XVI”. In: NEVES, Vera Mendes da Costa (org.). Salvador: SEC/IAT/Boanova, 2000.

⁶⁰ O que se convencionou chamar de “Lagoa do Abaeté”, na verdade, era um complexo hídrico formado pelas seguintes lagoas: Abaeté, Abaeté de Catu, Pisquilha, Lagoa dos Dois-Dois, Lagoa dos Urubus, Lagoa dos Pombos, Lagoa da Barragem. Cf. vídeo/documentário sobre as lavadeiras, IRDEB – Instituto de Rádio e Difusão do Estado da Bahia.

dos costumes provocadas pelo desenvolvimento e propagação do conhecimento científico, estavam *a todo vapor*. Dessa maneira, ainda nas primeiras décadas do século XX, quando Salvador ainda não possuía um sistema eficiente de abastecimento d'água, as fontes se mantinham como meio principal utilizado pela população soteropolitana para obtenção de água para realizar uma dezena de serviços, desde banho em animais, lavagem de roupa, até lavagem das vias públicas.

Embora a população pertencente às camadas menos favorecidas não participassem diretamente do jogo político local, via mecanismos formais estabelecidos pelo sistema político, nem por isso deixou de reivindicar diariamente em passeatas pelas ruas ou denúncias nos órgãos da imprensa – como os jornais –, melhorias, tanto dos serviços que eram da alçada do poder municipal quanto das questões de sobrevivência, fosse através dos constantes protestos contra carestia de produtos básicos necessários a sobrevivência como os alimentos, valores cobrados nos aluguéis ou mesmo das queixas rotineiras sobre taxas abusivas no fornecimento de água e reparo de instalações.

Segundo José Murilo de Carvalho, é também durante o início do século XX que “*a ação política popular, ela se dava fora dos canais e mecanismos previstos pela legislação e pelo arranjo institucional da República. Na maior parte das vezes, era reação de consumidores de serviços públicos; reação a alguma medida do governo, antes que tentativa de influir na orientação da política pública*”⁶¹. A análise de Carvalho é feita com relação às formas de participação popular nos anos primeiros da República no Rio de Janeiro. Se essa ação popular era uma verdade para a então capital brasileira, não menos verdade era também para Salvador, haja vista que as notícias e notas encontradas nos periódicos, referentes ao período dão a exata medida da participação popular quanto às medidas tomadas pela administração pública.

Nos jornais *Diário de Notícias e A Tarde*, encontramos entre os anos de 1930 e 1939, diversas matérias relativas a reclamações dos trabalhadores e trabalhadoras de baixa renda e autônomos sobre falta de água. Em agosto de 1930, o Diário de Notícias veiculou a seguinte informação:

⁶¹ Cf. CARVALHO, José Murilo de. “O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras”. In: *Revista do Rio de Janeiro*. RJ-Niteroi, vol. I, nº. 3, 1986, p.07.

A AGUA NO TORORÓ É UM CASTIGO

Sem commentarios noticiamos a justa reclamação de moradores ao Tororó, esperando que a repartição competente providencie a respeito.

Quando ali se não registra absoluta falta d'água, esta começa a correr das dozes horas da noite em deante, sem pressão para subir aos reservatórios, o que obriga os moradores a forçadas vigílias, esperando o movimento das águas, para colhe-las nas baixas torneira de transmissão.

É castigo horrível a que já não se pode resistir: perder uma noite para colher duas latas de agua e esta barrenta⁶².

Dentre as cinquenta matérias encontradas no *Jornal Diário de Notícias* entre os anos de 1930 e 1939, 40% corresponde a protestos contra falta de água, aumento das taxas cobradas no abastecimento de água, mesmo o serviço sendo precário e as faltas constantes, carestia de alimentos, limpeza urbana e aumento no preço dos aluguéis. Como já dissemos anteriormente, muito embora a representação política daqueles segmentos sociais não fosse significativa, as formas encontradas por eles de participação e reivindicação denotam que “o fato de que entre as reivindicações não se colocava a de participação nas decisões, a de ser ouvido e representado. O Estado aparece como algo a que se recorre, como algo necessário e útil, mas que permanece fora de controle, externo ao cidadão.”⁶³ No ano seguinte ao da matéria transcrita anteriormente, no mesmo periódico, por intermédio de Cosme de Farias⁶⁴, a matéria intitulada *O POVO QUER QUE A BAIXA DOS ALUGUÉIS SEJA RESPEITADA*⁶⁵, corrobora o que temos dito até aqui.

O *Jornal A Tarde*, no mesmo período, deu visibilidade às queixas e reclamações populares sobre a relação de assuntos mencionados anteriormente. Das noventa e sete matérias transcritas, aproximadamente 30% referem-se a essa problemática. Em janeiro de 1931, A Tarde publicou a seguinte matéria:

A LADEIRA DA POEIRA ESTÁ FALTANDO AGUA

A ladeira da Poeira, de accordo com a queixa trazida a esta redação por pessoas ali residentes, está faltando agua. É que o precioso líquido corre apenas pela manhã e, como “corre” não dá tempo a que se encham os tanques respectivos.

Mas, pouca como vae, a agua é sempre barrenta e perigosa. Ahi fica a justa reclamação.⁶⁶

⁶² *Jornal Diário de Notícias*. Salvador-BA: Sexta-feira 08 de agosto de 1930.

⁶³ CARVALHO, José Murilo de. Op. Cit., p. 09.

⁶⁴ Nesse contexto, o major Cosme de Farias atuava como uma espécie de advogado e representante das causas populares.

⁶⁵ *Jornal Diário de Notícias*. Salvador-BA: Terça-feira, 15 de janeiro de 1931.

⁶⁶ *Jornal A Tarde*. Quarta-feira: 08 de janeiro de 1931.

Durante toda a década de 1930, diariamente se registravam nos jornais, matérias dessa natureza, sinalizando para as formas de “participação” da população urbana no processo de reordenamento do espaço citadino, exigindo que o poder local através das repartições competentes, resolvesse tais questões. Não foram poucas as vezes em que a população ficou durante dias sem água nas suas moradias, e quando esta começava a “correr”, já se fazia altas horas da noite, ainda registrando-se o péssimo estado de oferecimento deste mineral: sujo e barrento. Há também denúncias quanto à presença de petróleo nos encanamentos. Ironicamente, no bairro da Saúde, por exemplo, por diversas questões relativas às péssimas condições em que se encontravam o sistema de encanamento hídrico, vieram à tona.

Na desordenada organização da cidade o fornecimento de água ainda era insuficiente, as fontes funcionaram como lugar em que trabalhadores de todas as ordens, sobretudo, as lavadeiras realizavam seus trabalhos. A essa época, as lavadeiras eram uma das trabalhadoras autônomas que as mais freqüentavam, haja vista a necessidade que tinham de realizar dos seus serviços, que não eram de pouca monta, para uma vasta clientela que oscilava entre exigente e “caloteira”, sem perdermos de vista o fato de que ter água encanada, ainda não era comum a toda população.

Assim, a localização das fontes acabava por evidenciar uma geografia urbana percorrida por centenas de mulheres, na sua maioria negra, que acompanhadas, geralmente, pelos seus filhos e filhas, andavam diariamente de suas casas para as das freguesas e fregueses (jovens estudantes, mulheres, homens e pessoas idosas) e destas para os locais de trabalho, numa verdadeira *via crucis*.

Nas suas crônicas de costumes sobre a Bahia, Hildegardes Vianna, assinala que:

“era fácil identificar uma lavadeira. A visão de uma mulher descalça, com uma trouxa de roupa à cabeça, nos dias de segunda-feira, era trivial. Andava pelas ruas, saias meio arregaçadas, seguida a curta distância por um filho ou filha de pouca idade, carregando galhos secos miúdos ou pontas de madeira de desmancho reunidos num feixe. Esta era a mulher que levava roupa para a fonte (...) Era a lavadeira, profissional de um dos mais duros e penosos trabalhos que se possa imaginar”⁶⁷,

sendo, então, incorporadas como uma das personagens de um cenário real, vivenciado numa história local.

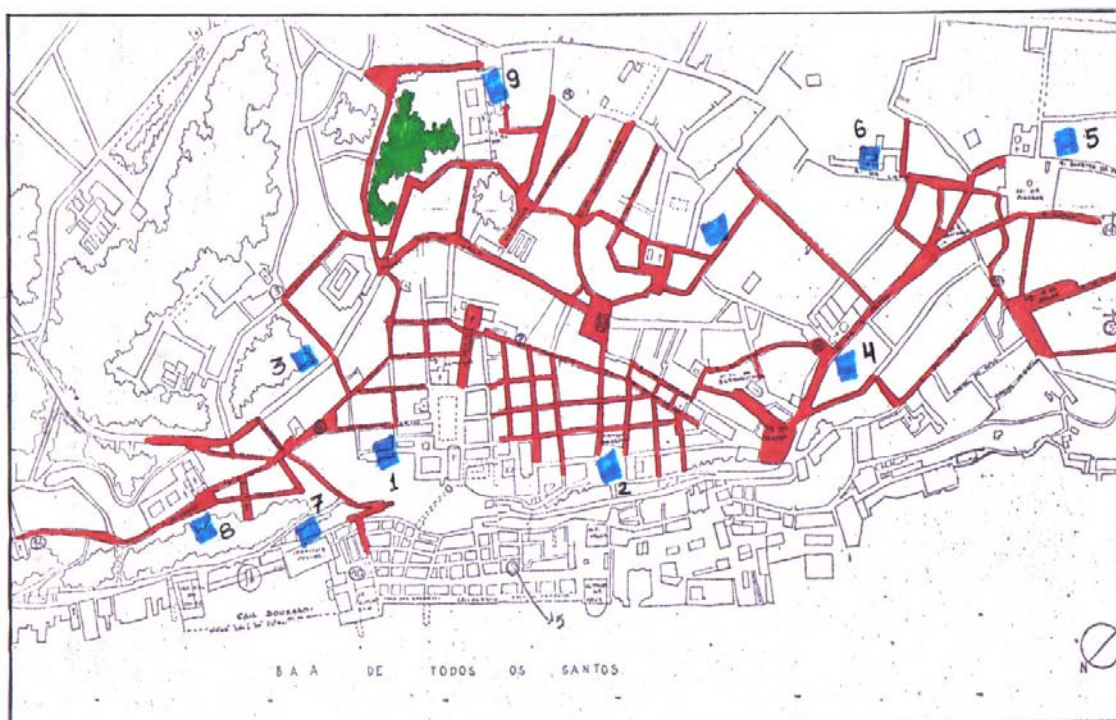
Tororó, Água Brusca, Jequitaiá, Vale dos Barris, Vale do Rio das Tripas, Taboão, Contorno, Mares e outros lugares, eis as lavadeiras a caminho das fontes. Ao tratar sobre o cotidiano de trabalho das mulheres negras na Bahia do século XIX, Cecília Moreira Soares,

⁶⁷ VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. 2ª ed., São Paulo: GRD, 1979, p. 152.

afirma ser possível traçar uma geografia, um percurso em que facilmente se encontravam as trabalhadoras negras. Para essa historiadora, algumas áreas da cidade de Salvador “eram mais negras” que outras. Tomando os dados referentes ao censo realizado na segunda metade do século XIX, Soares salienta que:

*“Em 1872, foi realizado o primeiro censo de caráter oficial, permitindo, dentre outras coisas, verificar a distribuição por cor e sexo dos moradores de Salvador (...) O censo também permite constatar que havia áreas mais negras que outras. As mulheres negras estavam concentradas, sobretudo nas paróquias do Passo, Vitória e Conceição da Praia, onde serviam como domésticas. Mas sua presença também era significativa nas freguesias do Pilar, Mares e Penha”*⁶⁸

De um total de mais ou menos vinte fontes existentes na cidade, as mais freqüentadas eram: Fonte do Pereira, Fonte das Pedreiras, Fonte dos Padres ou do Taboão, Fonte do Gravatá, Fonte do Coqueiro, Fonte da Munganga, Fonte do Baluarte, Fonte do Dique e Fonte Nova. O mapa a seguir demonstra a cartografia de algumas fontes hídricas de Salvador. A partir dele, é possível perceber as trilhas urbanas percorridas pelas lavadeiras no cotidiano dos seus ofícios:



Fonte: WEYLL, Carlos Augusto. *Mapa Topográfico da Cidade de Salvador*. [adaptado]

⁶⁸ SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia do século XIX*. Salvador: FFCH-UFBA, 1994, p. 17, (Dissertação de Mestrado).

LEGENDA:

1. Fonte dos Padres ou do Taboão
2. Fonte das Pedreiras
3. Fonte do Gravatá
4. Fonte de São Pedro
5. Fonte do Queimado
6. Fonte do Coqueiro
7. Fonte da Munganga (Jequitaia)
8. Fonte do Baluarte (Santo Antonio Além do Carmo)
9. Fonte do Dique

A Fonte do Pereira é mais antiga das fontes descobertas em Salvador. A sua história remonta ao século XVI, quando da montagem de uma economia colonial. Foi encontrada por um membro do grupo de Thomé de Souza, primeiro governador geral, cujo sobrenome era “Pereira”, que passou a comercializar a água para os marinheiros. De acordo com as informações encontradas:

*“Mais tarde, outros negociantes foram aparecendo, estimulados pela prosperidade do Pereira. E surgiram a Fonte das Pedras, a Fonte do Gravatá, a Fonte do Gabriel, da Munganga, dos Coqueiros da Piedade, da Água Brusca, etc., etc.”*⁶⁹

A Fonte das Pedreiras, também originada no século XIX, situava-se na localidade da Preguiça, próximo ao então Convento de Santa Tereza. Era utilizada para abastecimento das naus e localidades da Preguiça à Ribeira. *“Este tipo de fonte foi muito comum em toda Cidade Baixa”*⁷⁰. Como uma das mais antigas fontes de Salvador, cronistas e viajantes, nos seus escritos sobre estas terras, já faziam menção a àquelas, e ainda apontavam para a questão da qualidade da água delas retirada pelas pessoas que frequentavam o lugar, aliás, opinião refutada mais tarde por Luis dos Santos Vilhena, em *A Bahia do Século XVIII*⁷¹. Em 1851, o Conselheiro e Senador do Império Francisco Gonçalves Muniz a reedifica. Ao que tudo indica, foi a única reforma ocorrida, muito embora, em 1887, o poder municipal tenha ordenado a limpeza e restauração das fontes de Salvador.

⁶⁹ Cf. a matéria intitulada *A PREHISTORIA DA AGUA ENCANADA: As velhas fontes e os bellos chafarizes*. Salvador-BA, Sexta-feira, 17 de fevereiro de 1939.

⁷⁰ Cf. INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL. Vol. 1. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO, p. 179.

⁷¹ Segundo o autor, “não há dentro da cidade uma única fonte, cuja água se possa beber, quando para gasto não abundam”. Cf. VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Bahia: Itapuã, 1969, p. 102.

A Fonte dos Padres ou do Taboão construída entre os séculos XVI e XVII, localizava-se na Ladeira do Taboão, elo de ligação entre a Cidade Alta e Cidade Baixa. O seu nome decorre do fato de ficar em terreno cedido pelos padres jesuítas. Assim,

“A princípio a fonte dos padres supria de água o colégio dos jesuítas. Mais tarde, passou a abastecer o crescente bairro das Portas do Carmo, e as embarcações, cujos ancoradouros se estendem até a Jequitaiá.”⁷²

Em 1628, foi remodelada pelo pedreiro Pantaleão Bras, incorporando à estrutura, duas bicas de mármore.

A Fonte do Gravatá, situava-se entre as ruas do Gravatá e Independência. Fundada entre os séculos XVII e XVIII, abastecia as localidades da Palma, Mouraria e Santana. Segundo Vilhena,

“a mais imunda e pior de todas; é porém a mais freqüentada por ser a única pública, que há dentro da cidade; digo pública por ser naquela paragem: há porém alguns poços, de que seus donos vendem a água, a quem a não pode haver nas duas únicas bicas que tem aquela fonte.”⁷³

Com relação à qualidade da água, o autor destaca apenas a Fonte do Queimado, que ficava atrás do Convento da Soledade e a Fonte de São Pedro.

A Fonte do Coqueiro, uma construção do século XVIII, já apresentava um outro estilo arquitetônico. Situava-se atrás do Convento da Lapa e por conta da sua localização *“abastecia primitivamente os bairros da Piedade e dos Barris, que assim chamava em conseqüência dos barris que eram vistos com freqüência a caminho da fonte”⁷⁴*.

A Fonte da Munganga, também do século XVIII e localizada na Jequitaiá, se diferenciava das demais fontes da cidade por possuir apenas uma pia devido ao pequeno volume de captação de água. Nessa época, a cidade de Salvador não possuindo nenhum mecanismo de melhoramento da água dessas fontes, que eram salobras e de baixa qualidade salutar, como afirmava Vilhena, em larga medida, era usada apenas para realização de serviços.

Discutindo a condição feminina na Belle Époque, Alberto Heráclito Ferreira Filho, afirma que:

“o caminho da fonte era um percurso comum para a grande parte da população de Salvador na República Velha, visto serem poucas as casas que podiam contar e pagar a água encanada. As fontes do Gabriel, Pereira, Padre, Pilar, Água de Meninos,

⁷² Idem, p. 182.

⁷³ VILHENA, Luis dos Santos. Op. Cit., p. 103.

⁷⁴ INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL. Vol. 1, GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, p. 186.

Queimados, Pedras, Nova, Dique, Tororó, dentre outras tantas espalhadas pela cidade, eram lugares ruidosos freqüentados por centenas de pessoas, sendo que os aguadeiros, as lavadeiras e os seus filhos pequenos seriam, no fluxo de pessoas que dirigiam-se às aguadas públicas, a presença mais constante.”⁷⁵

A Fonte do Baluarte situava-se na Ladeira da Água Brusca no fundo do baluarte ou fortaleza de Santo Antonio Além do Carmo. De origem no século XVIII, nesta fonte

“os chafarizes localizavam-se dentro de um pequeno compartimento, cujo ingresso é controlado por portas, o que faz supor que fosse uma fonte privada. Seu frontispício apresenta frontão barroco de volutas semelhantes às das igrejas baianas do século XVIII, especialmente da igreja de N.S. do Loreto, na ilha dos Frades.”⁷⁶

A Fonte do Dique, filha do século XIX, já esboçava um outro estilo arquitetônico. Situada à margem Oeste do Dique do Tororó, esta fonte era diferente das demais existentes em Salvador, pois

“em lugar da água ser elevada por balde suspenso em roldana, como é comum nas fontes deste tipo, foi desde o início instalado um sistema de bomba manual que recalcava a água encosta acima.”⁷⁷,

facilitando a tarefa de recolhimento da água pelas pessoas. Também diferente das outras, a sua estrutura permitia que estivesse sempre fechada, o que evitava a sujeira das suas partes internas.

As fontes funcionaram em Salvador desde o século XVI, como meio de obtenção de água pelas famílias de um modo geral para os usos diários. Quando, em finais do século XIX, a cidade, aos poucos, inicia a implantação do seu sistema de encanamento de água, mais largamente difundido nas quatro primeiras décadas do século XX, como é possível verificar nas matérias dos *Jornais Diário de Notícias* e *A Tarde*, ao que tudo indica as fontes paulatinamente deixaram de ser freqüentadas, porém, não perderam a sua função social de abastecimento, para uma parcela da população que ainda não podia usufruir do serviço de água encanada fruto, da *invenção* de uma nova concepção de utilização não apenas deste minério, como também decorrente de uma atmosfera a partir da qual nas grandes cidades brasileiras criou-se a necessidade de civilizar os costumes.

Quanto aos chafarizes, a partir das determinações do presidente da província, somadas à criação da Lei Provincial nº. 451, de 17 de junho de 1852, eles passaram a se constituir, juntamente com as fontes, em veículos de abastecimento da população urbana da cidade sob os

⁷⁵ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina na Belle Époque imperfeita*. Salvador: FFCH-UFBA, 1994, p. 55. (Dissertação de Mestrado)

⁷⁶ INVENTÁRIO DE PROTEÇÃO DO ACERVO CULTURAL. Vol. 1. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, p. 190.

⁷⁷ Idem, p. 192.

cuidados da Companhia do Queimado, órgão da gestão municipal que cuidava da limpeza, manutenção e reparos dos chafarizes, bem como da venda/negociação das águas dali retiradas. O primeiro deles, foi colocado no largo do comércio onde hoje é a Praça Conde dos Arcos. Inicialmente, alguns foram comprados em países da Europa, como a França e a Inglaterra. Segundo o jornal *A Tarde*:

“Os chafarizes eram levantados nas praças mais importantes da cidade; naquellas situadas em bairros populosos.

Inaugurado o primeiro, num dia de grandes festas e vibrantes discursos, a Companhia do Queimado, impoz o preço da agua. Uma carga equivalente a quatro barris, custava a bagatella de \$400 réis. O negócio rendia a olhos vistos. Outro grande chafariz, em ferro fundido, foi colocado no Terreiro.

Em frente ao Theatro São João, na então Praça do Theatro, no logar onde hoje se ergue o edificio da Secretaria de Agricultura, também foi levantado um custoso e artístico chafariz, em puro mármore de carrára, encimado por uma estatua de Christovam Colombo, sendo transferido em 1920 para a Praça da Inglaterra.”⁷⁸

Enfim, em diversos pontos como Piedade, Campo Grande, Pelourinho, Saúde, os chafarizes passaram também a fazer parte das cenas e cenários da cidade. Além das fontes e dos chafarizes, as águas do Dique do Tororó também eram utilizadas pela população soteropolitana para um sem número de serviços, desde banhos em animais até lavagens de roupas, na maioria das vezes lado a lado⁷⁹.

No *Breviário da Bahia*, encontramos informações sobre o Dique, suas dimensões e como figurava no imaginário da época refletido nas quadrinhas e canções populares. Em 1932, o prefeito da cidade, ordenou que uma rígida limpeza fosse realizada para retirar toda a sujeira existente, mesmo assim, as águas continuaram sendo alvo de diversas práticas que continuavam deixando-as sujas. No processo de reordenamento urbano da cidade, as suas dimensões foram achatadas, causando a diminuição das suas margens. Assim,

“o povoamento da Barroquinha (...) fundos de São Bento, São Francisco, do Carmo, Estrada Nova, Fonte Nova, Baixa dos Sapateiros, até as baixadas que dominam o Forte do Barbalho (...) foi, de várias lados, diminuindo o Dique, entulhadas as margens e canalizadas as águas, aterro para ruas e logradouros. O grosso do Dique permaneceu no Tororó, hoje com cerca de dois quilômetros de extensão, de três ou quatro vezes, que fora.”⁸⁰

⁷⁸ Cf. Jornal *A Tarde*, a matéria intitulada *A PREHISTORIA DA AGUA ENCANADA*. *Op. Cit.*

⁷⁹ Cf. DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia do Século XIX*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Sara Letras, 1996. Nesta obra, o autor discute como as condições sanitárias das habitações e ruas da cidade de Salvador, proporcionaram uma rápida difusão do *Cholera Morbus*. Neste sentido, alude à questão de como a água de tornou um veículo propagador da epidemia, referindo-se, por exemplo, ao Dique do Tororó como um dos lugares utilizados pela população para abastecimento e realização de serviços.

Mais adiante, acrescenta o autor sobre as condições de existência, utilização e manutenção daquelas águas, o que reflete um descaso histórico. Frente ao exposto, “*aos governos da terra e da cidade nunca foi interessante resolver esta questão, de saneamento, urbanismo, e embelezamento do Dique, e da Bahia*”⁸¹. No Jornal A Tarde, já na década 1930, lê-se a seguinte matéria:

UMA DÁDIVA DA NATUREZA

O Dique poderia ser, na Bahia uma Segunda lagôa Rodrigues de Freitas. Porque a Prefeitura não facilita a particulares o seu aformoseamento?

Toda vez que, pelo poder municipal se tem cogitado de um novo plano de urbanização da cidade, o asseio e aformoseamento do Dique, à antiga Estrada 2 de Julho, é considerado assumpto de primeiro plano.

De fato, estava a merecer o Dique sorte bem diferente da que infelizmente, lhe coube relegado que foi a injustificavel senão criminoso desprezo...⁸².

No mesmo ano em que foi publicada esta matéria, no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, aconteceu a Semana de Urbanismo, organizada pela Comissão do Plano Diretor da Cidade do Salvador, tendo como sessão inaugural a discussão do tema: *Urbanismo e sua aplicação à Cidade do Salvador*.

Nada de significativo com relação ao melhoramento das águas do dique, para que a população pudesse utilizá-la, pelo menos em condições dignas e salutaras, foi proposto durante a realização do evento. Encontramos várias reportagens sobre o estado de abandono em que se encontrava o dique, sendo, inclusive, apontado por muitos moradores da redondeza como “foco” da vadiagem, para um sem-número de desocupados sociais da cidade, tornando-se aos olhos dos poderes locais, uma questão de polícia ou das práticas suicidas costumeiras⁸³.

Não foram poucas as matérias encontradas sobre as práticas suicidas nas águas escuras do Dique do Tororó. Este tema poderá se converter numa pesquisa que vise contribuir para uma melhor compreensão destes episódios. Segundo informa A Tarde:

⁸⁰ PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Ministério da Educação e Cultura, 1980, p. 35.

⁸¹ Idem, p. 36.

⁸² Jornal A Tarde. Salvador-BA. Quinta-feira, 18 de Julho de 1935.

⁸³ Um número significativo de matérias foi encontrado sobre práticas suicidas nas águas do Dique do Tororó. Até onde foi possível perceber, as pessoas que se atiravam praticavam tal ato por uma série de fatores, desde embriaguez – mais comuns para os homens –, brigas de ordem conjugal ou falta de perspectiva diante das dificuldades de sobrevivência. A forma como são descritos os trajés das pessoas, nos faz acreditar que em grande medida, eram pessoas das classes populares.

A ZONA DO DIQUE INFESTADA DE MALANDROS

A margem do Dique, nas imediações do Tororó, da maneira por que se encontra, infestada por desocupados, merece a atenção da polícia, que ali deve manter a mais rigorosa vigilância e ampliar o numero de policiadores.

Em virtude disso, diariamente se registram naquella zona vários conflictos e outras tantas irregularidades, trazendo em sobressalto os moradores locais...⁸⁴

Havia uma cláusula que obrigava a companhia cessionária⁸⁵ do Serviço de Viação Urbana, cuidar do “aformoseamento” deste lago, entretanto, “*essa clausula desapareceu, e o dique continuou no mesmo abandono*”⁸⁶. Esse fato refletia certo descaso quanto à necessidade de promover no Dique o que o saber urbanístico na época denominava como “aformoseamento”. Enquanto as providências não eram tomadas, os moradores das redondezas, se mostravam insatisfeitos quanto à falta de iluminação e calçamento, sem contar que o dique era infestado de muitos mosquitos. Em finais da década de 1930, ainda que algumas notícias dessem visibilidade aos aspectos relativos às belezas naturais do lugar, tais paisagens refletiam que muito ainda estava por fazer.

Como já fora aludido anteriormente, as águas do Dique eram utilizadas por um sem número de famílias para a realização de uma variedade de serviços tais como: transporte (translado) pelos barqueiros, lavagem de roupas, abastecimento de água pelos aguadeiros, banho em animais, além dos banhos em crianças e escamação (tratar) de peixes, etc., práticas cotidianas que desafiaram o saber médico naquele contexto, sendo alvo de centenas de ataques. Vejamos um exemplo:

“Ao lado de toda essa beleza natural, porém, agita-se uma humanidade que lucha, soffre e trabalha. Perto das hortas cheias de fructos e flores, existem casebres onde ainda não penetrou a luz electrica e a manteiga constitue uma coisa de luxo, distante e inatingivel. Remando nos botezinhos que integram a belleza da paisagem, vivem homens doentes e remendados. Ao lado das aguas do Dique, perto das fontes de suas margens, mulheres magras lavam roupas e queixam-se da vida (...) Quando saltamos Branco sujo apontou uma lavadeira que estava de lado, parecendo tratar peixe e falou:

- Aquela que ta ali sabe de muita coisa. Chama Maria da Engracia. Mora aqui há muito tempo.

Fomos nos aproximando. A negra velha tratava qualquer coisa semelhante a ostra.

- Que é isto minha tia, é ostra?

- Não. É aruá?

Olhamos as duas palmeiras gigantescas da margem e continuamos:

- Se come isso minha tia?

⁸⁴ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Quarta-feira, 11 de dezembro de 1934.

⁸⁵ Empresa ligada a administração municipal, encarregada da administração e manutenção das vias públicas e aguadouros.

⁸⁶ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Quarta-feira, 19 de outubro de 1938.

A velha então foi falando. Que se comia e era até bom para o estomago. Que ali no Dique também tinha muito camarão, franga d'água. Mostrou um camarão que tinha pegado há poucos instantes. Apontou uma franga d'água nadando. Os meninos pegavam muito também: traíra, piaba, acará, moreira e uma vez ou outra um mergulhão. Dizem que no Dique tinha um jacaré mas ella apesar de morar ali há muitos annos, nunca viu nada. Fizemos a pergunta:

- A senhora também lava roupa?

- Lavo, larguei nesse instante. Agora tou aqui aprontando a janta. Tem também aquella bodegazinha que é de minha filha. É um adjuntoriozinho pra gente.

E apontou a tasca immunda, onde bananas d'água e pedaços de canna estavam expostos á venda. E falou dos seus problemas diarios, no ganho da lavagem, nas difficuldades, na morada com goteiras que incommodam nos dias de chuva, nas doenças, nos netos com vermes, na filha que só vive doente.”⁸⁷

A partir das falas da lavadeira Maria da Engracia, é possível dizer que as condições de vida a que estava submetida, era a mesma das demais pessoas que diariamente buscavam garantir, pelo menos, o mínimo necessário para o seu sustento e dos seus. A própria Maria, além dos serviços de lavagem de roupas, ainda tinha que dar conta da quitanda que a mesma se referiu como “bodegazinha”/ “adjuntoriozinho”, da onde tiravam o complemento para as despesas da casa. Da mesma maneira, é emblemática a maneira como ela vai tecendo os elementos do enredo da sua própria história: o trabalho, a moradia, as doenças, os dependentes... uma vida de sofrimento.

Quanto às lagoas do Abaeté, dada a sua especificidade histórica, no próximo capítulo abriremos um subtópico que nos tornará refletir sobre elas com maior vagar.

2.1 Entrou água! Aspectos do saneamento urbano em Salvador (1930-1939)

Nas principais cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador e Porto Alegre, o período compreendido entre a passagem do século XIX a meados do século XX, deu lugar a um intenso processo de urbanização nos centros urbanos, respaldados por um saber médico que buscava higienizar as cidades.

Em Salvador, principalmente, higienizar se confundia com a necessidade de promover o varrimento dos pobres e pretos que circulavam pelas ruas, avenidas, becos e vielas da cidade, o que se denominou, utilizando uma expressão da época, “*desafricanizar as ruas*”. Tal iniciativa

⁸⁷ Ver: Jornal A Tarde. Salvador-BA. Sabbado 4 de novembro de 1939. *AS ÁGUAS DO DIQUE ESPALHAM VIDAS TORTUOSAS: Barqueiros e Lavadeiras ganham o pão nas margens lamacentas do lago.*

funcionava como desdobramento das teorias racistas⁸⁸ elaboradas, sobretudo na Europa e difundidas no Brasil, servindo como legitimadoras das práticas de manutenção das desigualdades entre brancos e negros na cidade, forjadas no mando e na obediência.

As ruas, outrora sujas, assim como as casas, passaram a sofrer mudanças que simbolizavam o reordenamento dos espaços. Os tipos de moradias, sobretudo das camadas menos favorecidas, sinalizavam as difíceis condições de vida dessa população. As casas populares possuíam, geralmente, entre um e dois cômodos, e pouca ventilação.

Lê-se, frequentemente, nos jornais que circulavam em Salvador na década de 1930, anúncios de aluguéis de casas que propagavam o item “*janelas*” como atributo de atratividade, num momento em que possuir janelas nas casas, simbolizava não apenas estar de acordo com as “*novas tendências*” arquitetônicas como também, refletia um posicionamento quanto à necessidade de arejar os ambientes. Os valores dos aluguéis eram incompatíveis⁸⁹ com a margem salarial da população pobre da cidade, como as trabalhadoras autônomas⁹⁰ que entre os anos de 1933 e 1937, tiveram renda mensal⁹¹ que oscilou entre R10\$000 para amas-de-leite, podendo chegar a R70\$000⁹² para cozinheiras. Por diversas vezes, neste contexto, o major Cosme de Farias solicitou ao poder municipal que revisse a questão do aumento do preço dos aluguéis, que recaía mais pesadamente sobre aquela massa de subempregados. Os anos de 1855-56, 1888 e 1889, são emblemáticos para se compreender a conjuntura política e cultural do Brasil e da Bahia, que se desdobram a partir dos anos 1900, tomando-se como referência o aspecto, desenvolvimento urbano nos moldes que já aludimos páginas anteriores. Na Bahia, os anos de 1855-56 marcam a desastrosa deflagração da epidemia do *Cholera Morbus*. Num espaço muito curto de tempo, Salvador assistiu, atônita, a morte de centenas de pessoas infectadas pelo então denominado “*inimigo invisível*”, que colocava em xeque o saber médico e aterrorizava a população da cidade, desorganizando a economia e alterando as relações sociais. Segundo Onildo Reis David, “*a morte de trabalhadores ligados à produção e ao transporte de víveres repercutiu sobre o comércio. Logo se verificou uma crise de abastecimento (...)*”⁹³.

Em finais de 1856, nesta cidade, o número de pessoas acometidas pelo cólera somava cerca de 36.000 vítimas. Neste contexto, o cólera não tinha vítima preferencial, e tanto ricos

⁸⁸ Um bom exercício para compreensão de como essas teorias funcionavam, é a leitura de SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

⁸⁹ Variavam entre 35\$000 e 50\$000; ver: Jornal A Tarde no período situado entre os anos de 1930 e 1939.

⁹⁰ Por ex., amas-de-leite, copeiras, lavadeiras, passadeiras e cozinheiras.

⁹¹ Sobre esses dados ver: ASCMBA: Folhas de Pagamento da Santa Casa de Misericórdia.

⁹² Neste contexto, os valores eram representados em Réis, moeda em circulação.

⁹³ DAVID, Onildo Reis. Op. Cit., p. 16.

quanto pobres estavam diariamente sujeitos às contaminações, que se processavam via águas contaminadas e alimentos em condições suspeitas de consumo. Como mostra David, é justamente nesse período, rumo ao final do século XIX que “*a capital da província, enfrentava graves problemas de limpeza pública, enquanto começava a implantar o seu sistema de canalização de água e ainda não tinha sistema de esgoto.*”⁹⁴

Assim, anos mais tarde quando nas cidades brasileiras a urbanização se intensifica, foi justamente deste cenário de sujeira sinalizada por uma convivência naturalizada com o lixo e esgoto, que os higienistas através de um saber e discurso médico, queriam livrar-se, “harmonizando” ruas e domicílios.

O ano de 1888 refere-se ao momento em que no Brasil se processa a abolição do trabalho escravo, momento controvertido da história brasileira, uma vez que, se por um lado “acabava-se” o regime de escravidão, do outro lado, as formas como os ex-escravos continuaram sendo tratados ainda em inícios do século XX, denota uma não vontade das instâncias de poderes em todo país de incluí-los socialmente. Aquelas práticas de tratamento funcionavam como reflexo de uma sociedade calcada no poder senhorial branco indiferente às condições existenciais e de sobrevivência de milhares de negros e negras egressos/as daquele sistema.

Nas ruas, contingencialmente, esta população somava a maior parte, e este dado pode ser acrescido às questões que até aqui estão sendo postas sobre a necessidade de limpeza urbana, uma vez que era preciso realizar mudanças nas *cenas e cenários* do cotidiano de Salvador. Desse modo, estas atitudes faziam parte de uma complexa vontade de modernização brasileira.

Existe uma vasta produção historiográfica que discute quais eram os tipos de ocupações e ofícios⁹⁵ que aquela população exercia para sustentar-se e as suas famílias, também corroborando para movimentar a economia local.

Enfim, o terceiro ano mencionado, 1889, pode ser tomado não apenas como o marco da implantação do regime republicano no país, mas o momento em que de delineiam a soma dos esforços no sentido de sincronizar a política, a economia e comportamentos sociais ao que as nações européias praticavam naquela conjuntura. Ao contrário do que alguns esperavam, do ponto de vista da possibilidade de mudanças nas relações sociais, nada aconteceu, levando-se em consideração que o sistema republicano manteve e reforçou o caráter das posições de classe. Segundo José Murilo de Carvalho o

⁹⁴ Idem, p. 21.

“curto período de um ano entre a Abolição e a República nada foi feito, pois o governo imperial gastou quase toda sua energia resistindo aos ataques dos ex-proprietários de escravos que não se conformavam com a abolição sem indenização”⁹⁶

Os processos relacionados ao progresso, civiltude e urbanização brasileira, pelo menos nas primeiras cinco décadas do século XX, estão intimamente relacionados as duas últimas datas, que funcionam como o antes e o depois para a tomada de “novas” decisões de ordem política e nacional.

Deste modo, este capítulo visa a evidenciar como, na passagem do século XIX para o século XX, as questões relacionadas aos problemas de canalização e abastecimento de água em Salvador, dentro do contexto da urbanização brasileira, ganharam “importância” nas medidas adotadas pela administração pública, do mesmo modo que discute os impactos e transtornos causados pela falta deste líquido no cotidiano da cidade, ainda acostumada às idas e vindas às fontes, chafarizes, diques e lagoas.

Salvador, uma das portas de entrada dos povos vindos de diversos continentes, aqui o reordenamento urbano se processou de forma diferenciada dos demais centros, uma vez que os ideais de urbanização adotados pelas políticas públicas estabeleceram diferentes padrões de arrumação urbana. Como a maior parte da população era formada por afro-descendentes, essa parcela era percebida como um elemento a que os poderes locais deveriam minimizar a sua permanência diária nas ruas. Acreditavam ser quase impossível promover mudanças no “*lay-out*” da cidade, sem levar em consideração esse fator.

Salvador de forma bastante desordenada, começou a implantação do sistema de saneamento urbano e canalização de água no início do século XX. Nesta corrida para arrumar os espaços citadinos, mesmo pertencentes a realidades sociais e econômicas distintas, tanto os pobres quanto os ricos da cidade estavam sujeitos a falta de energia, de água e coleta de lixo, fruto de uma incipiente prestação desses serviços.

Nas leituras realizadas nos jornais *A Tarde e Diário de Notícias*, percebemos como os transtornos proporcionados pela falta d’água, ou dos preços elevados para consegui-la, afetavam as rotinas nas casas e estabelecimentos comerciais, como demonstra a carta enviada ao *Diário de Notícias* por um morador do Tororó, em janeiro de 1931, cujo título é *UM MIL RÉIS POR UMA LATA D’ÁGUA*. Neste documento, o denunciante mostrou a sua indignação quanto ao fato:

⁹⁵ Majoritariamente, no mercado informal: sapateiros, engraxates, feirantes, lavadeiras, carpinas, artesãos, domésticas, engomadeiras, dentre outros.

*Presado sr. Redactor do conceituado Diário de Notícias, saudações:
Esta tem por fim solicitar de s.s tornar público o estado lastimavel que se encontram moradores do Tororó que amanheceu sem uma gotta dagua para a necessaria hygiene pessoal e do lar e ainda mais para a manipulação do café. Digo – tornar publico – para conhecimento de implacaveis patroes que não attendendo ás apresentadas por seus empregados, que não podem ir ao trabalho sem o necessário asseio e o café reprehendemos-nos amargamente descontando diarias de uns e ameaçando de dispensar outros que não pela esperança dos poderes públicos que se lhes não pagar mensalidades cortam a penna mas recebem o cobre não dão agua, e quando dão é a porção e a hora que querem e de ma qualidade! Ainda hoje eu pagava até UM MIL RÉIS! Por uma lata dagua, não a encontrei⁹⁷.*

Nesta carta, para além das denúncias presentes quanto à carência da água e das punições a que os trabalhadores estavam submetidos, caso faltassem aos serviços, mostra também a necessidade de adoção de práticas de higiênicas, tanto pessoal, como no lar, o que corrobora com a discussão que temos realizado até aqui quanto à difusão de um ideal de limpeza.

Duas semanas após, no mesmo diário encontrava-se estampada uma denúncia contra um empregador, que possuindo em seu terreno de pequena fonte, cobrava dos seus empregados pela utilização da água dela tirada. Trabalhadores, subempregados, residindo em péssimas condições habitacionais, mal alimentados e, ainda, tendo que pagar caro para não morrer de sede, como verificado através da seguinte denúncia:

DAE AGUA A QUEM TEM SEDE!

Os pobres trabalhadores não podem pagar o precioso líquido que bebem⁹⁸.

Uma das metas do processo de urbanização e modernização era a instalação do sistema de abastecimento de água, que objetivava o fornecimento nos domicílios do minério, como uma forma de “superar” o costume da população de pegar água nos lugares antes mencionados. Assim, aos poucos, a cidade e seus moradores passaram a descobrir uma nova maneira para ter nas suas casas o líquido, da mesma forma que a introdução desse novo uso passaria a significar a adoção de uma outra postura quanto a utilização da água. A década de 1930 marca um momento em que as obras de implantação do sistema hídrico, eram propagandeadas a todo instante:

⁹⁶ CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990, p. 24.

⁹⁷ Jornal Diário de Notícias. Salvador-BA. Sabbado, 31 de Janeiro de 1931.

⁹⁸ Jornal Diário de Notícias. Salvador-BA. Quarta-feira, 11 de Fevereiro de 1931.

ABASTECIMENTO D'AGUA Á CIDADE: PARA VER O QUE JÁ SE TEM FEITO NESSAS OBRAS

Com louvável objectivo de tornar conhecida do publico, através da imprensa diária, a marcha das vultosas obras, atacadas em vários pontos da cidade, para o abastecimento d'agua á população, o dr. Barros Barreto, secretario da Saude e Assistência Publica, organizou uma visita de jornalistas para depois de amanhã á tarde, em companhia dos respectivos technicos da comissão de saneamento⁹⁹.

Enquanto seguiam as obras que envaideciam o poder local, nada de significativo, em termos de políticas públicas, era feito para as populações que careciam da atenção dos governantes. Há que se pensar no descompasso proporcionado pelas “*inovações*”, uma vez que a idéia de desenvolvimento se processava de maneira bastante antagônica, levando-se em consideração o *desafino* passível de verificação entre *arrumação* urbana e condições de sobrevivência. Basta lembrar que foi no início do Século XX que o processo de favelização e dicotomia entre centro e periferia, estavam ganhando seus contornos.

Em Salvador, o processo de modernização e normalização do atendimento e serviços relacionados ao abastecimento de água, se prolongou durante um longo período; as queixas e reclamações também. É possível dizer que, por trás dos discursos e práticas modernizantes, estava a ineficácia e falta de vontade da política local em equacionar melhorias nos aspectos urbanos e humanos. Assim, as “*grandes obras*” funcionavam como espécie de “*maquiagem*” para encobrir o descaso e desigualdade social.

A todo instante, os moradores da cidade protestavam contra as faltas constantes de água. Estas, não os isentavam das abusivas taxas que eram cobradas. Assim, eram:

quasi que diarios os pedidos que recebemos do arrabalde do Rio Vermelho, para reclamar, a quem competir, contra a falta dagua, que vae tornando verdadeiramente angustiosa a situação ali.

Essa irregularidade está sendo notada era acerca de 20 dias, havendo zonas como pontos mais altos, em que, nesse periodo, as torneiras não deixam escorrer uma gotta registrando as reclamações, enedereçamol-as á Secção de Aguas, que é de esperar tome providencias, que urge não sejam retardadas¹⁰⁰.

Além dos usos impróprios, eram freqüentes os estouramentos de canos, tanto de água quanto de esgoto, o que refletia a incipiência das técnicas utilizadas para a implantação destes serviços. Na seção de Queixas e Reclamações, lia-se:

⁹⁹ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Sabbado, 10 de Maio de 1930.

¹⁰⁰ Jornal A tarde. Salvador-BA. Sexta-feira, 23 de Janeiro de 1931.

CANO ARREBENTADO – Varios moradores a Ladeira da Gameleira pedem-nos que chamemos a atenção da Saude Publica para, sem perda de tempo, mandar reparar um dos canos de esgoto daquela via publica que exhala cheiro insuportavel.

UMA TORNEIRA Á VILLA ROCHA – Desta via publica, transversal á rua dr. Seabra pedem-nos que appelemos para quem de direito, no sentido de mandar reparar uma torneira do serviço dagua que se arrebentou e, assim, jorra agua dia e noite dando logar a formação de poços originando-se dellas mosquitos, moriçocas, etc.¹⁰¹

Como já dissemos anteriormente, moradores de alguns bairros, procuravam os veículos de comunicação para registrar queixas quanto à falta de água. Ao longo das leituras nos jornais que as reclamações eram diárias, assim como também diárias era a propagação feita pelos órgãos competentes quanto à realização dos serviços de melhoria do fornecimento e abastecimento de água, o que demonstra uma incompatibilidade entre as reais condições em que se encontravam os serviços de abastecimento com as divulgações feitas pelos órgãos responsáveis. A matéria intitulada *ESTA MELHORANDO A SITUAÇÃO DO MATADOURO DO RETIRO*, em abril de 1930, ilustra a situação:

Foram ordenadas obras urgentes e resolvido o problema do abastecimento dagua. Attendendo a determinação do prefeito, em vista do estado geral do Matadouro do Retiro, foram levantadas plantas e orçamentos de obras urgentes de que o mesmo carecia. Por igual foi ordenada a abertura de um poço arteziano, resolvendo-se assim o problema do abastecimento dagua ali¹⁰².

A água ainda era utilizada para a realização de serviços de lavagem de ruas de forma exagerada, desperdiçando-a, o que causava insatisfação e indignação por parte da população que passava por privações diárias. No mesmo jornal e no mesmo dia, encontramos a seguinte nota:

PARA A LAVAGEM DAS RUAS PODE SER UTILISADA AGUA DO RESERVATÓRIO DO QUEIMADO

O Sr. Barros Barretto, secretario de Saude Publica, tendo conhecimento de que prepostos municipais estavam se utilizando dos hydrantes de abastecimento dagua á população, para a lavagem de ruas, dirigiu um officio ao eng. Francisco Souza, prefeito da capital, em o qual, após referir-se aos fatos que lhe foram comunicados, diz o seguinte: [“como é de conhecimento vosso, a agua presentemente distribuida pela Repartição de Saneamento mal chega para as necessidades domesticas da população, de sorte que licito se não torna o seu emprego no mister, acima alludido. Na satisfação de tal escopo, poderá a Prefeitura utilizar a agua do mar, do dique

¹⁰¹ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Segunda-feira, 23 de Fevereiro de 1931.

¹⁰² Jornal A Tarde. Salvador-BA. Sexta-feira, 04 de Abril de 1930.

ou manaciaes outros, como o açude do Queimado, interdito por esta Secretaria, onde os vehiculos destinados a irrigação das ruas se poderão abastecer.

Estes problemas de abastecimento atingia a população que se via obrigada a consumir água sem a menor condição de uso em algumas fontes públicas, que não demonstravam aspectos de higiene, chegando a pagar entre 500 e 1000 réis por lata. Ainda, nas poucas casas em que já se contava água, os moradores com certa frequência eram informados dos aumentos das taxas de fornecimento de água, mesmo sendo precária a manutenção deste serviço. Também em abril de 1930, encontramos neste jornal, a seguinte nota:

REPARTIÇÃO DO SANEAMENTO DA CIDADE DO SALVADOR:

A Diretoria da Repartição do Saneamento da Cidade do Salvador faz publico para conhecimento de quem interessar possa, que a partir de 1º de maio p. vindouro, serão elevadas na razão de 50%, de conformidade com o Direito do Governo do Estado sob n. 727 de 27 de março de 1930 as actuaes taxas cobradas por esta Repartição para fornecimento de agua as zonas urbanas e suburbanas da capital, passando o custo de uma pena a ser de dezoito mil reis (18\$000) mensaes, ou mil e duzentos reis (1\$200) o metro cubico para o abastecimento por meio de contadores.¹⁰³

Atraso, uso indevido, taxas abusivas, multas... Esta era a rotina a que a população da cidade estava sujeita. Dentre os bairro e localidades que mais aparecem no Jornal A Tarde, na seção de Queixas e Reclamações, constantemente se encontrava as seguintes: Ladeira da Gameleira, Rua da Glória, Rua Dr. Seabra, Ladeira da Saúde, Barra, Baixa dos Sapateiros, Liberdade, Barris, Conceição da Praia, Pilar, Mares, Itapagipe Penha, Rio do Cobre, Carmo, Sé, São Pedro, Ladeira do Gravatá e Rio Vermelho.

Por vezes, as pessoas se deparavam nas ruas com os canos que realizavam o abastecimento nas casas, quebrados, ao mesmo tempo em que sofriam com as faltas do líquido. Continuavam os órgãos “responsáveis” pelos serviços a informar que as manutenções e reparos nas tubulações visavam a corrigir as irregularidades encontradas. Com relação aos aumentos da taxa antes mencionada, nesta matéria, encontramos a seguinte tentativa de explicação:

¹⁰³ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Sabbado, 05 de Abril de 1930.

AGUA A 18\$000 A PENA: como o governo justifica o aumento

Por acto de hontem, o Tenente Juracy Magalhães, Interventor Federal, prorrogou por mais um anno o contracto existente entre o Estado e o Banco Económico, o qual havia expirado no dia 8 de julho ultimo.

Fica, portanto, aberto nesse estabelecimento, um credito de 3 mil contos de réis destinado ao custeio das obras de abastecimento de agua a esta capital, continuando a mesma sanção e as clausulas estipuladas anteriormente.

Agora, o que mais directamente interessa a população: a taxa dagua, de 12\$, foi elevada para 18\$000.

Alega o governo, justificando o seu acto, que a taxa de 12\$ fora estabelecida numa época em que o valor acquisitivo da nossa moeda era superior ao actual, o que não se justifica na presente época, onde, em verdade, a taxa devera ser pelo menos o dobro da antiga.¹⁰⁴

Em *Humilhação e Devastação na Bahia*, Nelson de Souza Carneiro reuniu trechos da documentação da gestão do Interventor de Juracy Magalhães, referente à década de 1930, nas quais ele salienta que o serviço de águas era de má qualidade e ainda, a população estava sujeita a ter água em dias alternados e de péssima qualidade, inclusive responsáveis por algumas moléstias intestinais. Como se não bastasse o aumento de 12\$ para 18\$000 réis, que a população pobre da cidade não podia pagar, num espaço curto de tempo, foi anunciado que a partir de 1º de janeiro de 1934, aconteceria um novo aumento para 24\$000 réis. Resume que:

“Do que temos dito se vê bem que na Bahia o povo é obrigado a pagar muito caro a agua que não tem para beber, por isso que ella é demasiadamente escassa. É muito commum em casas de família dispender-se mais de cem mil réis (100\$000) em pagamento a carregadores de latas de agua para urgentes e inadiáveis necessidades domesticas (...) O que é certo e incontestável, sem nenhuma duvida, é que o serviço de fornecimento de agua na Bahia é mau; a população soffre sede e paga caro a ruim que não tem para beber. Entretanto, o interventor da Bahia tem o displante de afirmar que o serviço de águas e exgottos daquelle Estado é dos melhores do Brasil!!!”¹⁰⁵

Pela forma com que o assunto é tratado neste documento apresentado por Carneiro, nota-se que a maneira como se processou o início da implantação deste serviço em Salvador deu margens a uma série de discussões e insatisfações entre vários setores sociais. De ponta a ponta da cidade, a falta d'água causou sérios problemas: do centro da cidade às áreas mais

¹⁰⁴ Jornal Diário de Notícias. Salvador-BA: Quinta-feira, 1 de setembro de 1931.

¹⁰⁵ SEABRA, J. J. *Humilhação e Devastação na Bahia: Analyse documentada da Administração do Sr. Juracy Magalhães*, reunida e anotada por Nelson de Souza Carneiro. Salvador: EGBA, 1933.

afastadas como o bairro da Liberdade em que água, energia, esgoto e calçamento, eram “artigos de luxo”.¹⁰⁶

Os moradores à estrada da Liberdade queixavam-se dizendo que “Deus os havia esquecido”¹⁰⁷. Na verdade, era a forma encontrada por eles para demonstrar suas insatisfações quanto às péssimas condições em que viviam. O abastecimento no referido bairro e nas adjacências era feito pelos aguadeiros¹⁰⁸, que utilizavam jegues/burros/jumentos como meio de transporte para transladar, das áreas centrais até às localidades, água para todas as necessidades dos moradores daquela zona, chegando a cobrar pelos serviços 800 réis por carga. Estes trabalhadores, com meia dúzia de barris nos lombos daqueles animais, percorriam as tortuosas ladeiras da cidade colonial, indo até aos aguadouros públicos para pegar e vender água para os gastos diários da população. Sem contar que naquelas idas e vindas, os animais por onde passavam, deixavam rastros de excrementos que aumentava ainda mais com o estado de insalubridade.

Com se não bastassem todos esses percalços, ainda havia o problema dos “agentes” contrabandeadores de água, que se beneficiavam “em surdina” do minério, sem que os órgãos competentes sequer desconfiassem. Quarteirões inteiros, avenidas e becos a utilizavam, sendo que, as duras penas caíam “nas costas” de quem nada tinha a ver com a questão.

A localidade de Dendezeiros, uma vila industrial formada por onze prédios, se abastecia ilicitamente, e os moradores dos arredores também usufruíam da água. O fato chegou ao conhecimento da Repartição dos Serviços de Água, e esta tratou de fechar a torneira existente no local que servia para tal uso. Os donos dos prédios tiveram que pagar as penas referentes ao prejuízo e providenciar as devidas instalações para que pudessem voltar a se beneficiar. A vizinhança que também se servia, não mais pode fazê-lo.

Algumas áreas da cidade, já ficaram até 120 dias com falta de água¹⁰⁹ por conta da imperícia dos instaladores dos registros, como foi o caso das ruas Mesquita e Amparo do Tororó. Para este caso, um grupo de moradores endereçou um documento ao Governo do Estado, reclamando pelos transtornos:

¹⁰⁶ Jornal. A Tarde. Salvador-BA. Sexta-feira, 27 de janeiro de 1933. Ver a matéria intitulada *É um bairro que Deus esqueceu*.

¹⁰⁷ Essa expressão é encontrada na maioria das edições dos jornais trabalhados. Sempre que os jornalistas entrevistavam os moradores dos bairros afastados do centro da cidade, eles se posicionavam quanto às formas que eram tratados pela administração da cidade.

¹⁰⁸ Os “aguadeiros” eram homens que sobreviviam da venda de água para o abastecimento dos domicílios e estabelecimentos comerciais no momento em que Salvador não possuía água encanada.

¹⁰⁹ Inclusive, a Repartição do Saneamento de Salvador no ano de 1935 incendiou e a falta de água favoreceu para que os estragos não tivessem sido contidos. O prédio novo deste órgão só ficou pronto em Agosto de 1937.

“Exmo. Sr. Dr. Corrêa de Menezes, secretário do Estado e Interventor interno: - Nós, abaixo assignados, proprietários e inquilinos, às Ruas Mesquita e Amparo do Tororó, vimos solicitar de V. Exa., como homem honesto e justo, a atenção para a falta de água que há cerca de 120 dias nos tem flagellado, a pesar de pagarmos, mensalmente, dezoito mil réis (18\$000).

Não é porque haja falta deste precioso liquido que não só é para alimento, mais indispensável á hygiene; é apenas defeito de manobra. Queremos, pois, pedindo a V. Exa. Suggestir a autorização da mudança do registro situado no princípio da ladeira para um pouco abaixo, o que não trará prejuízo a nenhum interessado, contanto que não haja interesse da parte de quem operar em nos deixar na falta, como todos nós temos verificado, assim como o espaço de tempo em que ficar aberto o registro (...) Tanto que, ao que parece, a culpa não é do Departamento de Águas e sim do encarregado do registro, áquella zona, conforme se depreende na petição acima”¹¹⁰.

A inoperância verificada nas práticas de instalação dos serviços de água, em dado momento, a lógica do “cada um por si” acabou imperando e, a seu modo, os moradores da cidade iam buscando alternativas para a questão do abastecimento. Nesse sentido, além dos usos indevidos de água para realização dos serviços públicos, da existência dos “gatunos” que usavam o líquido ilicitamente, a população também precisou disputar com os vapores do Cais do Porto nas Docas, que estendiam suas “mangueiras” rua à fora, nos lugares, inclusive, em que circulavam veículos, despertando os mais diversos comentários por entre as pessoas que circulavam no local. Da mesma maneira, disputavam com os moradores da cidade que tinham o hábito de utilizar os aguadouros públicos para lavar automóveis. Sobre essa prática as lavadeiras reclamavam:

“(...) que, na fonte dos Padres, por exemplo, todas as manhãs, são lavados, por um corcunda, malcreado, os automóveis 1565 e 1619, que estacionam na Praça Cayru e que o trabalho é de tal maneira executado que já se quebrou a pia da referida fonte. Depois de infringirem assim com tal acinte e impunidade, a postura municipal sem um fiscal que o veja e proíba, sahem para desrespeitar as outras no atropelo pelas ruas. Fonte pública não é para lavar automóveis”¹¹¹

Em meados da década de 1930 por intermédio dos meios de comunicação disponíveis, a população soteropolitana ia sendo informada sobre as obras urbanas para resolver os problemas do abastecimento. O Projeto Saturnino de Brito foi um dos elaborados pelos especialistas no

¹¹⁰ Jornal Diário de Notícias. Salvador-BA. Terça-feira, 10 de outubro de 1933.

¹¹¹ Jornal A tarde. Salvador-BA. Sabbado 23 de janeiro de 1937. Ao mesmo tempo em que protestavam as lavadeiras também foram alvo de dezenas de ataques de pessoas que reclamavam pelo fato delas utilizarem das águas das fontes para a lavagem de roupas. Neste jornal, encontramos uma reclamação de um morador de Dias D’Ávila que condenava a presença das lavadeiras nas fontes ali existentes, alegando que elas contribuíam na poluição das águas com o uso de produtos como sabão, detergentes e outros agentes químicos. Ver: A Tarde, quinta-feira 23 de janeiro de 1936.

assunto, que visava a montar uma estrutura de captação de água dos rios do Cobre, Ipitanga e Jaguaripe. Através de um sistema de tubulação, essas águas seriam desviadas para a Bolandeira, lugar onde passariam por um processo de tratamento químico e filtração. O intuito era tratar diariamente 46.000 metros cúbicos de água, para o consumo das residências e estabelecimentos. Uma vez tratadas, seriam distribuídas para os reservatórios, começando pela Cidade Baixa e expandindo-se em direção à Cidade Alta.

Para efetivar tal empreendimento, o governo do Estado se valeu de materiais e equipamentos advindos do estrangeiro como o cimento, tubos de ferro e aço, registros e conexões, aparelhos para tratamento químico, filtros, bombas e motores elétricos, ferro para fazer as vigas e chumbo para as juntas. Segundo informa o jornal:

“A isenção de direitos conseguida pelo Interventor Juracy Magalhães representa uma economia considerável, que compensa o acréscimo de custo do material estrangeiro devido à baixa do cambio.

Assim, a remodelação e aumento do abastecimento da água na nossa capital estão sendo feitos dentro do orçamento oficial, apesar de se executarem obras complementares e das interrupções haviadas com a falta de recursos de outubro de 1930 a igual mês do ano seguinte, quando assumiu o governo do Estado o Capitão Juracy Magalhães”¹¹².

Salvador passa por uma devassa relativa à reorganização dos espaços urbanos, e neste sentido, sobre vários aspectos, se tornou preciso tornar a paisagem urbana um cenário que refletisse os ideais de ordenamento, progresso e civilização. O título da matéria, a seguir, veiculada pelo jornal *A Tarde*, em junho de 1931, evidencia como os aspectos relativos, por exemplo, à limpeza das ruas figurava em meio as preocupações da política higienista: *TRANSFORMANDO OS ASPECTOS VERGONHOSOS DA CIDADE*¹¹³.

Os aspectos vergonhosos referiam-se às condições em que se encontravam as avenidas, ruas e vielas da cidade. Uma varredura foi promovida nos quatro cantos, porém, do ponto de vista da promoção da condição de bem-estar e sobrevivência, aos poucos, a melhoria dos serviços só atingia as localidades em que habitavam as elites¹¹⁴, muito embora, lugares como a Ondina, considerado lugar moderno e ocupado pela camada social mais abastada, também passasse pelas mesmas privações que os bairros populares. Em setembro de 1935, o jornal *A Tarde* publica uma matéria, cujo título é bastante significativo como ilustração para o tema aqui exposto:

¹¹² Jornal Diário de Notícias. Salvador-BA. Terça-feira, 3 de abril de 1934.

¹¹³ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Quarta-feira, 10 de Junho de 1931.

¹¹⁴ Sobre conceito de *elites*, VER: AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. 2ª ed., Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.

ASSIM NÃO HAVERÁ BAIRRO QUE SE DESENVOLVA

*Ondina, bello surto de progresso, com vultosa população e casario moderno, não tem luz, agua nem condução para a cidade*¹¹⁵.

Ainda que o problema da falta de água atingisse vários bairros diariamente, nos bairros populares as condições de moradia e sobrevivência eram bem mais precárias. Entretanto, como podemos observar na nota acima, já existia uma forte tendência para que determinadas áreas da cidade recebessem tratamentos de privilégio. Em nome da Saúde Pública, a vigilância sanitária realizava batidas higienísticas constantes: era o projeto modernizador. Neste sentido, até os locais de comércio, sobretudo, de alimentos, não passaram incólumes, sendo continuamente inspecionados, para verificação das condições do local e dos produtos vendidos, assim foi que:

*“o dr. Arnaldo Silvany, do Serviço de Fiscalização de Generos Alimenticios, numa investida feita com seus auxiliares Antonio dos Anjos e Francisco Barreto encontraram os seguintes produtos completamente podres: Mercado Modelo: 15 kilos de suruby; carne do sol, 10 kilos; peixe, 201 kilos; camarão 15 kilos. 1º Armazem das Docas: 3 barricas de bacalháo; 2º Armazem das Docas: 450 caixas de batatas; 4º Armazem: 200 caixas de batatas; 5º Armazem: 10 sacas de arroz; 8º Armazem: 5 saccas de café.*¹¹⁶

Em Salvador, as altas nos preços dos gêneros de primeira necessidade eram constantes, como o da carne verde. Indignada e em nome da massa de trabalhadores, a então união sindical da cidade protestou contra os aumentos, dirigindo-se ao prefeito e em nome de 40 mil famílias residentes na capital, registrou protesto¹¹⁷.

Em finais da década de 1930, a industrialização e comercialização da água vão tomando seus primeiros contornos. O município de Itaparica, através do então prefeito Antonio Bulcão Sobrinho, inicia a atividade que, inclusive, contribuiu para o desenvolvimento econômico da região, através da utilização das águas da Fonte da Bica, na época, de reconhecido valor não apenas potável, mas também medicinal, colaborando, segundo os usuários do recurso mineral, para aplacar a propagação de várias moléstias e no tratamento de problemas de digestão. A comercialização do minério ficou a encargo da Empresa de Águas Mineraes Itaparica Ltda.

¹¹⁵ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Segunda-feira, 02 de Setembro de 1935.

¹¹⁶ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Sexta-feira 12 de Dezembro de 1930; título da matéria: *MESMO BARATOS, HÁ GENEROS PODRES PARA VENDER: A LIMPEZA FEITA PELA SAUDE PUBLICA.*

¹¹⁷ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Sexta-feira, 11 de Outubro de 1935.

Também se processa a introdução de um novo hábito: o consumo de água gelada, as “indústrias do calor”. Com a difusão lenta do uso das geladeiras e frente ao calor reinante, tal hábito denotou a adoção de uma ação empreendedora no sentido de buscar uma alternativa para o problema do calor, num momento em que eram raras as famílias que possuíam nas suas casas este bem. Entretanto, as pessoas que não podiam usufruir do uso da água gelada em suas casas, nem sempre o podiam fazê-lo na rua, haja vista o preço de venda nos estabelecimentos comerciais não proporcionar o acesso, cerca de 100\$00 réis, 10% do valor cobrado pelos aguadeiros por uma lata de água.

Algumas trabalhadoras, nas suas lidas diárias, necessitavam da água não apenas para as necessidades domésticas, mas para ganhar a sua sobrevivência, como foram as lavadeiras, tão bem assinalado por Cecília Soares, Alberto Heráclito Ferreira Filho e Maria Aparecida Sanches. Para eles, embora fazendo parte do setor informal, foi através deste tipo de ocupação que muitas mulheres, conseguiram ingressar no mercado de trabalho ajudando a movimentar a economia local. Segundo Sanches:

“na Bahia, secularmente, negras sujeitas ou livres, foram incumbidas da tarefa de lavar, passar, cozinhar, arrumar, buscar água, fazer os despejos, ou seja, todas e quaisquer atividades de manutenção da casa, tanto que estas passaram a ser a elas identificadas como as mais capacitadas para o seu exercício.”¹¹⁸

Adiante, discutiremos como este ofício se manteve neste contexto, e as duras condições diárias para realizá-lo.

Urbanizar, modernizar, civilizar, metropolizar, desaffricanizar, como queira o uso dos substantivos... na década de 1930, Salvador aprendia a “docilizar” seus códigos de conduta e costumes sociais, tudo isso, dentro de uma vontade nacional da promoção do progresso. É também neste contexto, que se criou uma empresa de limpeza urbana, como a já existente no Rio de Janeiro, cidade brasileira que servia como “modelo” de modernidade urbana, até porque, era *via* suas portas que entravam as cópias de progresso à moda européia.

Assim, a tentativa de *orquestrar* um desenvolvimento nacional, se esbarrou nas especificidades regionais, sendo que nas cidades do nordeste brasileiro, ficou acentuado um descompasso entre a idéia de desenvolvimento urbano e humano.

Dessa maneira, percebemos que em Salvador o processo de implantação de saneamento se processou de maneira lenta e desordenada, não atendendo de maneira satisfatória ao grosso da população que carecia não apenas de água para sobreviver, mas da adoção de medidas que

procurassem, pelo menos, atenuar as duras condições de existência dos segmentos das camadas menos favorecidas.

Ingressamos num processo de “civilização” das práticas e costumes para atender às demandas por mudanças operadas na economia internacional, mas não conseguimos civilizar as relações e práticas sociais, que a todo instante sinalizavam para as desigualdades nas ocupações dos espaços na cartografia da cidade. Ou dito de outra forma, num *lugar* como Salvador, a vontade de reordenar o centro urbano, necessariamente deveria passar pela promoção do fisionômico e do social.

No Brasil, a geração chamada romancistas de 1930, também buscou no seu cotidiano, elementos para compor as suas narrativas. Na Bahia, em larga medida, as transformações processadas na política, economia e sociedade a partir dos anos de 1931, foram utilizadas por Jorge Amado nos seus romances. Mas este tema será abordado com mais detalhes, no próximo capítulo.

¹¹⁸ SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador 1900-1950*. Salvador: FFCH/UFBA, 1998, p. 95.

CAPÍTULO III

A CONDIÇÃO SOCIAL DAS LAVADEIRAS: *quando a História e a Literatura se encontram*



Jean Lopes. *A Ida*. Riscos, 2005.

*Morreu violentada porque quis. Saía, falava, cantava.
Podia estar quieta e ser feliz, calada, acuada, castrada....*
Ângela Ro Ro

*Calar as mulheres. Civiliza-las. Ensina-las a ler. Mas
O imaginário feminino se esquivava.*
Michele Perrot

A noção de produção de conhecimento histórico privilegiou durante muito tempo determinados temas de pesquisa relativos ao campo da política, economia, dos grandes nomes, dos grandes chefes de estado, etc. Entretanto, o início do século XX é marcado por uma revirada na concepção de atividade de pesquisa, momento em que novos objetos e fontes de pesquisa começam a emergir no campo das chamadas *Ciências Humanas*.¹¹⁹

Dos finais da segunda década do século XX até as décadas de 70 e 80, ao longo deste percurso, uma centena de temas passou a ocupar o imaginário e o labor cotidiano dos historiadores de todo o Ocidente. Temas nunca antes discutidos despontam como motivos de intensas e acuradas práticas de investigação histórica. Neste sentido, mulheres, relações de gênero, masculinidade, família, criminalidade, religiosidade, etnicidade, infância, sexualidade, dentre outros, passaram a fazer parte da ocupação do ofício dos historiadores. No Brasil, segundo Mary Del Priore:

“O interesse que a história da mulher recebeu no estrangeiro teve um primeiro reflexo no Brasil ao final dos anos 70. Desde 1978, os pesquisadores da Fundação Carlos Chagas de São Paulo começaram a coletar material para a realização de uma bibliografia concernente a trabalhos, na área de ciências humanas, voltados para o tema ‘mulher’. O papel relevante desta fundação para estudos sobre mulher não parou aí (...) Vários historiadores, debruçados sobre as fontes egressas das instituições de poder – Igreja ou o Estado – varriam os escaninhos da vida social no Brasil colonial e imperial, e também republicano, em busca de práticas que se desviavam da norma no campo dos amores e do imaginário. Surgiram, assim, em artigos, teses ou livros, as histórias das concubinas, das prostitutas, das escravas rebeldes, das freiras, das lésbicas, das defloradas, das mal faladas, das pecadoras, das doidas, das pobres, das escritoras femininas”¹²⁰.

Na Bahia, dentre os poucos trabalhos existentes sobre a temática, o de Cecília Moreira Soares - *Mulher Negra na Bahia no Século XIX (1994)*, Alberto Heráclito Ferreira Filho - *Salvador das Mulheres: condição feminina, e cotidiano na Belle Époque imperfeita (1994)* e

¹¹⁹ Ver: LE GOFF, Jacques. Op. Cit.

¹²⁰ PRIORE, Mary Del. Op. Cit., p. 226-227.

Maria Aparecida Prazeres Sanches - *Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico em Salvador 1900-1950* (1998), despontam como contribuições historiográficas no alargamento e compreensão sobre os estudos relativos à história das mulheres, servindo-se, para isso, de fontes documentais encontradas nos arquivos, até então, não devidamente exploradas. Dessa forma, várias lacunas existentes nas pesquisas sobre História Sócio-Cultural, passaram a ser, na medida do possível, dirimidas. Mas, ainda há muito a ser decifrado.

Nesse sentido, a emergência do tema que esse capítulo visa a discutir, se insere como uma possível contribuição aos estudos realizados dentro e fora do Brasil sobre a história das mulheres. Assim, falar das lavadeiras implica tirá-las da invisibilidade, que um dia o exercício de produção histórica imprimiu. Da mesma forma que reivindica um novo lugar para aspectos das práticas cotidianas de estratos sociais dantes marginalizados.

O texto literário é tomado aqui como um (pre)texto para a discussão histórica, uma vez que os temas presentes nas narrativas literárias partem de uma vontade do literato em representar aspectos de uma dada realidade social¹²¹. De acordo com Priore,

*“nossos colegas literários, egressos de uma disciplina precisa, que possui discurso e métodos próprios, entrevistaram sobre alguns pontos nevrálgicos da documentação em questão. Esta intervenção, externa ao trabalho do historiador, permitiu-lhe importar conceitos e confrontar interpretações”*¹²².

Dessa maneira, os textos que foram utilizados como base para a realização deste estudo são *Suor* (1934) e *Capitães da Areia* (1937), de Jorge Amado, tomados como documento para entender, de que forma, o autor ao compor a personagem lavadeira ao longo da sua narrativa, utiliza-se de elementos históricos que lhe permite esboçar sua percepção e interpretação sobre a condição social das mulheres em Salvador que elaboraram estratégias de sobrevivência como trabalhadoras autônomas.

Nestas obras, ainda que a personagem lavadeira não apareça de maneira densa, quantitativa, sistematizada, a sua aparição, situa o autor como um releitor de vários aspectos do cotidiano da sociedade soteropolitana na década de 1930, relativos à condição social das classes populares. Assim, a idéia é partir de uma abordagem micro, presente naquelas obras e, em seguida, buscar rastrear, nas fontes aqui utilizadas, elementos que possibilitassem dar maior

¹²¹ Um excelente exercício para compreender noções sobre práticas culturais e representação, é o texto de Roger Chartier *A História Cultural: entre práticas e representações*. Neste, o autor discute como o romance histórico poder ser tomado como referência nos estudos históricos.

¹²² Idem, p. 228.

densidade à análise ora prevista, para que se torne possível ratificar as narrativas literárias como fontes históricas.

Ao longo da história da humanidade, a partir e, em consequência, do texto bíblico, as mulheres foram tratadas e “colocadas” na condição de *Segundo Sexo*. Foi *inventado* um lugar, historicamente construído para que elas o ocupassem e servissem como sombras da existência masculina. Isso não implica em dizer que elas o aceitaram e nem tampouco se bastaram àquela condição de subserviência. Ao longo da história, as mulheres reelaboraram as práticas cotidianas dos maus tratos a que estavam submetidas, da violência física e moral, dos afazeres não remunerados dentro da casa, dentre outros, em todas as sociedades em que estiveram inseridas.

Segundo Michele Perrot, muito embora se pensasse que a existência feminina se reservava aos bastidores, na verdade eram elas que direcionavam, inclusive, as decisões, nas esferas e lugares estabelecidos como masculinos, sendo “*inspiradoras da decisão política, muitas vezes tomadas sobre o travesseiro*”¹²³. Eram as mulheres mostrando sua capacidade na tomada de decisões, os seus poderes, muito embora no imaginário masculino elas ainda ocupassem papéis secundários, mesmo quando elas iam para as ruas afrontando à condição de macho dos seus e dos outros homens.

“*Lavar roupa todo dia, que agonia...*”, diz a canção imortalizada na voz de Luiz Melodia. A rotina destas trabalhadoras em Salvador sinalizava a sua presença no cotidiano da cidade. “*Lata d’água na cabeça...*”, iam pelas ruas Joanas, Nilzas, Augustas, Marias, Carmosinas, Lourdes, Iracinas, Leonores, Amélias, Vitalinas, Eurídes, Cléas, Iracemas, Joaquinas, dentre uma infinidade de mulheres que, para complementar os proventos do mês ou para sustentar seus lares, eram presença marcante nos quatro cantos da cidade, ofício que se mantém até os dias de hoje, exclusivamente, no domínio feminino.

Nos jornais *Diário de Notícias* e *A Tarde*, na década de 1930, há um sem número de notas e/ou matérias sobre a atividade laboriosa de lavadeira, seu cotidiano, suas angústias, as querelas em que estavam envolvidas, as brigas nas ruas e com os seus companheiros nos espaços público e privado, os “*disse-que-disse*”, seus sonhos de consumo, as dificuldades no pagamento do aluguel e na compra de alimentos, criação dos/das filhos/as enfim, informações que nos tornam possível revelações sobre as práticas rotineiras destas mulheres e desse ofício.

Registramos a solicitação diária dos serviços de lavadeira na seção de classificados nos periódicos, atividade realizada por mulheres que prestavam seus serviços em troca de uma

¹²³ PERROT, Michele. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 168.

baixa remuneração, levando-se em consideração o custo de vida para as classes populares. Peritas neste ofício, elas percorriam toda a cidade a procura de novos e novas clientes, quando não eram indicadas por velhos fregueses e contratantes.

Figuras marcantes no cotidiano das ruas, avenidas, becos e vielas, elas faziam parte das cenas e cenários urbanos, percorrendo quilômetros acima e abaixo, geralmente acompanhadas pelos seus filhos, que as ajudavam a carregar as trouxas de roupas, as sacolas, as latas de água que carregavam nas suas cabeças. Porém, na maioria das vezes, elas mesmas carregavam todo o material.

No início da década de 1930, mesmo com a implantação das Lavanderias, o ofício de lavadeira se manteve atuante. Possuindo um *savoir faire* para a realização deste trabalho, elas o executavam, utilizando para isso de um redobrado cuidado para que tudo saísse a contento dos “fregueses” e das “freguesas”. É certo que nem sempre conseguiam, haja vista os acidentes que aconteciam com relação aos estragos nas peças, ou quando estas eram roubadas por “gatunos”, obrigando-as a esmerar-se nas explicações aos donos. Tratava-se de garantir “o nome na praça” e, neste sentido, elas procuravam se empenhar para que as pessoas que as solicitassem voltassem a fazê-lo.

Pertencente às camadas populares, a condição existencial e material das lavadeiras em Salvador não era diferente da vivenciada pela massa de trabalhadores sub-remunerados imersos num clima de tensões sociais¹²⁴ cotidianas vivendo nas difíceis condições econômicas, tendo de morar em casebres sem a menor estrutura possível, amontoados nos sobrados ou cortiços espalhados pela cidade.

Escrevendo, em 1934, sobre as condições sociais de uma massa de excluídos sociais, Jorge Amado elegeu o Pelourinho cenário onde vários personagens compuseram suas cenas. Nesse texto, Amado promove um desfile de tipos humanos, tendo o “Sobrado 68” como eixo sobre o qual a narrativa é construída. Um mundo fétido, escuro, desorganizado, em que os personagens disputam cada metro quadrado nele existente para acomodar-se. Dentre aqueles, a lavadeira figura como elemento do universo feminino presente. Através das lentes do romancista, flagramos cenas cotidianas nas quais as mulheres desempenhavam várias atividades de cunho remunerado, herança de um então recente passado colonial que uma farta documentação não cessa de registrar. Assim, a rotina dessas personagens denunciava a condição social em que viviam na cidade de Salvador as costureiras, lavadeiras, passadeiras,

¹²⁴ Sobre este assunto ver: SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões Sociais, Salvador (1890-1930)*. São Paulo: USP, 1982. (Tese de Doutorado)

engomadeiras, quituteiras, vendedeiras, feirantes, mulheres “da vida”, vendedoras de mingaus, etc. Dessa maneira, assistia-se diariamente,

*“Mulheres do terceiro andar discutir com mulheres do segundo e ouvindo-se palavras cabeludas (...) De manhã, os homens saiam quase todos. O vozerio das mulheres aumentava. Lavavam roupa. Ruídos de máquinas de costura”*¹²⁵.

Esta rotina a que as mulheres pobres de Salvador estavam sujeitas, se opunha à forma como as mulheres das camadas abastadas utilizavam do seu dia entre reuniões sociais e ações de cunho benemerente. Estas dispunham, inclusive, dos órgãos da imprensa local à sua disposição para anunciar as atividades que promoviam, como a Rádio Sociedade que esteve a seu serviço¹²⁶. Dessa forma, registram-se os diversos universos femininos em um mesmo contexto, sendo que enquanto as mulheres e os homens pertencentes às elites locais disputavam seus espaços, as mulheres e os homens das camadas populares também o fizeram, devendo-se salientar que elas desenhavam uma geografia de ocupação urbana bem distinta, momento marcado pela existência de *“uma vontade de disciplinarização do uso das ruas, definindo-se espaços próprios para a atuação de cada classe”*¹²⁷. Entretanto, havia um ideal de mulher, que era a branca, instruída, educada, afeita a sociabilidade e a condição materna. No Jornal *A Tarde*, encontramos a seguinte matéria:

AS ASPIRAÇÕES E CONQUISTAS DA MULHER

*“É a mulher quem dá à humanidade a seiva branca de seu seio e quem lhe accende no cérebro, quase sempre, o lume da instrução. O lar e a escola são a forja dos caracteres. Precisa, pois, de ter como mãe a capacidade de mestra e como mestra o sentimento de mãe”*¹²⁸

Assim, é dessa maneira que os universos femininos apareciam diariamente nos jornais: diametralmente opostos. Observe-se que tanto no trecho de *Suor* anteriormente apresentado, quanto na matéria do jornal destacada a idéia da mulher do e no lar é presente.

Voltando a *Suor*, a personagem Julieta na condição de desempregada, sonha com um homem rico que a tiraria da vida difícil a que estava submetida. Era a vontade de passar para o

¹²⁵ AMADO, Jorge. *Suor: Romance*. 33ª ed., Rio de Janeiro: Record, 1980, p. 11.

¹²⁶ No dia 8 de abril de 1931, o jornal *Diário de Notícias* noticiava uma grande festa organizada pelos centros feministas baianos que teve lugar na própria Rádio Sociedade. Havia um grupo de mulheres aliadas em torno da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Até onde se tem notícia, já que se tratava de uma instituição de caráter feminista, não se sabe de nenhum tipo de atividade realizada em torno da causa em que mulheres de diversos grupos sociais estivessem lá reunidas.

¹²⁷ LEITE, Rinaldo C. Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador (1912-1916)*. Salvador: FFCH/UFBA, 1996, p. 131.

outro lado da moeda, desfrutando de um outro status e posição social: “*vou com ele... quero é comida, casa boa e boa bóia*”¹²⁹. O ideal de casamento dessas mulheres era com homens de posição social elevada. Mas, era só o ideal, haja vista, que as relações que mantinham diariamente se davam com homens da mesma posição social, e as dificuldades presentes nestes relacionamentos *desaguavam* em rotineiros escândalos, com os filhos e filhas presenciando tais episódios: “*Quando eu nasci ela tava amigada com um carroceiro. A gente tomava porrada como gente grande*”¹³⁰, denuncia Henrique, garoto, personagem da narrativa amadiana. A gente, leia-se mãe, filhos e filhas...

O sobrado, nesse texto, simboliza uma espécie de retrato em três por quatro ampliado da sociedade baiana: composto por uma população heterogênea, variada, diversa, fruto do seu processo de formação histórica e cultural. A massa de trabalhadores e trabalhadoras que residiam na capital baiana, embora fosse a maioria filhos e filhas da terra, em larga proporção também advinham egressos das zonas do Recôncavo, Sertão e Chapada Diamantina; saíam daquelas áreas em busca de um *lugar ao sol*, em busca de uma melhora na sua condição de vida, é certo que, nem sempre conseguiam. Em *Sobrevivência e Tensões*, Mário Augusto da Silva, chama a atenção para essa questão na República Velha brasileira. Para o autor, os trabalhadores,

*“domésticos vinham de outras localidades do Estado para trabalhar na capital, mas, com frequência, eram oriundos da própria Salvador. Na maioria, descendentes de antigos escravos, constituíam-se em considerável exército de mão-de-obra, disponível para várias misteres: jardineiros, cozinheiras, copeiros, faxineiros, lavadeiras, engomadeiras, arrumadeiras, babas e etc.”*¹³¹

Neste sentido, as tensões sinalizavam as difíceis condições a que as famílias dos trabalhadores estavam sujeitas. Entretanto, isso não implica em dizer que esta parcela da população não reelaboraram o seu cotidiano, reinventando formas de sobrevivência. Não sendo vária a possibilidade de diversões e lazeres, determinado dia da semana funcionava como momento reservado para *folgar* dos serviços:

“Às terças-feiras as mulheres apressavam o trabalho e cantavam, alegres como em dia de festas. Realmente, era o dia de festa, terça-feira, o Olímpia dava uma soirée chic,

¹²⁸ Salvador: BA. Jornal *A Tarde*. Sabbado 9 de abril de 1932.

¹²⁹ AMADO. Op. Cit. p. 14

¹³⁰ Op. Cit., p. 32

¹³¹ SANTOS, Mário Augusto da Silva. Op. Cit., p. 83.

*grátis para moças, com um programa que podia não ser escolhido, mas era extenso.*¹³²

A lida diária das lavadeiras era difícil. Ofício herdado do tempo da escravidão em que as escravas de ganho¹³³ exerciam esta atividade fora das dependências do senhor, tendo que pagá-lo por essa “liberação”. O trabalho de lavagem de roupas está atrelado a um momento da história brasileira, em que, como em Paris do século XIX, a roupa funcionava como um dos elementos que sintetizava o discurso científico-industrial, uma vez que o ideal de limpeza inerente ao discurso modernizador e higienizador atingiu não apenas os espaços públicos e a casa, mas os moradores da casa, os arredores dela, seus hábitos, suas roupas.

*“O século XIX é uma civilização da roupa de casa e do vestuário ligada à primeira revolução industrial: a têxtil. A roupa de casa, valor de uso, em certo sentido é um capital. A formação de enxoval de casamento das mulheres é uma poupança, e os armários cheios de roupa de casa são um sinal de riqueza”.*¹³⁴

Entretanto, a manutenção da roupa limpa, não era tarefa das mais fáceis como já foi antes salientado, e as mulheres encarregadas de tal ofício não recebiam tratamentos respeitosos por esse tipo de serviço.

Embora não se possa afirmar que apenas as mulheres negras em Salvador, na década de 1930, trabalhavam como lavadeiras, concordo com Soares, quando afirma existir já em finais do século XIX uma geografia negra relativa aos tipos de trabalhos praticados nesta cidade, e é justamente nessas áreas urbanas que se visibilizavam as mulheres negras rumo ao labor nas fontes¹³⁵. Segundo Soares,

*“A lavagem de roupa requeria, necessariamente, o deslocamento das negras até as fontes de água, permitindo às lavadeiras, fossem escravas ou não, servir a mais de uma pessoa. Além disso, o serviço tornava possível a socialização das lavadeiras entre si e com outros grupos. Diariamente, ou em dias alternados, as lavadeiras dirigiam-se a riachos e fontes para a lavagem de roupa.”*¹³⁶

¹³² AMADO. Op. Cit., p. 60.

¹³³ Vendedoras ambulantes, lavadeiras, engomadeiras, etc.

¹³⁴ PERROT, Michele. Op. Cit., p. 225.

¹³⁵ Soares na sua pesquisa discute dados relativos ao primeiro censo de caráter oficial realizado em Salvador no ano de 1872, sobre a distribuição por cor e sexo e ocupação profissional.

¹³⁶ Idem, p. 42.

Os dados da pesquisa apresentados por Mário José de Souza Andrade¹³⁷ informa sobre as ocupações da população negra na Bahia para o período situado entre 1811-1888. Estes dados, evidenciam que as lavadeiras ocupavam o quarto lugar (6,7%) quanto ao ramo de atividades das escravas de ganho, atrás das domésticas (27,2%), costureiras (10,6%) e ganhadeiras (10,3%).

A rotina a que as lavadeiras estavam sujeitas começava com às idas as casas dos/das contrantes dos serviços, tornando possível desenhar trajetórias de circulação pelas ruas da cidade, em direção às fontes, diques, lagoas e riachos, quando não lavavam nas proximidades das suas casas ou na frente destas, causando verdadeiro mal-estar junto a uma população que a todo instante denunciava nos jornais os maus hábitos de certas mulheres em praticar tal atividade de maneira não higiênica ou não cuidadosa em frente das suas moradias, espalhando um mar de espuma pelo chão, contribuindo para que os pedestres desatentos caíssem em plena rua, favorecendo a querelas, discussões e outros *disse-que-disse*. Em dezembro de 1931, o jornal A Tarde veicula a seguinte nota:

UMA LAVANDERIA EM PLENA RUA

*Ainda há infelizmente, aspectos muito tristes da nossa capital. Agora mesmo, informam-nos a existência de uma lavanderia, em plena rua á entrada da Travessa dos Mineiros, a Fonte das Pedras.*¹³⁸

Observe que o tom em que é feita a denúncia, prima pelos ideais das práticas civilizatórias. Durante toda a década de 1930, encontramos este tipo de reclamação por parte da população local. No mesmo jornal, no ano de 1936, o tom da nota anterior permanece:

HABITOS QUE NÃO SÃO DE CIDADE

*Moradores à Mesquita dos Barris queixam-se, de certos vizinhos que tecem o habito inconveniente de estender roupas nos passeios de suas casas, tornando-os escorregadios, e trazendo aos transeuntes o perigo de quedas desastrosas.*¹³⁹

Voltando aos aspectos do cotidiano, se faz necessário lembrar que para a realização dos serviços, elas precisavam sair muito cedo das suas camas – quando as tinham – e iniciar o trabalho. Muitas acumulavam funções como lavar e engomar, nesse caso, o serviço onerava um pouco, haja vista, lavar e engomar eram atividades distintas. Para os/as contratantes, às vezes

¹³⁷ Cf. ANDRADE, Mário José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1888*. São Paulo: Corrupio, 1988.

¹³⁸ Jornal A Tarde. Salvador: BA, Segunda-feira, 14 de dezembro de 1931.

era mais vantajoso, uma vez que uma única pessoa realizaria todo o serviço. Também nesse caso, o tempo de permanência com as roupas dos/das fregueses/as era maior. Anteriormente, fizemos menção ao dia em que a atividade de lavagem era substituída pelo ócio. Entretanto, essa prática não as isentavam das obrigações da manhã seguinte:

*“No outro dia, acordavam às cinco horas da manhã, como sempre... E, no trabalho, lavando roupas, remendando vestidos, passando ferro em camisas, lembravam as fitas da véspera, se deliciavam em comentários, as mais novas sonhavam noivos ricos com um travo de amargura, elas que odiavam a vida diária com muito trabalho e pouca comida. Lá fora, havia outra vida. A vida dos grandes automóveis e dos belos vestidos. Vida que elas só conheciam pelo cinema. Mas, quando alguma delas se perdia com um rapaz rico, não a invejavam. Sabia que a felicidade duraria pouco tempo. Ela voltaria breve e, quando voltasse, não saberia mais lavar roupa. Cataria homens depois das dez horas da noite, beberia cachaça até que a Assistência a levasse”.*¹⁴⁰

Muito embora a vontade de modernização brasileira tenha se iniciado em finais do século XIX, durante toda a República Velha (1889-1930), nas principais cidades brasileiras, as transformações se processaram de maneira lenta e desordenada. Arrumar as cidades implicava em conduzi-la a um ordenamento em que, nas fotografias, as elites aparecessem em primeiro plano. É também nesse momento que se processou a configuração de espaços urbanos distintos para os nobres e os pobres da cidade, e um intenso processo de favelização foi tomando corpo.

Estudando aspectos sobre a civilização e anti-civilidade dos costumes em Salvador no período situado entre 1912 e 1916, momento em que J.J. Seabra esteve no exercício do poder, Rinaldo Nascimento Leite assinala que:

*“as cidades se tornaram objeto da análise dos mais variados segmentos sociais, como profissionais técnicos (a exemplo de engenheiros e sanitaristas), jornalistas, intelectuais, estrangeiros, (diplomatas, banqueiros, comerciantes e empresários), entre outros. As discussões sobre as necessidades de reformas urbanas foram desencadeadas, no entanto, por higienistas, sanitaristas e médicos, os quais faziam duras críticas às más condições de salubridade e higiene das cidades”.*¹⁴¹

No meio daquela agitação provocada pelas reformas urbanas, faziam parte das medidas adotadas de introdução de novos hábitos de condutas, colocar a cidade em sintonia com Paris, poucas vezes, Londres, cidades exemplo de refinamento, requinte, finesse. Por exemplo, o hábito de se estender roupa nas fachadas das casas ou em varais na frente delas, contrariava tais

¹³⁹ Jornal A Tarde. Salvador: BA, Sabbado, 16 de maio de 1936.

¹⁴⁰ AMADO. Op. Cit., p. 61.

¹⁴¹ LEITE, Rinaldo C. Nascimento. Op. Cit., p. 09.

ideais civilizatórios, porque “*tal estado de coisas envergonhava a cidade e seus habitantes ante ao olhar dos estrangeiros, que formavam, sem dúvida, uma imagem extremamente negativa dela*”¹⁴². Corroborando com as observações feitas por Leite para a primeira década do século XX, em finais da década de 1930, ainda se encontravam nos jornais, queixas quanto à manutenção de tais práticas. A matéria que se segue, é bastante ilustrativa para o que dissemos:

A FACHADA DA CIDADE

Essa nossa “mui nobre e leal cidade de Salvador” contenta-se com o título de ser a primeira cidade do Brasil, devido à primazia chronológica. Contenta-se com isso, realmente. Entretanto, dado a sua antiguidade, bem que ella podia ser uma das lindas, das mais adeantadas, das mais bem cuidadas do paiz.

Mas desejar-se isso da nossa capital, é quere-se muito. Porque parece que seu povo se sente bem nesse atrazo em que vive, desrespeitando leis e posturas que foram feitas no fito de zelar pela feição esthetica da “urbs”.

Há, por exemplo, uma postura da Fiscalização Municipal, prohibindo, no centro ou nos arrebaldes distantes da cidade, que se ponha roupa a secar em plena via publica. Ninguém discute o acerto dessa medida. O costume de estender na rua peças de indumentária masculina, ou feminina, só é cabível em algum povoado do alto sertão, onde não chegue a voz civilizadora das capitaes. Contudo esse é um dos hábitos da parte humilde da população desta cidade, embora por mais de uma vez tenhamos reclamado contra o mesmo. É não é só. Não contentes de transformarem as ruas em coradoros públicos, existem pessoas que embandeiram as fachadas das casas onde residem, com camisas, calças, etc. Os moradores das casas cujas fachadas dão para a Rua Chile adoptam tal costume. Convem notar-se, porém, que os fundos daquellas casas se vêm do mar, sendo ellas, por esse motivo, a verdadeira fachada da cidade.

*Que impressão terá o turista que aqui aporte, vendo esse curioso embandeiramento?*¹⁴³

Portanto, se por um lado as reformas urbanas em Salvador datam do início da década de 1920 durante a gestão Seabra, em meados deste século, elas ainda estavam por se fazer, haja vista, ter sido um processo demasiadamente lento, sobretudo, por que estava relacionado a objetivos de cunho pedagógico¹⁴⁴. A contribuição de Leite sobre a urbanização soteropolitana é importante, porém o historiador esbarra em alguns limites de interpretação, comum a toda a produção historiográfica.

O primeiro problema, a meu ver, são as generalizações acerca dos maus hábitos cotidianos da cidade, localizando-os apenas entre as camadas populares, sobretudo, porque há uma limitação no uso do conceito de cultura popular. O autor não consegue entender que, em dado momento, o não coibimento de certas práticas culturais pela polícia como o jogo do bicho

¹⁴² Idem, p. 10.

¹⁴³ Jornal A Tarde. Salvador: BA. Quinta-feira, 05 de maio de 1938.

e o samba, pode estar relacionado ao fato de que os policiais eram membros do que ele mesmo denomina de “camadas populares”.

Também penso existir certo equívoco em afirmar que as classes populares só ouviam samba, ou associar tal ritmo a essa parcela da população. Na medida em que afirma que “*nos principais espaços urbanos da cidade circulavam pessoas incompatíveis com o progresso e a civilização. Vendedores ambulantes ou armados de banca, meninos e moleques, crianças órfãs, velhos, doentes*”¹⁴⁵, tal afirmativa só corrobora com as teses racistas produzidas nos finais do século XIX, que construíram discursos sobre a necessidade de varrer os pobres e pretos dos centros urbanos; não se percebe em Leite, portanto, uma análise crítica daquela produção científica.

Embora tenha havido reformas de cunho administrativo em Salvador durante a Primeira República, como nos demais centros urbanos, não se observou nesta cidade melhoras no aspecto desigualdades econômicas entre as diversas camadas da população, haja vista a utilização de estratégias de manutenção de uma ordem hierárquica e historicamente construída. O que aconteceu durante a República Velha foi o reordenamento das forças políticas, na qual os revezamentos na gestão pública proporcionaram a continuidade de um modelo de administração em que as elites defendiam seus interesses de classe.

Nesse contexto, as classes populares estiveram por sua própria conta, o que significa dizer que precisavam realizar trabalhos diários e ocupações sub-remuneradas, ora com vínculos empregatícios, em um momento em que ainda não vigorava o salário mínimo, tempo de serviço, férias e outras questões de cunho trabalhista; ora, como trabalhadores e trabalhadoras autônomas. De acordo com Santos:

De modo geral, os autônomos não tinham suas ocupações reguladas por normas legais. Porém, algumas condições, como duração da jornada e horários preferenciais, eram ditadas pelo próprio tipo de trabalho, pela mercadoria que se oferecia, pelo serviço que se prestava. Pescadores podiam passar dias a fio no mar. Lavadeiras, que, todas, não tinham água canalizada em casa, iam as fontes logo ao romper do dia e lá ficavam até anoitecer”.¹⁴⁶

O problema da falta da água em Salvador durante a Primeira República acarretou uma série de problemas no cotidiano da cidade: canos arrebentados, limpeza da tubulação, aumento no valor das taxas, etc., para uma população que aos poucos, ia se acostumando com a introdução do hábito de ter água encanada. Entretanto, como já foi salientado, a população, de

¹⁴⁴ LEITE, Rinaldo C. Nascimento. Op. Cit., p. 15.

¹⁴⁵ Idem, p. 130.

¹⁴⁶ SANTOS, Mário Augusto da Silva. Op. Cit., p. 96.

maneira geral, teve que pagar muito caro – no sentido da palavra – para ter água em casa. Isso não quer dizer que toda a população soteropolitana tenha tido acesso, inclusive, porque diariamente as faltas de água afetavam tanto aos bairros nobres quanto aos bairros pobres. Devemos salientar é que a cobrança das taxas de manutenção dos serviços de abastecimento, tenha sido feitas indistintamente, na mesma proporção, para toda a população, o que se mostrou insustentável para a massa de trabalhadores.

Embora a população do “68” fosse variada, formada por homens e mulheres de vários lugares, o número de lavadeiras era significativo. Para muitas mulheres, lavar roupa significava a possibilidade de sobrevivência para ela e os seus, numa sociedade ainda marcadamente machista na qual, mesmo os homens ocupando o papel de mantenedores das despesas domésticas, em larga medida, não era bem dessa maneira que as coisas aconteciam, e elas “chegavam junto” na manutenção dos seus lares, quando não o faziam sozinhas, caso seus companheiros estivessem sem ocupação remunerada. Segundo Amado:

*“Quando o sol batia parecia que o cortiço ia incendiar. Então ninguém podia tolerar os apartamentos abafados, uma sala, um quarto e um simulacro de cozinha, onde, sobre quatro pedras, descansava a panela do feijão. Alguns possuíam fogareiros velhos, comprados a ciganos ladrões. Na frente do cortiço, um pátio cimentado com um tanque d’água servia de coradouro às lavadeiras, de parque de diversões para as crianças (...) naquele pátio ganhava a vida a grande maioria dos habitantes (...) quase toda a população do cortiço era formada de lavadeiras e engomadeiras, que ajudavam os maridos operários no sustento da casa, entrando muitas vezes com a maior parte (...) Como não valia a pena protestar, as lavadeiras coravam a roupa na varanda, nas salas e nos quartos, secando o resto a poder do ferro quente, o que lhes trazia uma despesa bem maior de carvão”.*¹⁴⁷

Assim, as condições sociais a que estavam submetidas não as deu a possibilidade de gozarem de uma forma de vida digna para si e os seus. Somado ao labor cotidiano dos serviços de lavagem de roupas, as lavadeiras ainda tinham que cuidar das atividades domésticas de suas casas, porque boa parte possuía uma leva de filhos e filhas menores que ou a acompanhava para o trabalho ou ficavam em casa sozinhos sempre à sua espera, no aguardo da alimentação diária.

No sentido da palavra, havia um preço a ser pago por elas e o pior, elevadíssimo. O que ganhavam com o serviço de lavadeiras era incompatível com a média cobrada nos aluguéis e nos alimentos. Na seção dos classificados dos jornais, os anúncios de aluguel para a população pobre da cidade, assim informava:

¹⁴⁷ AMADO. Op. Cit., p. 100-1.

CASAS PARA A POBREZA

*Ótimas casinhas de todo tamanho e preço. Situadas em ponto central e a margem da linha de bondes. Grandes facilidades de locação: prazos curtos e garantias razoáveis*¹⁴⁸

Diante da carestia dos aluguéis, não restava alternativa a não ser ter que dividir espaços com outras famílias nos sobrados e cortiços. Difícil mesmo era evitar as tensões cotidianas entre os moradores daqueles espaços e também fora deles. Não foram poucas as querelas e disse-que-disse envolvendo as lavadeiras: brigas com seus companheiros, reivindicações contra aumento de taxas dos serviços de água, aluguéis, alimentos e outros conflitos nos espaços públicos. Eram as lavadeiras, também, mulheres da pá virada?¹⁴⁹, provavelmente. Na história, tudo é possível. Segundo Oliveira, essas mulheres “viviam no universo masculinizado das ruas de Salvador”¹⁵⁰. Logo, isso significa que elas reivindicavam seus espaços e direitos, subvertendo a lógica da dominação e ocupação masculina. É certo que nem sempre conseguiram medir forças ou revidar à altura às agressões dos homens. O título da matéria publicada por *A Tarde* sobre agressão masculina a uma lavadeira dá a exata dimensão dessa questão:

COM A TAPONA, A LAVADEIRA CAIU E QUEBROU A TESTA

*A lavadeira Maria Pompília de Jesus tanto provocou hontem um camarada, no Mercado Modelo, que recebeu d'elle um formidável tabefe, que a fez cair. Na queda, Maria Pompília feriu-se na região occipital. Chamado o auto-ambulancia do Serviço de Socorros, foi medicada, retirando-se depois para a sua residência, á Baixa das Quintas.*¹⁵¹

Porém, mesmo agredidas, de todas as formas e maneiras, as mulheres que trabalhavam para sustentar seus lares, como as lavadeiras, estabeleceram junto com os homens relações de poderes verificadas, sobretudo, nas formas por elas encontradas de burlar as normas de condutas sociais, inventando estratégias de enfrentamento nas ocasiões em que se fazia necessário¹⁵².

¹⁴⁸ Jornal Diário de Notícias. Salvador-BA. 27 de janeiro de 1932.

¹⁴⁹ Cf. OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *PELAS RUAS DA BAHIA: Criminalidade e Poder no universo dos Capoeiras na Salvador Republicana (1912-1937)*. Salvador-BA: FFCH/UFBA, 2004. (Dissertação de Mestrado). Neste trabalho, Oliveira discute sobre o envolvimento de mulheres em conflitos de rua, sobretudo, as que praticavam capoeira.

¹⁵⁰ Idem, p. 68.

¹⁵¹ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Segunda-feira 2 de junho de 1930.

¹⁵² Cf. FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. 21ª ed., São Paulo: Graal, 2005.

3.1 Carestia e Tensões Sociais

Nos espaços de ocupação majoritariamente feminina como as fontes, diques e demais lavadouros, diversas confusões aconteceram entre mulheres, fruto também da necessidade de delimitação de territórios¹⁵³. À essa altura, as mulheres já somavam a maioria da população brasileira e esse dado se refletiu nas ocupações domésticas. As lavadeiras eram mulheres de variadas idades, até porque como o ofício de lavadeira foi passado de mãe à filha, cedo elas começavam na atividade, inclusive, dividindo com a mãe a quantidade de roupas a serem lavadas ou, em outros casos, assumindo sozinhas, os trabalhos.

Eram poucas as lavadeiras que trabalhavam nos lugares em que moravam, haja vista que pouquíssimas dispunham de água encanada. Era um trabalho minucioso que se iniciava com a busca das pesadas trouxas de roupas nas casas de uma variada clientela, não podendo demorar por muito tempo, porque era preciso começar os serviços no mesmo dia em que as roupas tinham sido coletadas:

“Dos Reis virou a cabeça e a trouxa de roupa caiu no chão. Sentou-se no caixão de gás, estirou as pernas cansadas e desarmou o nó do lençol que enrolava a outras peças... Começou a separar a roupa, freguês por freguês, conferindo cada rol para que depois não fosse, obrigada a pagar camisas de seda e toalhas de banho.

O marido se buliu no outro quarto, chamou:

- Dos Reis! Dos Reis!

- O que é?

- Você já chegou?

- Ainda não... – respondeu rindo.

- Você guentou com esse peso todo?”¹⁵⁴.

O trabalho era árduo, a rotina estafante e o saldo econômico muito baixo. No trecho acima, percebemos que, enquanto Dos Reis saía para “pegar no batente”, o seu marido ficava em casa dormindo. Com ela, várias lavadeiras passaram pela mesma situação. Ter comentado com Dos Reis sobre o peso da trouxa, não o colocava na obrigação de ter que ajudá-la. Segundo Mário Augusto da Silva Santos:

“enfrentando condições árduas de trabalho em troca de remuneração insuficiente, a maior parte dos habitantes de Salvador ainda lutava pela sobrevivência em outras

¹⁵³ O Jornal A Tarde noticiou no dia 4 de dezembro de 1930, a meteria intitulada *A LAVADEIRA LUTOU COM A MENOR*. Uma desastrosa querela no Rio São Pedro envolvendo uma lavadeira maior de idade que atendia por Camilla de Tal com uma menor (suponho também lavadeira) denominada Raylda de São Pedro. As duas chegaram as vias de fato, saindo a menor gravemente machucada, e sua mãe tendo que registrar a queixa às autoridades competentes.

¹⁵⁴ AMADO. Op. Cit., p. 101

frentes. Era o conjunto das suas condições de vida, nas quais se integravam as condições de trabalho e que se manifestavam nas dificuldades da existência material”¹⁵⁵

A partir das considerações de Santos, referentes às condições de existência material, a análise das fontes nos permitiu inferir algumas observações sobre esta temática. Pão, carne verde e seca, farinha, aluguel, faziam parte do rol de artigos de consumo da população pobre da cidade, que tinha de buscar alternativas para adquiri-los. Durante o período estudado constata-se que, alguns estabelecimentos como as padarias e mercadinhos dos bairros, foram saqueados e/ou apedrejados pela população, que lutava contra o aumento abusivo nos preços dos gêneros de primeira necessidade.

O aumento no preço da farinha levou os donos de padarias também ameaçavam iniciar greves. Ocorreram vários rebuliços envolvendo numerosos grupos, que promoviam correrias por toda a cidade, sempre aos gritos, invadindo as padarias e outros tipos de comércios. Havia uma espécie de articulação de grupos, que permitia que as contestações começassem em diferentes pontos da cidade, quase que no mesmo instante: do Garcia às Portas do Carmo e destas à Itapagipe, quase num só eco, os protestos se espalhavam pelos quatro cantos.

Durante esse período, a média de recebimento mensal das lavadeiras oscilava entre 25\$000 a 40\$000 mil réis, podendo chegar à casa dos 60\$000, segundo as informações encontradas nos jornais. Nesse sentido, o que recebiam era muito pouco e na hora da compras dos gêneros alimentícios necessários à sobrevivência, não podia ser comprado na íntegra. É dessa maneira que os trabalhadores da cidade com dificuldades orçamentárias inauguram o uso diário das compras do “meio” quilo, maneira encontrada para se ter acesso a mercadorias como feijão, farinha, arroz, açúcar e outros. Como podemos observar no fragmento em destaque:

O GRANDE PESADELO

“...objetivemos, por exemplo, o que é a vida de um desses milhares de indivíduos mal vestidos e mal tratados, que roçam por nós pela rua. Ganha, por mez, 200\$000. Paga pela casa (?) 90\$000. E compra a varejo, como que recebendo favor do vendeiro, xarque a 3\$400 o kilo, toucinho a 2\$600, assucar a \$800, arroz a 1\$600, feijão a \$800, farinha a \$500, sabão a 2\$000, banha a 3\$400, café a 3\$600, carne verde a 1\$800...”¹⁵⁶

A soma do que as lavadeiras possuíam ao final do mês estava muito abaixo da média recebida pelos trabalhadores da indústria que, por seu turno, também já estava abaixo do necessário para que as famílias pobres vivessem dentro dos limites de uma sobrevivência

¹⁵⁵ SANTOS, Mário Augusto da Silva. Op. Cit., p. 140.

menos caótica. Passando-se tudo na ponta do lápis, somando-se os valores dos gêneros arrolados (sem o valor do aluguel), aparecerá um total de 20\$500 mil réis, quase o mínimo do que elas recebiam pelas trouxas que lavavam durante o período de um mês.

No tocante à questão inquietante das moradias das camadas populares, o valor cobrado nos aluguéis acabava por onerar nas despesas mensais. Para Maria Aparecida Prazeres Sanches, por conta das baixas remunerações, não restava à população subempregada alternativa no tocante ao morar, a não ser nas casas que *“em sua maioria, não possuíam água encanada ou esgotamento sanitário; o serviço de iluminação era precária; os banheiros coletivos”*¹⁵⁷. Desta maneira, Salvador assiste ao início do processo de favelização, forma encontrada pela população trabalhadora mal remunerada para residir juntamente com os seus. Nos morros e favelas, casas de todos os tipos e tamanhos eram construídas de barro armado. Como diz a canção composta por Moraes Moreira, *“quem desce do morro, não morre no asfalto...”* eram os pobres soteropolitanos descendo as ladeiras diariamente na busca pela sua sobrevivência.

De lá desciam e subiam não apenas pessoas; desciam também sonhos, desejos, projeções, e, quase sempre, nos retornos, as angústias e frustrações. *“No equilíbrio da lata”*, as mulheres que trabalhavam como lavadeiras projetavam outros tipos de vida, como o de ser costureira, moda em voga na época. Várias escolas desse ofício alastraram-se por toda cidade. Por exemplo, na Academia Baiana de Corte localizada à Rua Chile, aprendia-se ao básico da alta costura em sete aulas. Pela localização e contexto histórico, está implícito que as mulheres das classes populares não podiam freqüentar tais estabelecimentos. Aportaram nesta cidade, várias especialistas na arte deste ofício como Georgina Viana, uma professora que vinha do Rio de Janeiro, capital nacional, para ministrar o curso em Salvador. Certamente, apenas as mulheres das famílias de posses podiam matricular-se nesta academia.

Os sonhos de ingressar nestes tipos de cursos refletiam as vontades de mudança no seu status social. Dessa maneira, aprender tal ofício lhes daria condições de migrar do morro para as áreas que julgavam dignas de moradia. Assim:

“...A mulata do morro não quer mais ser lavadeira. Agora, a moda é ser costureira. É mais distinto. Mais elegante. O repórter se detem a ouvir a Rosinha. É uma mulatinha de dezoito annos, bonitinha. Quer-se saber o que ella pensa a respeito daquilo:

- O morro só presta pra cachorro. Isso é logar que se more, meu Deus? Aquela gente não tem água em casa. Pra buscar, precisa ir na costureira lá embaixo. Não tem divertimento. Não tem nada. No dia em que eu me casar, desço daqui, nem que seja pra ir para o inferno.

¹⁵⁶ Jornal A Tarde. Salvador-BA: quarta-feira, 9 de setembro de 1936.

¹⁵⁷ SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. Op. Cit., p. 48.

E saiu a cantarolar o estribilho da canção: 'sou pobresinha, não tenho nada, Papai Noel, seja meu camarada''.¹⁵⁸

Voltando à questão das moradias, tanto as casas dos morros como os cortiços e sobrados refletiam um descompasso entre, mais uma vez, o que ganhavam e o que podiam pagar. Algumas áreas da cidade de Salvador foram propensas a esses tipos de moradias. Em finais da década de 1930, morar, residir, ainda significava para as populações menos abastadas um problema, da mesma forma como aludida em *Suor* (1934) por Jorge Amado:

O QUE SÃO AS HABITAÇÕES PROLETÁRIAS ENTRE NÓS...

De há muito, o velho casarão despertava o interesse do repórter. A suja fachada lateral, com cordas onde se dependuram roupas, com fogareiros cosinhando nas janellas, nos faziam imaginar o que aquilo seria por dentro. De certo que iríamos ver alguma coisa de imediato. Os nossos olhares contemplariam cenas de miséria, a miséria que existe em todas as capitaes e que se esconde dos olhos curiosos dos transeuntes. Miséria anonyma e, por isso mesmo, mais dolorosa.

Por uma das portas da fachada principal, entramos. As paredes estão negras de sujo. Uma escada gasta, convidando-nos a subir. Do primeiro andar, atravessamos um corredor, feito de tabuas velhas e esburacadas. Para elle, abrem-se quartos que lembram outros. Escuros, immundos. Dentro, movem-se sombras, em que se advinham formas humanas. Há um odor insuportavel de miséria e de immundice. Na sala do fundo, mulheres magras, estragadas apesar de moças, lavavam roupas.

Braços que se enfiam em bacias cheias d'água. Uma velha a um canto, cosinhava.

Creanças nuas e immundas, passam a correr.

*Uma scena de cortiço, focalizando aspectos dolorosos (...)*¹⁵⁹.

Portanto, está implícito o quanto difícil era viver naquelas condições, e várias foram as tentativas de fazer ecoar os ecos das reivindicações, “mas, ao escutar o grito pela sobrevivência em Salvador, observamos que, embora emitido pela mesma população trabalhadora, havia nele duas vozes: uma pela melhoria das condições de trabalho; outra pelas condições mais imediatas da sobrevivência, que era a garantia do alimento cotidiano”¹⁶⁰. Um mundo sujo, fétido, habitado por uma centena de miseráveis sociais. E dessa maneira as lavadeiras não podiam ficar em casa de braços cruzados à espera que outros ventos sinalizassem melhorias nas suas condições sociais. Não podendo fugir às suas obrigações, compromissos e datas de entrega, elas:

¹⁵⁸ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Segunda-feira, 11 de março de 1935. o título da matéria é *A CIDADE QUE VIVE NAS ALTURAS*.

¹⁵⁹ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Segunda-feira, 20 de março de 1939.

¹⁶⁰ SANTOS, Mário Augusto da Silva. Op. Cit., p. 338.

“Cantavam enquanto esfregavam sabão nas cuecas e camisas, enquanto torciam as peças, enquanto botavam patchuli na água de enxaguar para a roupa ficar cheirando. Certos fregueses não gostavam, dizendo que patchuli fedia a negro”¹⁶¹.

E de sol a sol executavam diariamente os serviços, saindo de casa antes de o sol aparecer e só retornando quando este estava para se pôr, juntamente com seus filhos e filhas ou com outras companheiras de trabalho.

3.2 Condições de Trabalho: Acidentes, “Calotes”, Furtos e outros fatos

As condições sociais e materiais a que estavam submetidas diuturnamente não as poupavam de uma série de contratempos. Acidentes de trabalho, acidentes com seus filhos e filhas que ficavam sozinhos em casa ou nas redondezas onde moravam, dificuldades e indisposições com fregueses que muito freqüentemente costumavam passar-lhes os famosos “calotes”, não pagando pela realização dos serviços, acrescentando-se a questão dos furtos. Estes eram os fatos mais recorrentes do cotidiano daquelas trabalhadoras.

A caminho das fontes, diques e chafarizes elas iam algumas vezes acompanhadas pelos seus filhos e filhas que as ajudavam carregando as trouxas ou sacos menores com o material necessário ao trabalho. Segundo Hildegardes Vianna, havia uma classificação que distinguia os tipos de serviços e fregueses que atendiam. Por essa visão, havia os seguintes grupos:

“as que lavavam na casa da patroa e as que lavavam na fonte; as que lavavam por peça e as que lavavam por mês; as que apenas lavam e as que lavavam e passavam, além das que lavavam e engomavam. Havia uma casta das especializadas que desempenhavam roupa de homem. Lavavam e engomavam exclusivamente punhos e colarinhos, peitinhos e camisas de peito duro, calças e coletes brancos, termos e duques de brim. Estas se recusavam sistematicamente a lavar e engomar fronhas, toalhas de mesa, guardanapos e paninhos”¹⁶².

A categorização apresentada por Vianna, indica que havia entre elas relações de prestígio funcional, fato que proporcionava a algumas escolher determinados fregueses e não outros, determinados tipo de serviços e não outros. Não temos elementos para afirmar que as que lavavam dentro dos limites da casa dos clientes gozavam de privilégios e regalias, porém, usufruíam de melhores condições para realizar os serviços, haja vista que “a lavadeira que se

¹⁶¹ AMADO. Op. Cit., p. 103.

¹⁶² VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. 2ª ed., São Paulo: GRD, 1979, p. 152-3.

*empregava nas casas tinha a vantagem de comer melhor ou pelo menos, comer na hora certa (...) Não gastava dinheiro com sabão nem precisava de procurar lenha*¹⁶³.

Para as famílias que pagavam pelos serviços nos espaços da casa, isso se refere ao fato de que, para além de manterem sobre sua vigília o trabalho, as suas peças de roupas nem seriam expostas na vizinhança em que moravam as lavadeiras, o risco de peças manchadas e estragadas também era menor, da mesma forma que não estavam sujeitas aos sumiços das peças. Lavar nas dependências dos contratantes nem sempre foi um fator positivo, porque dentro desses espaços elas não podiam se dar o luxo da escolha de um tipo de roupa em detrimento de outra. Porém, tanto o serviço realizado dentro como o fora da casa, deveria satisfazer às exigências dos contratantes.

Atribuindo a Salvador a alcunha de cidade das mulheres¹⁶⁴, Alberto Heráclito Ferreira Filho, discute a presença feminina nas ruas da cidade. Elas estavam em todos os lugares, realizando uma centena de serviços ou a caminho destes: lavadeiras, feirantes, quituteiras, dentre outros. Porém, dentro deste conjunto, as primeiras, por não possuírem vínculos empregatícios gozavam de total autonomia sobre os serviços que realizavam podendo, inclusive, possuir uma variada clientela. Isso não significava que sua condição sócio-econômica era melhor que a das demais, nem tampouco que estavam isentas dos comentários acerca das mulheres que precisavam ganhar o pão da sobrevivência nas ruas, espaço historicamente constituído para ser ocupado pelos homens.

A circulação feminina nas ruas era ditada por várias regras de conduta, e estas normatizavam que mulheres que se prezassem não deveriam andar sozinhas nas vias e espaços públicos. Se, para as mulheres de condição social melhorada “*era feio trabalhar fora*”¹⁶⁵, o mesmo não era pensado pelas mulheres das camadas populares da cidade, uma vez que foi justamente nestes espaços que elas conseguiram manter a si e as suas famílias.

As fontes, diques e chafarizes se tornaram lugares em que a presença feminina era majoritária. Nestes espaços, os “*códigos e linguagens próprios, eram mais conveniente às mulheres*”¹⁶⁶. Uma rede articulada e minuciosa de relações era estabelecida por elas, e essa espécie de cumplicidade funcionava como válvula de escape, resistência e proteção para um sem número de problemas que oscilava entre funcional, afetivo e de sobrevivência. Dessa maneira, enquanto lavavam as roupas elas não apenas cantavam, ou contavam causos, mas também planejam ações de caráter contestatório, como os motins e arruaças que ocorriam na

¹⁶³ Idem, p. 153.

¹⁶⁴ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Op. Cit.

¹⁶⁵ ALMEIDA, M^a Amélia F. de. *Feminismo na Bahia (1930-1950)*. Salvador-BA: FFCH/UFBA, 1986, p. 53, (Dissertação de Mestrado).

cidade quando aumentavam os preços dos gêneros de primeira necessidade. Diferente das que realizavam a lavagem nos domínios das freguesas e fregueses, e que não precisavam carregar marmitas para a hora do almoço, neste horário, as que estavam, sobretudo, nas fontes costumavam socializar as comidas que levavam. Assim:

“Quem ia para a fonte comia de maneira mais frugal possível. Carne do sertão assada na brasa com farófia de água quente ou fria; bacalhau assado regado com a porção de vinagre e azeite doce que o homem da venda botava misturado na vasilha. Umás poucas levavam o feijão dormido. O mais provável era, na lida da lavagem, esquecer de comer”¹⁶⁷.

O tempo necessário de permanência nos lavadouros públicos dependia das condições climáticas, do estado físico e/ou de saúde. A duração das suas jornadas, da mesma forma que os horários, eram da alçada de cada uma e dessa forma tanto elas podiam passar o dia inteiro na lavagem de roupas indo para casa à noitinha ou poderiam estar de volta a qualquer instante.

Idas e vindas às casas das freguesas e fregueses, geralmente, às segundas-feiras, preparação do rol, deslocamentos em direção aos lavadouros públicos, desgaste nas relações com as pessoas que mal pagavam pelos serviços, desgaste físico, tudo podia acontecer, menos a não entrega das trouxas de roupas, e quando chovia, piorava a situação porque, geralmente, só recebiam pelos serviços após tê-los feito, e o mais comum era o não cumprimento por parte dos contratantes quanto aos valores estipulados, o que acabou por motivar várias querelas e *disse-que-disse*. De acordo com Maria Aparecida Prazeres Sanches, algumas pessoas que contratavam os serviços das lavadeiras, fosse pela lavagem de peças ou trouxas, muitas vezes se reservavam o direito de não cumprir com o acordo feito entre as partes¹⁶⁸.

Nos coradouros, nas cercas de arame farpado, em cordas e varais, nas janelas e fachadas das casas, enfim, de longe *“ocupando as vias públicas, terrenos baldios, grades de Igreja, com as suas roupas coloridas a secar ao vento, as lavadeiras davam à cidade um colorido espacial”¹⁶⁹*, desafiando as determinações dos Códigos e Posturas Municipais que visavam a disciplinar e coibir tais práticas. Segundo Cecília Moreira Soares, os lugares utilizados pelas lavadeiras, fossem as fontes, os diques ou chafarizes

“eram muito mais que ambientes de trabalho. Os encontros nessas ocasiões constituíam momentos especiais, quando mulheres de diversos lugares (...) aproveitavam para atualizarem-se sobre os acontecimentos, encontrar camaradas,

¹⁶⁶ FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. Op. Cit., p. 56.

¹⁶⁷ VIANNA, Hildegardes. Op. Cit., p. 154.

¹⁶⁸ SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. Op. Cit. p. 90.

¹⁶⁹ FERREIRA FILHO. Op. Cit., p. 57.

fazer e reforçar laços de amizade, tecendo redes sociais, dividindo problemas da realidade em que viviam, para não falar nos casos amorosos que ali tinham início ou fim”¹⁷⁰

Foram encontradas algumas matérias nos jornais sobre os acidentes que acometiam as lavadeiras. Aquelas acabavam por situar em que medidas e condições de trabalho elas realizavam seus serviços, nos fornecendo um panorama das práticas cotidianas deste ofício. De acordo com Sanches, “além de ser uma atividade deveras fatigante, as lavadeiras estavam sujeitas a vários tipos de acidentes, comumente noticiados nos jornais. Quedas com as latas de querosene, na qual faziam a fervura das roupas, produziam diversas lesões pelo corpo”¹⁷¹. Muitas não podendo lançar mão dos alvejantes em voga na época, como a Água Milagrosa para clarear as roupas que lavavam, precisavam se valer das fervuras em águas ferventes para consegui-lo, o que, às vezes, acabavam por estragar tais peças. Sem contar que precisavam gastar muito carvão e lenha no processo. Esta prática as deixavam vulneráveis aos acidentes domésticos. Em abril de 1932, *A Tarde* publicou a seguinte nota:

COMO FOI ISTO? A LAVADEIRA QUEIMOU-SE SEM SABER COMO

Às 21 horas de ontem, a lavadeira Maria das Dores Santos, moradora ao Corta Braço, procurava o medico de plantão no posto de Socorros, para medicar-se. Apresenta queimaduras do primeiro e segundo graus nas pernas e pés. Interrogada a respeito, Maria das Dores nada quis confessar, dizendo não saber como soffrera as queimaduras em questão. O delegado Leopoldo Braga, informado do facto, mandou submettel-a a exame de corpo de delicto”¹⁷².

Pelo silêncio que preferiu fazer quanto ao fato, tudo indica que pode tratar-se de um acidente decorrente de agressões físicas¹⁷³ sofrida dentro do espaço doméstico, sobretudo, por questões de ordem sexual, como foi o caso de Vitória, que precisando dar conta de uma grande quantidade de roupas dos fregueses, não podendo satisfazer aos desejos sexuais do marido, este bêbado como estava, queria deitar-se com ela sobre a tábua de passar, não atendendo ao que ele queria, acabou surrada, e

¹⁷⁰ SOARES, Cecília Moreira. Op. Cit., p. 45.

¹⁷¹ SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. Op. Cit., p. 93.

¹⁷² Jornal A Tarde. Salvador-BA: 20 de abril de 1932.

¹⁷³ A Tarde no dia 07 de dezembro de 1933, trouxe a cena uma agressão praticada pelo alfaiate Marco Alexandre, conhecido como “Preto Boca de Aço” contra a lavadeira Antonieta da Rocha. Boca de Aço tinha o costume de quando ébrio praticar atos de violência gratuitos. A lavadeira, teve parte da sua orelha arrancada pelo agressor. VER: *FERIU, POR NÃO ESTAR NO SEU JUÍZO PERFEITO*, Jornal A Tarde, 7 de dezembro de 1933.

“quando ela voltou, com os olhos doidos de chorar e a saia amassada, o ferro tinha queimado a camisa de seda do doutor Almeida. A patroa orçou o prejuízo em cinquenta e cinco mil-réis”¹⁷⁴.

Muito embora Vitória não tenha reagido, geralmente, elas costumavam ter *“um comportamento aguerrido, enfrentando situações difíceis. Ousadia e agressividade eram procedimentos necessários”¹⁷⁵*. Segredar as minúcias do ocorrido, também pode estar relacionado ao fato de não poder revelar o “nome” do indivíduo, pois o mesmo poderia estar vivendo uma situação de dubiedade afetiva. Porém, o que quer dizer o fato de uma lavadeira procurar atendimento médico à noite para sanar problemas de queimadura decorrente de água fervente? Certamente, não foi por ter banhado-se com aquela água .

Uma vez acidentada, não podendo trabalhar, acabavam passando por mais privações materiais, muito embora, algumas, mesmo levando-se em consideração o estado físico em que se encontravam, tinham que dar continuidade nos serviços de lavagem de roupas. Por esses motivos, na medida em que os serviços deixassem de ser realizados *“o dinheiro se tornava escasso fazendo com que estas mulheres vivessem tempos de muita dificuldade em que a fome era driblada pela ajuda de familiares, vizinhos [e] – grifo meu, companheiras de serviços”¹⁷⁶*.

Os “unheiros” também se mostraram como vilões, e seu aparecimento poderia estar relacionado tanto aos desgastes diários nos esfregues das peças mais pesadas de roupas, quanto por processos alérgicos no trato com o sabão, detergentes e alvejantes, podendo também ser adido às micoses contraídas nas lavagens de peças de uso íntimo¹⁷⁷.

Como já mencionamos, as lavadeiras estavam sujeitas a acidentes de toda ordem, fosse em casa, a caminho do trabalho ou propriamente durante a realização das tarefas. Por exemplo, não foram poucos os casos de corpos de mulheres encontradas boiando nas águas escuras do Dique do Tororó ou em outros lavadouros espalhados pela cidade¹⁷⁸. Pelas descrições feitas nos jornais sobre as vítimas quanto às origens, a aparência, o tipo de roupas e outros elementos, em alguns momentos, suspeitamos da possibilidade de terem sido elas. Havia uma espécie de crença e superstição popular em Salvador quanto às águas do Dique. Segundo acreditavam

¹⁷⁴ AMADO. Op. Cit., p. 106.

¹⁷⁵ SOARES, Cecília Moreira. Op. Cit., p. 98.

¹⁷⁶ Idem, p. 94.

¹⁷⁷ Hildegardes Vianna promove um desfile de estratégias utilizadas pelas lavadeiras para se livrarem dos unheiros, tais como: *“rezas, emplastos, basilicão, cabeça de quiabo pisado com sabão virgem, papa de farinha crua com azeite doce, hortelã grosso pisado, mastruço pisado com alho, sumo de urtiga com pó de nariz, apalpar galinhas e expor o dedo ao rescaldo de qualquer fervura”*, toda essa sabedoria popular era considerada infalível. Ver: Op. Cit., p. 154-5.

¹⁷⁸ Ver as matérias no Jornal *A tarde ATIROU-SE NAS AGUAS DO DIQUE*, de 17 de abril de 1934 e *UMA AFOGADA NO TANQUE*, de 14 de janeiro de 1935.

populares, nos meses de março as águas verdes ficavam com “fome de gente”. Uma lavadeira naquela época prestou o seguinte depoimento a um jornalista de *A Tarde*:

*QUANDO AS AGUAS VERDES CHEGAM
O DIQUE TEM FOME DE GENTE? – As superstições do povo*

Herança atávica dos africanos, muitas das lendas por elles creadas se tornaram depois verdadeiras superstições do povo.

Figura entre ellas a que estabeleceu para as aguas plácidas do Dique, a crença de que este, quando apresenta as suas aguas verdes e espumantes, está com fome de gente. Ouvimos isso mesmo, ainda há poucos dias, de uma lavadeira, das muitas que trabalham á margem do Dique, e que nos relatou o seguinte:

- ... Todos nós tememos as aguas do Dique, porque desde nossos avós já sabíamos da alusão e ouvimos a conversa de que as aguas do Dique tem fome de gente, em certos tempos. Não é sempre, mas de quando em vez acontece¹⁷⁹.

O Dique do Curuzu, também costumava fazer suas vítimas. Foi o que aconteceu com Amélia Alves de Souza, lavadeira, de aproximadamente 20 anos de idade, que morreu afogada no lugar. Segundo informou o *Diário de Notícias*, Amélia havia acabado de fazer uma refeição, quando resolveu refrescar-se no referido dique. Acabou afogando-se, sendo socorrida por curiosos que estavam no local e o corpo conduzido ao Instituto Nina Rodrigues¹⁸⁰. Essa natureza de acontecimento perpassa por toda a década de 1930, quando não envolvendo diretamente as lavadeiras ou pessoas próximas, elas tinham conhecimento destes quando iam para os lavadouros públicos trabalhar, e sempre que possível fosse, ajudavam para que o corpo encontrado fosse identificado e até tomavam as primeiras providências para socorrê-lo.

Em finais de 1938, *A Tarde* publicou nas suas páginas mais um caso de cadáver encontrado boiando nas águas do Dique. Desta vez, de um homem, encontrado pelas lavadeiras e rapidamente divulgada por elas, a informação acabou por cair no conhecimento dos familiares e setores competentes, na figura do então comissário Edgar Santos e do médico legista Mario Fialho. Outra questão com relação ao Dique do Tororó diz respeito às antigas vias de acesso. Havia uma escadaria¹⁸¹ que costumeiramente era utilizada pelas lavadeiras como acesso ao dique que se encontrava em péssimas condições estruturais. Ainda, deve-se registrar a existência de um “lamaçal perigoso”, que em dias de chuva, deixava o trânsito propenso aos

¹⁷⁹ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Sabbado 23 de março de 1935.

¹⁸⁰ Jornal Diário de Notícias. Salvador-BA: Sabbado 30 de setembro de 1933.

¹⁸¹ Não tenho subsídios necessários para afirmar que essa escada é aquela que ainda existe próximo à entrada da Fonte Nova. Mas, pela caracterização feita pelo jornal, há um indicativo de que se trate da mesma. Ver *POR ONDE PASSAM AS LAVADEIRAS DO DIQUE*. Jornal A Tarde. Salvador-BA Terça-feira, 08 de setembro de 1936.

acidentes que faziam-nas vítimas das quedas que conduziam as trouxas e as latas transportadas na cabeça, cair no chão.

Poucas foram as lavadeiras que saíam para o trabalho e não levavam seus filhos e filhas, já que contavam com a ajuda dos menores para carregar trouxas, sacolas, gravetos e latas d'água. Quando ficavam em casa sozinhos, uns tomando conta dos outros, também estavam sujeitos às desventuras impostas naquele cotidiano. Caso comovente foi o de Regina Lopes, em 1933, filha da lavadeira Dionísia Lopes, uma menina de quatro anos de idade que teve sua perna e braço esquerdo arrancados pelas rodas de um bonde nos arredores da Federação, na Rua Batista, no Campo Santo, lugar em que moravam. Enquanto a mãe rumava para a lida na fonte pela manhã, a menor se desvencilhou da atenção das pessoas que lhe tomavam conta e, acompanhada por outros menores, sem que a mãe, inicialmente, notasse, puseram-se a segui-la. Quando a lavadeira notou, arrebatou um pedaço de madeira encontrada pela frente, tangendo a filha para casa. No retorno, a menina foi gravemente atingida pelo bonde, sendo a mãe informada no local de trabalho, ficando à beira do desespero¹⁸².

Em meados de 1930, o *Diário de Notícias* também evidencia a situação de pobreza extrema em que vivia a família de uma lavadeira, moradora ao bairro de São Caetano. Segundo relatou a esse periódico, utilizando um tom apelativo, era uma localidade onde a miséria e o atraso grassavam. Casebres, sujeira nos quatro cantos, crianças nuas, mulheres esqueléticas e vestindo andrajos. O jornalista se deparou com um menor, filho de lavadeira zanzando pela rua, enquanto sua mãe estava no trabalho:

“Benedicto foi o pequeno, de quatro anos presumíveis, mas esperto que encontramos. Muitos, do seu tope, quando nos viam, corriam, punham-se de pé, na soleira da porta da casinha que os abrigam e levavam o dedo á boca. Todos porém, tinham um ar de espanto, como se por alli nunca houvessem passado outras pessoas, além das suas conhecidas.

- Benedicto, onde você mora?

- Alli, naquella casa...

E o garoto apontava uma pocilga, escorada, no começo de uma ladeira.

- Quede sua mãe?

- Saiu. Foi lavar roupa...

- E quem ficou em casa, com você?

- Minha irmã. Quer falar com ella?

¹⁸² Ver as matérias veiculadas pelo Jornal A Tarde *UMA MENINA DE 4 ANOS QUE UM BONDE INUTILISA*, de 26 de abril de 1933 e *UMA PAGINA DOLOROSA NO LIVRO DA VIDA* e 10 de outubro de 1933. quanto aos acidentes, como o que aconteceu com a menor Regina Lopes, penso haver uma lacuna na pesquisa historiográfica sobre as imperícias dos condutores destes veículos neste contexto, haja visto não ter sido pequeno o número de notas, matérias e reportagens sobre como a população soteropolitana corria riscos tanto as que circulavam dentro dos bondes ou as que eram por eles atingidas em meio à rua.

Effectivamente o Benedicto apresentou-nos a u'a menina, de cabellos em pé de guerra, empoeirados, cabellos por onde o pente não passava havia muitos dias. O vestido tinha tantos remendos que se tornava difficil dizer-se qual o panno de origem”¹⁸³.

Através das lentes do jornalista, é possível flagrar imagens e fazer inferências sobre as condições sociais em que se situavam a massa de trabalhadores pobres da cidade de Salvador nesta conjuntura, com relação à situação das moradias, necessidades de ordem alimentar e questões relativas à infância esquecida e cuidados domésticos para com elas.

Durante todo o ano de 1933 a imprensa local, de quando em vez, fornecia informações sobre o estado de saúde e condições de sobrevivência da menor Regina Lopes, que passou a ser ajudada através das ações de cunho beneméritas por vários setores de Salvador.

Como se não bastassem os trágicos acidentes consigo ou com os seus, as lavadeiras ainda tinham que estar atentas a tipo de “calotes” e “furtos”. Por diversas vezes, muitos contratantes se esquivavam de pagar pelos serviços, não sendo poucos os casos em que elas tiveram que registrar queixas nas delegacias. Muitas tiveram que se redobrar em explicações aos fregueses, quanto ao fato de larápios furtarem peças que ficavam estendidas nos quintais ou mesmo nas frentes de casa. Nestes casos, a situação se complicava ainda mais, pois, além de não ter como arcar com o prejuízo das peças furtadas, também não recebiam, obviamente, pelos serviços, e ainda tinham o seu nome divulgado como irresponsável, o que as levavam a perder outros fregueses e freguesas.

No quesito “calotes”, estes eram largamente praticados, sobretudo, por estudantes do sexo masculino, muitos egressos de áreas interiores do Estado, para realizar seus estudos nas faculdades de Salvador ou para se formar em soldados da Polícia Militar¹⁸⁴. No caso dos estudantes, muitos passavam por privações de ordem financeira e acabavam por não pagar pelos serviços que contratavam junto às lavadeiras. Nas pensões, sobrados e pensionatos do centro urbano de Salvador, eles também formavam grupos ruidosos e numerosos. Por conta dessas práticas, as lavadeiras:

¹⁸³ Jornal Diário de Notícias. Salvador-BA. Quinta-feira, 23 de junho de 1938, a matéria *ÍNDICES DA POBRESA ATORMENTADA*. Como a matéria é por demais longa, não foi possível transcrevê-la na íntegra.

¹⁸⁴ No Rio de Janeiro em 1930, aconteceu um fato curioso envolvendo a lavadeira Arminda Guimarães e um grupo de policiais militares de Porto Alegre que passaram alguns dias naquela cidade. Não honrando com os compromissos que assumiram com Arminda, os militares iam voltar para sua cidade como se nada tivesse acontecido. A fim de realizar a cobrança dos seus R300\$000 mil réis, ela precisou disfarçar-se de soldado e conseguiu entrar na embarcação Ubá. In: *A Tarde*, Segunda-feira 08 de dezembro de 1930. O título da matéria é: *QUANTO PODE O AMOR A PROFISSÃO. A LAVADEIRA QUERIA IR COM O BATALHÃO*.

“não gostavam de lavar para estudantes, conhecidos como caloteiros e demorados no pagamento. Preferiam labutar com as donas-de-casa, mães de família que regateavam no preço, mas pagavam”¹⁸⁵.

Já no quesito “furtos”, há uma longa contenda envolvendo Ramiro dos Santos, um desocupado social e Chrispiniana de Jesus, lavadeira, moradora das redondezas do Cabula. Segundo informou *A Tarde*, dos Santos enquadrava-se na categoria “ladrões poucos”, aqueles que tinham por costume afanar poucas coisas, tais como: carteiras, galinhas e até peças de roupas. Tal prática acabou por conduzi-lo ao xadrez. Segundo este jornal:

“Chrispiniana de Jesus, é uma pobre mulher, residente ao Campo Secco, além do Cabula, onde vive de lavar roupas. Desde as primeiras horas da manhã, as primeiras horas da noite, lá está ella, molhando, ensaboando, batendo, estendendo, enxagoando a roupa que lhe confiam. No fim de semana é a entrega aos domicílios. A volta para casa com alguns nickeis. Nickeis que são sempre escassos para a vida, mesmo de pequeno conforto. Pois bem. O infeliz Ramiro dos Santos achou de Aquella roupa vendida ou empenhada daria alguma coisa. Depois desse no que desse. A lavadeira pagasse ou não pagasse, elle pouco se importava. Fugiria a acção da policia... E furtou a roupa.

Quando Chrispiniana deu por falta da roupa botou a mão na cabeça. Foi á casa do proprietário, contou tudo. Disse que fora furtada.

O dono da roupa não quis ficar prejudicado. Uma senhora disse terminantemente:

- Você paga... não podemos perder.

- Pagar com que meu Deus?

- Não sei. O que é certo e que não ficaremos no prejuízo”¹⁸⁶.

Moral da história, aos prantos, não restou outra saída para a lavadeira a não ser procurar a polícia a fim de registrar queixa. A polícia desconfiava que o larápio estivesse refugiado em Itapoã, e depois de algumas batidas, o delegado Epiphanio de Queiroz finalmente o prendeu naquele lugar. Resumo, a roupa foi entregue a lavadeira que não precisou fazer sacrifícios para pagar as peças.

Enfim, ao longo da década de 1930, além dos fatos mencionados, tantos outros fizeram parte do universo citadino de que as lavadeiras faziam parte. É nessa década, mais precisamente, no ano de 1934, que as mulheres passaram a participar da vida política do Brasil, via voto, momento em que Getulio Vargas inicia o Período Constitucional (1934-1937). Na verdade, Vargas acabou por trazer pensadamente para perto de si uma grande parcela da população tratada como de segundo plano. Isso não significa dizer que elas passaram a gozar de

¹⁸⁵ AMADO. Op. Cit., p. 105.

¹⁸⁶ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Terça-feira, 3 de maio de 1938.

privilégios políticos durante sua gestão presidencial. Ao contrário, as mulheres enquanto parte nas relações de gênero passaram por uma habilidosa estratégia de disciplinarização, vigilância e docilização dos seus corpos, através de um sem número de revistas femininas, que funcionaram como espécie de manuais de conduta, castração, comportamento e boas maneiras. Os institutos de educação feminina primaram para que o recato feminino fosse seguido à risca, mas nem sempre elas seguiam aquelas normas.

Entretanto, o público que aqueles manuais visavam a atingir não correspondia à totalidade de mulheres dos diversos estratos da população. Antes, eram voltados para as pertencentes às elites locais, basta ver os perfis e as imagens veiculadas nos jornais e revistas. Quanto à questão da figuração das mulheres das camadas populares nestes tipos de mídia, só apareciam na condição de subalternas, por exemplo; se por um lado não podemos afirmar que as lavadeiras eram, na sua vasta maioria, mulheres negras, as propagandas de sabão e águas milagrosas mostravam o contrário. As imagens, frequentemente veiculadas, tanto nos jornais quanto nas revistas, onde aqueles produtos eram comercializados, mostravam as características fenotípicas de mulheres negras, como que indicando um perfil específico a que, tal serviço era associado.

Nestes anúncios, eram sempre utilizadas figuras de mulheres negras, gordas, com expressão mal humorada e com uma trouxa de roupas à cabeça. Enquanto isso, as marchinhas de carnaval de Salvador como “O teu cabelo não nega mulata” faziam o maior sucesso fora do país, essa mesma temática/dupla “cabelo/etnia” era largamente utilizada por um anúncio de uma pasta de alisamento alemã propagada nos jornais da cidade, cujo slogan da campanha também era “O teu cabelo não nega mulata”. Química que prometia alisar os cabelos das mulheres negras, “*por mais duros e enrolados que sejam em 5 minutos*”¹⁸⁷, e aí, mais uma vez, as imagens dessas apareciam nos jornais.

3.3 Quando as doenças chegavam...

Elas ficavam sem ter como dar conta dos serviços ou tinham que reduzir bastante a quantidade. As condições possíveis de trabalho certamente não colaboraram para a conquista e manutenção de um nível de sobrevivência, nem tampouco contribuíram para que a sua saúde pudesse ser pelo menos cuidada com dignidade.

¹⁸⁷ Jornal A Tarde. Salvador-BA. Quinta-feira, 1º de setembro de 1932.

Neste sentido, o repertório dos seus cotidianos: baixas remunerações, as lides nos lavadouros públicos, as extensas caminhadas, o trabalhos de passar roupas em casa lançando mão dos pesados ferros, os *disse-que-disse*, os acidentes, as privações materiais, as violências domésticas, enfim, todos esse elementos as tornaram vulneráveis, primeiro a um envelhecimento precoce, visto que “*envelheciam depressa, sob o sol que as castigava duramente nas tarde de verão*”¹⁸⁸ e segundo, a contrair doenças que em vários casos as conduziu à *morgue*¹⁸⁹.

Neste sentido, a obra *Capitães da Areia* (1937), trazendo para cena a questão das condições de abandono e mendicância em que viviam as crianças da cidade do Salvador, também trouxe à baila a questão da maternidade e paternidade ausentes por questões de sobrevivência. Muitas daquelas crianças eram filhos e filhas de lavadeiras que precisavam trabalhar para sustentá-las e essas em muitos casos acabavam por enveredar pelo caminho das ruas, não regressando mais aos seus lares.

Nesta obra, Amado evidencia também a questão das doenças e epidemias que assolaram a população soteropolitana no seu cotidiano. Nesta obra, o personagem lavadeira, ainda que apareça em menor densidade que em *Suor* (1934), figurou de maneira importante para que a narrativa tenha sido elaborada. Segundo Amado:

*“Durante algum tempo tudo cessara no morro para dar lugar ao choro e lamentações de mulheres e crianças”*¹⁹⁰.

Em Salvador, as questões em torno da insalubridade afetaram não apenas os locais de trabalho, como os corpos dos trabalhadores. Essa temática também foi retratada em *Capitães da Areia*, através da personagem Margarida que, frágil de saúde como estava, acabou acometida de bexiga, ficando gravemente doente, falecendo num espaço muito curto de tempo e deixando seus filhos órfãos. Essa personagem, ao perceber os sintomas das dores em seu corpo, fica sabendo que outras pessoas já estavam sendo vitimadas:

“Certa tarde Margarida soube que ele morrerá por lá. Nesta tarde ela já estava com febre. Mas o alastrim parecia ser dos mais mansos no corpo da lavadeira e ela escondeu de todos a notícia (...) Aos poucos foi melhorando. Os dois filhos

¹⁸⁸ AMADO. Op. Cit., p. 104.

¹⁸⁹ A morgue, era o local onde se colocava os corpos dos defuntos no Instituto Nina Rodrigues. É possível que a palavra “morgue” tenha dado base a expressão ainda hoje utilizada “morgado”, quer dizer, com o corpo cansado, fático.

¹⁹⁰ AMADO, JORGE. *Capitães da Areia*. Romance. 115ª ed., Rio de Janeiro: Record, 2004, p. 157.

andavam pela casa, fazendo o que ela mandava (...) a buscar os remédios para a mãe, a tratar dela”¹⁹¹.

Como as demais lavadeiras, com a melhora no quadro, prontamente Margarida retoma as suas atividades, indo até a casa dos contratantes, a fim de pegar novas remessas de roupas para lavá-las, garantindo, assim, a continuidade dos sustentos da casa, convivendo com a carestia de aluguéis e alimentos. Essa situação, de acordo com Aldrin Castellucci, era comum na maioria da classe trabalhadora sub-remunerada.

“A classe trabalhadora, que já vivia em habitações condenadas nos velhos sobrados, casarios, cortiços e nas casas de cômodos, sujeita à epidemias e enfermidades causadas pela falta de saneamento e higiene, passou a sofrer dos males da carestia de vida também de modo muito intenso”¹⁹².

Após recolher as trouxas nas casas dos contratantes, Dora como as demais lavadeiras percorreu um árduo caminho até chegar aos lavadouros públicos, iniciando mais uma jornada de trabalho.

“se bem ainda não tivesse completamente boa (...) se atirou para a fonte. Trabalhou o dia todo, sob o sol e a chuva que caiu pela tarde. No outro dia não voltou ao trabalho porque recaiu do alastrim e a recaída é sempre terrível. Dois dias depois descia do morro o último caixão feito pela varíola. Dora não soluçava. Corriam as lágrimas pelo seu rosto, mas enquanto o caixão descia ela pensava em Zé Fuinha, que pedia o que comer. O irmãozinho chorava de dor e de fome. Era muito menino para compreender que tinha ficado sem ninguém na imensidão da cidade”¹⁹³.

O que se observa é que havia uma espécie de transmissão de ofícios das mães para as filhas neste contexto. Uma vez morta a lavadeira Margarida, sua filha, Dora, tenta inserir-se no ramo de lavadeira, mas não consegue, haja vista a crença existente na época quanto ao ser filho de uma pessoa que havia morrido de varíola. Desse modo, não restou a Dora e a Zé Fuinha, viver da mendicância pública, integrando-se ao bando dos *Capitães da Areia*.

Diante das discussões estabelecidas ao longo deste capítulo, cumpre dizer, que ao final da década de 1930, a condição material e existencial da população pobre de Salvador se manteve da mesma maneira. É possível verificar que as reclamações feitas pelos setores populares quanto à moradia, aluguel e alimentação no início da década de 1940, continuaram ecoando com a mesma intensidade.

¹⁹¹ Idem, p. 157.

¹⁹² CASTELLUCCI, Aldrin. *Indústrias e Operários baianos numa conjuntura de crise, (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004, p. 114.

No que tange às lavadeiras, enquanto parte componente dos estratos populares, a difícil e cansativa rotina de trabalho, as baixas remunerações pelos serviços, assim como as dificuldades no relacionamento com os contratantes, as querelas nos lavadouros, a não possibilidade de gozar de condições materiais mínimas de sobrevivência, os acidentes, os calotes e furtos, tudo isso não cessaram de se fazer presentes.

Quanto à questão dos discursos sobre as práticas de realização dos serviços públicos feitos pelas lavadeiras, também continuaram sendo alvo dos reclames de vários setores urbanos, que clamavam pela utilização dos ideais civilizatórios. As lavadeiras continuaram burlando as posturas municipais e códigos citadinos e fazendo seus varais em plena rua sem que lhe incomodasse falares alheios. É possível dizer que, em certas áreas, o poder local conseguiu exercer com maior efeito certo controle, tendo em vista as constantes batidas da fiscalização municipal. Entretanto, não conseguiu impedir que aquelas práticas deixassem de ser feitas nas fachadas que dão para as entradas marítimas da cidade, nem tampouco, conseguiu ser eficaz no controle das medidas profiláticas referentes aos quintais das casas e fundos dos prédios. Na Rua Chile, por exemplo, esses fatos deram, como se diz na expressão “panos pra mangas”.

3.4 Lavadeiras do Abaeté

Fontes, chafarizes, diques... As águas escuras da lagoa do Abaeté também foram largamente utilizadas pelas lavadeiras de Salvador para a realização dos serviços de lavagem de roupas, no tempo em que Itapuã era considerada uma ilha de pescadores e lavadeiras que moravam em pequenas “palhoças”. A área era também freqüentada por pessoas com certo poder aquisitivo que possuíam moradias no lugar e só as utilizavam em finais de semana. Em larga medida, eram justamente esses moradores temporários que contratavam os serviços das lavadeiras e dos aguadeiros para abastecerem suas casas.

Diferente dos demais lavadouros públicos, a existência dessa lagoa remonta histórias/estórias, lendas e mitos que se conectam com as crenças religiosas das matrizes indígena e, sobretudo, africana¹⁹⁴. São diversos os relatos sobre as cobras, jacarés e outros seres

¹⁹³ AMADO. Op. Cit., p. 158.

¹⁹⁴ Segundo as informações obtidas com lavadeiras mais idosas moradoras da região, Abaeté era uma bonita figura masculina que mantinha um relacionamento amoroso com Yemanjá. Certa vez, passando pela lagoa à noite, Abaeté vê uma bela mulher com a qual vêm a ter envolvimento. Ciosa e ciumenta que era, Yemanjá toma conhecimento do sucedido e resolve vingar-se dos dois, fazendo a “vingança das divindades”, incendiando as águas da lagoa, porque descobriu que o mesmo iria casar-se com a outra. Para impedir que o fato chegasse às vias, matou a mulher e prendeu Abaeté dentro das águas: é por esse motivo que são escuras. A areia nesta narrativa, representa o véu da mulher/noiva que iria casar-se com ele.

fantásticos outrora ali existentes. Porém, dentre as narrativas, a mais marcante é de origem sacro-africana, segundo a qual aquelas águas representam o reinado e morada sagrada de “dona Oxum”, na tradição religiosa africana, rainha das águas doce e protetora da maternidade, o que confere um peso sacro-simbólico verificado nos cultos religiosos praticados no lugar.

Abaeté, Abaeté de Catu, Pisquilha, Lagoa dos Dois-Dois, Lagoa dos Urubus, Lagoa dos Pombos, Lagoa da Barragem, eis o complexo geo-hídrico que formava todo o Abaeté, utilizado pelas lavadeiras e seus companheiros pescadores e/ou aguadeiros, na realização dos serviços responsáveis pelo sustento de suas casas. A caminho das águas daquelas lagoas, eis as lavadeiras:



Foto: Acervo Iconográfico da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

Como é possível constatar nesta fotografia, um grupo de mulheres visivelmente negras, de gerações diferentes, carregam bacias e cestos contendo roupas para serem lavadas nas águas do Abaeté. As meninas (na frente) como até aqui está sendo salientado, possivelmente, se tratava das filhas que as acompanhavam.

Neste sentido, a análise da entrevista a seguir, realizada com uma idosa lavadeira que praticava o ofício na década de 1930, nesse lugar, nos permitiu inferir que as condições de trabalho, existencial e material não diferiam das outras mulheres que sobreviviam da lavagem de roupas no centro urbano de Salvador. De acordo com a ex-lavadeira Maria dos Santos, 86 anos, apelidada de D. Pitu, moradora do Abaeté, assim como as demais, ela:

“chegava 5 horas, 6 horas pra lavá no Abaeté, sentava no chão pra lava, no Abaeté, lavava de palha de nicuri, bagaço (...) chegava de manhã 6 horas e ia pra casa 5 horas da tarde, ficava com a bunda o dia inteiro dentro d’água (...) A gente ficava, uma ficava cantando, outra ficava dando risada, outra levava a timbucá delas pra elas tomá, e assim por diante, até chegá de tarde. De tarde vinha cada uma com sua bacia na cabeça, pra casa (...) Eu sei que o Abaeté era cheio de mato, ali no ponto que é o roteiro alto era lugá dos homi dá banho nos cavalo, condo (quando) eles chegava, na beira do Abaeté que a gente tava lavando, eles gritava: pode passá aí? Que a gente lavava, não tinha maiô naquele tempo, era um pano grosso, passado aqui pelo meio. A gente dizia pode, eles entrava, dava banho no cavalo dele lá, no morro, depois passava, e a gente ficava lavando. Era cheio de mato, de mato mermo. Se chegasse uma pessoa ali matava a gente, ninguém via”.

Como as demais lavadeiras, D. Pitu ia lavar na lagoa acompanhada dos seus filhos menores; se fosse sozinha, eles iam buscá-la no final da tarde, ajudando a carregar as sacolas, trouxas e latas de água. Acontecia de muitas mulheres que exerciam essa atividade estarem recém-paridas, ou com os filhos e filhas ainda pequenos (meses) e, mesmo assim, tinham que levá-los para a lida. Outras se dividiam entre amamentar e esfregar as peças ao mesmo tempo. A imagem a seguir também nos fornece elementos que balizam os trechos transcritos das falas da entrevistada, aqui utilizadas.

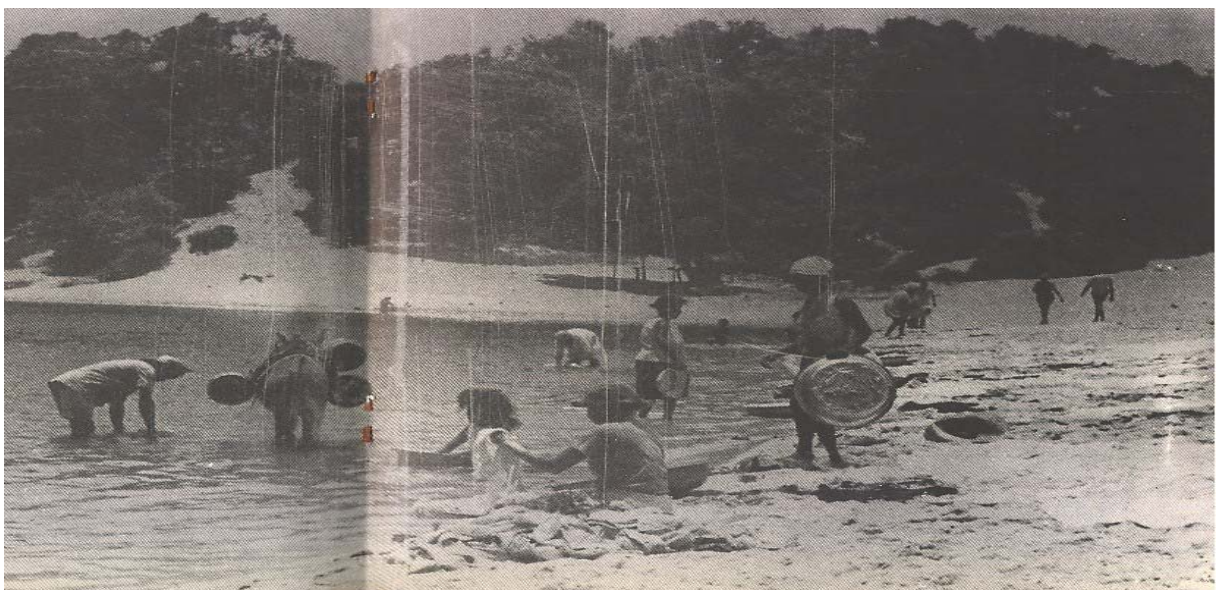


Foto: Acervo Iconográfico da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

A análise da fotografia nos permite constatar que o espaço era utilizado de diversas formas: nas lavagens de roupas pelas lavadeiras, para o abastecimento pelos aguadeiros, pelos pescadores, por demais pessoas que iam banhar-se, na realização de rituais sagrados do

candomblé, como a Festa do Presente¹⁹⁵; tudo ao mesmo tempo, contrariando um saber médico que pretendia *normatizar* as práticas e costumes da população. Quanto à utilização das águas para os usos domésticos no preparo dos alimentos, geralmente, utilizavam das águas da Lagoa da Barragem, que acreditavam possuir maior condição de ingestão. Ainda, a fotografia nos permite constatar que do ponto de vista étnico a população trabalhadora era formada quantitativamente por mulheres e homens afro-baianos.

As lagoas também eram espaços ruidosos, não apenas por conta das lavadeiras, pescadores e aguadeiros, mas pela quantidade de pessoas que por ali passavam diariamente, para trabalhar ou outras atividades. Havia uma geografia também trilhada pelas lavadeiras no seu dia-a-dia, que se iniciava com a saída de suas casas em direção à casa dos/das contratantes e destes lugares diretamente para os serviços. Por peças ou por trouxas, estavam elas cedo na faína diária, utilizando-se, para isso, de elementos/materiais da natureza que estavam à sua disposição como as palhas de nicuri, anteriormente mencionada, conferindo à prática de lavagem de roupas nessa região alguma peculiaridade. Separavam as peças coloridas das brancas e formavam “montes”, estabelecendo espécie de categorização e ainda separavam as peças leves (vestuário) das pesadas (calças e lençóis), conferindo à prática etapas que deveriam ser cumpridas à risca, sobretudo, porque visavam a otimizar o tempo. Da mesma maneira que as lavadeiras do centro da cidade não possuíam água encanada nem luz elétrica e tiveram que se valer da luz solar para trabalhar e dos pesados ferros mantidos à carvão, para passar as roupas.

Quanto ao tipo de clientela que contratava seus serviços, dos Santos salienta que algumas companheiras mesmo não passando por boas condições, se reservavam o direito de escolher os serviços que queriam realizar; mas ela não o fazia, porque as difíceis condições de vida não lhe permitia esquivar-se dos trabalhos. Para mulheres como ela, lavar roupa era a forma possível de manter a si e aos seus. Pagando pelos serviços, geralmente ela lavava:

“de qualqué pessoa, meu irmão. Queria meu tustão na minha mão. É, eu lavava tudo. Lavava a roupa de uma mulher que ninguém queria lavá, porque era imunda demais, e eu lavê (...) ninguém queria lava, uma criatura me disse: você pode lavá a roupa de Carminda!!!¹⁹⁶ Eu disse: o que é que eu vou fazer? Eu to ganhando meu dinheiro. Ela se foi, Carminda se foi e eu ainda tô aqui. Se ela dava o sabão. A gente tinha água de fartura”.

¹⁹⁵ Festa do Presente, ritual de oferenda dos presentes a Oxum, orixá das águas doces dos rios.

¹⁹⁶ Nome fictício.

Sobre questões relativas às práticas religiosas, lendas, moradia e sobrevivência, Maria dos Santos salienta que:

“A lavadeira se vestia, ia botá seus balainho de frô (flor), de sabonete, de tudo que tivesse. Lá no meio, afundiava, quem quisesse apanhá que fosse apanhá, eu que não ia apanhá nenhum (...) o que eu sê foi isso, tinha pato, sucutuiú (sucuri), jacaré, aruá, bobó, tudo tinha (...) Morava aqui nessa casinha pequenininha, tinha nada meu irmão (...) Tive doze graças a Deus. Eu não sei onde é a maternidade, sei a maternidade por que fui vê alguém, mas nunca precisê da maternidade (...) Lavava lá onde é, comê, os quatro roda, até ali eu lavê, ia sozinha e Deus, ai condo (quando) era mais tarde, chegava uma criatura, mas ia embora cedo, e eu ficava ali sozinha, até os menino ir me buscá, nunca ninguém me buliu”.



Foto: Acervo Iconográfico da Biblioteca Central do Estado da Bahia.

Nesta imagem nota-se a presença dos filhos e filhas das lavadeiras, que como já salientamos anteriormente, as acompanhavam ao longo do dia enquanto elas realizavam seus serviços. Naquele contexto, o que elas jamais supunham era que aquelas cenas e cenários se tornariam alvo dos discursos modernizadores tardios de cunho higienista-capitalista, o que inclusive, implicaria na tomada de decisões de muitas que resolveram deixar os seus serviços de lavagem de roupas, entendendo haver um descompasso entre *tradição, crença e modernidade*.

3.5 Mudanças e Permanências no ofício de Lavadeira

*“A modernage de agora qué mais nada?
Qué outras coisa”.*

M. dos Santos, lavadeira, 86 anos.

*“Eu mesmo num pego mais trouxa, que eu
acho trouxa o fim da picada!”.*

M. dos Santos, lavadeira, 36 anos.

Ao longo da pesquisa os documentos encontrados despertaram a necessidade de uma maior compreensão sobre esta temática na contemporaneidade. Neste sentido, este subtópico que trata das mudanças e permanências busca, através da documentação encontrada e das falas de algumas lavadeiras, discutir como o ofício de lavar roupas atravessou períodos da história brasileira a partir da lógica de transmissão de mãe para filha (s), tornado possível estabelecer entre elas a transmissão de conhecimentos relativos aos códigos de convívio com outras mulheres nas fontes, chafarizes, diques e lagoas.

A prática de lavagem de roupas, historicamente no Brasil, como forma de sustento e exercida eminentemente por mulheres, remonta aos tempos da escravidão através dos trabalhos das escravas de ganho. Pelo menos, nos aguadouros públicos, esta atividade se manteve quase exclusivamente no domínio feminino. Ao longo do estudo, a documentação trabalhada, as entrevistas com as antigas lavadeiras e os poucos trabalhos existentes e consultadas sobre o tema, não nos permitiram inferir sobre a existência de homens que tenham sustentado suas famílias na condição de “lavadeiro” de roupas.

Segundo Michele Perrot, *“o lavadouro é uma experiência histórica onde se pode ler uma prática feminina do espaço e do tempo, e simultaneamente a forma como ela foi excluída”*¹⁹⁷. Sobre a densidade da mão-de-obra feminina na realização dos serviços dos espaços domésticos, Mário Augusto da Silva Santos salienta que *“os empregados domésticos do sexo feminino são 4 vezes mais numerosos do que os homens, o que não é de estranhar dada a natureza da ocupação, tradicionalmente voltada às mulheres”*¹⁹⁸. De se estranhar ou não, é preciso salientar que, diferente dos homens que durante algum tempo, pelo menos na teoria, gozou do papel/lugar do provedor do lar, não lhes cabendo cuidar da administração diária deste, às mulheres coube a parte mais difícil, haja vista que, além das pesadas condições em que realizavam os trabalhos nos espaços externos às suas casas, dentro destas, ainda sobre suas

¹⁹⁷ Op. Cit., p. 231.

costas caíam mais pesadamente a realização dos serviços: lavar, passar, cozinhar, criar e, ainda, satisfazer aos caprichos sexuais dos seus companheiros.

Em Salvador, tais experiências de trabalho e condição de existência, ao longo da década de 1930, refletiram que as lavadeiras, muito embora não tivessem sido amparadas por nenhuma agremiação de caráter classista, nem por isso deixaram de estabelecer códigos, mecanismos e outras formas de conduta, o que colaborou para que, nos momentos de tensões nas diversas esferas, elas estivessem juntas e fortalecidas, buscando alternativas para superar os problemas que surgiam. É possível dizer que uma fatia da economia baiana era movimentada por mulheres, através dos serviços por elas exercidos no mercado de trabalho informal, pelo fato de serem, naquele contexto, maioria significativa da população do país.

No Nordeste¹⁹⁹, por exemplo, ainda que a lógica da família patriarcal tenha imperado historicamente, esse fator não impediu que, a partir de meados do século XX, boa parte das famílias tivesse passado a ser administradas e mantidas pelas mulheres, mesmo quando essas possuíam maridos ou companheiros dentro dos espaços domésticos. Assim, foi dessa maneira que:

“na Bahia, secularmente, negras sujeitas ou livres, foram incumbidas da tarefa de lavar, passar, cozinhar, arrumar, buscar água, fazer os despejos, ou seja, todas e quaisquer atividades de manutenção da casa, tanto que estas passaram a ser a elas identificadas como as mais capazes para o seu exercício”²⁰⁰.

A condição social das classes populares e o tipo/modo de trabalho historicamente exercido evidenciam a existência de *“traços estruturais da sociedade baiana em geral e, soteropolitana em particular, e suas origens remontam tempos bem distantes”²⁰¹*, nos quais os papéis, as funções sociais e as relações de trabalho foram se configurando a partir de uma perspectiva de sexo e não de gênero. Ao longo do século XX, se inaugura uma outra dimensão dessas relações, que passaram a se configurar na dimensão de *relações de gênero*.

Entretanto, os processos de transformações históricas acarretaram mudanças nos níveis sócio-econômico, político e cultural que acabaram por promover a introdução de uma nova série de elementos no cotidiano das práticas de lavagem de roupas, a começar pelo estabelecimento das associações e a criação/fundação de órgãos representativos, desaguando nas condições em que os serviços passaram a ser realizados. As mudanças ocorridas acabaram por promover o estabelecimento de olhares ora antagônicos, ora semelhantes entre as lavadeiras

¹⁹⁸ Op. Cit., p. 104.

¹⁹⁹ Cf. ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Op. Cit.

²⁰⁰ SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. Op. Cit., p. 95.

de gerações distintas sobre determinados aspectos dos significados daquelas inovações operadas, ou seja, de que maneira as mudanças foram percebidas na ótica e crítica das “velhas” lavadeiras e, como as “novas” se posicionaram quanto às de inovações, o que colaborou para que elas passassem a assumir outras posturas sobre seu trabalho e modo de vida.

De acordo com os Relatórios da Fundação Baiana para o Trabalho (FUNTRAB), órgão ligado a Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social (SETRABES), a partir de maio de 1977, o Programa de Apoio ao Trabalho Autônomo de Baixa Renda (PROAUTONOMO), através da criação de lavanderias dos Conjuntos Assistenciais vinculadas àquela Secretaria, passou a constituir-se em organismo de representação legal das trabalhadoras autônomas, visando a congregá-las em torno dos interesses e problemas comuns e favorecer no aproveitamento e valorização da mão-de-obra. Segundo os relatórios:

“A criação da Entidade constituiu por si só benefício de grande valia, uma vez que reuniu estes profissionais para apoio e defesa de interesses comuns. O primeiro resultado já se faz sentir com o direito adquirido pelos associados e orientação recebida quanto à regularização da situação junto à Previdência Social, uma vez que o INPS reconheceu a Associação como entidade representativa de classe e aceita a declaração de exercício da profissão por ela emitida.”²⁰²

A análise dos dados constantes nos relatórios a seguir sobre os trabalhadores autônomos vinculados ao Programa de Apoio ao Trabalhador Autônomo de Baixa Renda, nos permite inferir que o número de lavadeiras registradas é maior do que a soma das demais trabalhadoras vinculadas ao órgão:

NÚMERO DE BENEFICIADAS NO PROGRAMA/Salvador – 1979		
ASSOCIADOS	Nº.	%
Lavadeiras	538	62,60
Atendentes de Puericultura	193	22,50
Trabalhadoras Eventuais	128	14,90
TOTAL	859	100,00

As associações criadas nos bairros populares da cidade eram ligadas à Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social, dentre elas, a Associação de Lavadeiras Santa Luzia existente ao bairro Engenho Velho de Brotas, fundada no ano de 1977. Como as demais, a criação da A. L.

²⁰¹ CASTELLUCCI, Aldrin Armstrong Silva. Op. Cit., p. 47.

Santa Luzia, relacionou-se à necessidade de promover “*melhorias das condições de trabalho, a fim de obter maior rendimento com o menor desgaste físico e melhoria da renda familiar*”²⁰³. Dessa maneira, a inexistência de um sindicato favoreceu a que muitas lavadeiras buscassem naquelas associações, regularizar, do ponto de vista legal, condições que tornassem possíveis exercer as atividades de lavagem de roupas, amparadas nos direitos que preconizavam as leis de cunho trabalhistas, da mesma forma com relação à Previdência Social, visando a se beneficiar das garantias a que os/as demais trabalhadores/as tinham acesso. O interesse das lavadeiras pelas associações refletia-se na quantidade de trabalhadoras associadas, passíveis de verificação nas atas de reuniões e nas listas de pagamento das anuidades.

A criação das lavanderias dos Conjuntos Assistenciais não significou melhorias nas condições de trabalho e rendimentos para as lavadeiras. Basta dizer que os problemas quanto a não valorização dos serviços continuaram. Mesmo com a criação das associações, o preço irrisório pago pelos/as contratantes referentes às trouxas continuou baixo e, esse fato continuou não permitindo que as lavadeiras ao final do mês conseguissem somar quantias maiores que o salário mínimo pago aos trabalhadores assalariados na época, sendo pouco o número das que conseguiram alcançar àquela média salarial.

A faixa etária das associadas estava entre 40 e 50 anos de idade, com níveis de instrução escolar que variavam entre semi-analfabetas e analfabetas, sendo raríssimos os casos das que conseguiram completar os estudos referentes ao então existente 2º grau. Essa faixa etária revela que as lavadeiras mais idosas, em grande medida, não reconheciam naquelas associações órgãos significativos para representá-las, porque não valorizavam sua história, cultura e práticas cotidianas, o que contribuiu para que não tenham se identificado com os órgãos de representação criados. Promovendo outra *dizibilidade*, não registrar-se nas associações denota a adoção de uma postura de *resistência*.

De acordo os relatórios consultados, as lavanderias dos Conjuntos Assistenciais deveriam ser equipadas com máquinas de lavar-secar, ferros elétricos e mesa de passar. Entretanto, não foi o que aconteceu, e nesse sentido, podemos dizer sobre a emergência de outro problema: estruturas físicas (prédios) novos para condições de trabalho antigas, ou seja, os serviços continuaram a ser executados da mesma forma que antes. Assim, ao invés das máquinas elétricas de lavar, em larga medida, as bacias foram aos poucos sendo substituídas pelos tanques feitos de concreto armado. Nas poucas lavanderias em que foram instalados

²⁰² Cf. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. FUNTRAB - Fundação Baiana para o Trabalho. *Relatório de Atividades*. Salvador: Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social, 1979.

²⁰³ GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. FUNTRAB – Fundação Baiana para o Trabalho. *Relatório de Atividades*. Salvador-BA: Secretaria do Trabalho e Bem Estar Social, 1980.

aqueles aparelhos, inicialmente, ocorreu um processo de resistência por parte de algumas trabalhadoras que rejeitavam atrelar-se à maquinaria, já que, ao invés de executoras do trabalho, elas apenas passariam à condição de meras operadoras de botões, ou na pior das hipóteses, ainda que não tivessem consciência disso, parte das engrenagens das máquinas, fenômeno conhecido na história da humanidade com o advento da primeira Revolução Industrial ocorrida entre os anos de 1750 e 1760 na Inglaterra.

Segundo essa mesma lógica, com as lavanderias, elas passariam à sistemática da realização dos trabalhos através de uma carga horária pré-estabelecida e da divisão de trabalhos, além de assumirem outras responsabilidades como pagamentos das taxas de contribuição relativas à manutenção e fundo rotativo.

Muitas lavadeiras tiveram dificuldades de se “enquadrar”, não apenas nos esquemas de horários e modos de trabalho estabelecidos pelas Associações, mas dificuldades relativas à introdução daqueles novos elementos/instrumentos/aparelhos para a realização dos serviços de lavagem de roupas. De acordo com as informações obtidas, “*algumas lavadeiras recusaram-se a usar a máquina e os ferros elétricos, alegando serem ‘perigosos’ aparelhos*”²⁰⁴.

As mudanças introduzidas afetaram determinados aspectos na maneira como as lavadeiras realizavam seus serviços. A trouxa perdeu o lugar para as modernas sacolas e carrinhos de mão; as caminhadas nas ruas são menos frequentes e os transportes largamente utilizados; a utilização das águas dos aguadouros pelas torneiras dos tanques nas lavanderias dos Conjuntos Assistenciais ou nos quintais das suas casas, o que acarretou nesse aspecto, para que passassem a realizar sozinha e não mais em grupo os seus serviços, contrariando a continuidade dos costumes cotidianos como as práticas ruidosas do vozerio feminino nos lugares em que lavavam as roupas das pessoas que contratavam seus serviços.

Entre finais das décadas de 1980 e 1990, mais precisamente em setembro de 1992, as reformas urbanas que chegam à região do Abaeté se materializam na fundação do Parque Metropolitano do Abaeté. Neste lugar, outrora vila de pescadores e lavadeiras, a viabilização desta obra refletia os ambiciosos projetos de *modernização tardia* implementados pelo governo do Estado e prefeitura municipal. A concretização desse projeto interferiu na forma como as antigas lavadeiras utilizavam o lugar para realizar seus trabalhos.

Formado basicamente por lojas e bares, no Parque também foram construídas a Casa da Música e a Casa das Lavadeiras. Segundo os registros obtidos através das falas das próprias lavadeiras, a justificativa adotada pelos poderes competentes quanto à criação da Casa das Lavadeiras, relaciona-se à necessidade de preservação do meio ambiente, em sua fauna e flora.

²⁰⁴ Idem, p. 20.

A criação de um lugar específico para que as lavadeiras realizassem seus serviços, segundo foram informadas, dizia respeito à intenção de cuidar para que as águas escuras das lagoas não sofressem os impactos provocados pela introdução de produtos químicos como sabão, alvejantes e outros. O tom em que relembram dos processos de transformações do lugar pode nessa frase ser entendida: “*eles vieram, os homens do mundo (...) carapinando, carapinando (...) acabou tudo*”. Sobretudo porque além do Parque Metropolitano, outros projetos residenciais acabaram por interferir na rica vegetação existente.

As lavadeiras eram figuras tradicionais nas lagoas do Abaeté. Lavavam, criaram seus filhos, filhas, netos, netas, bisnetos e bisnetas com o labor das roupas. No ano de 1992, elas foram bruscamente relocadas para a Casa das Lavadeiras, que, como as lavanderias dos Conjuntos Assistenciais, seria equipada além das máquinas de lavar-secar e dos ferros, por outros artefatos como berçário e cozinha, porém, mais uma vez, as promessas não se efetivaram e, o tanque de concreto é o único utensílio que foi disponibilizado.

A *invenção* do Parque contribuiu para que, insatisfeitas, muitas lavadeiras, inclusive, tenham deixado de trabalhar. De acordo com M. dos Santos, 86 anos que dedicou oito décadas de sua vida a esse tipo de serviço na região,

“depois que fez a casa das lavadeira, as lavadeira, deixar de lavá, tão comprando é máquina, prá lavá em casa (...) A modernage de agora qué mais nada? Qué outras coisa (...) quem lava aí é bestera, é pouca gente que lava aí, não é como no Abaeté que era de lá do ponto até cá embaixo de gente, sentada na, no chão frio lavanu de bagaço de nicuri (...) Hoje tem escova, hoje tem produto, hoje tem isso, hoje tem aquilo. Que nada! Já lavê muito, hoje eu vejo o sujo no mermo, o sujo fica na merma, na opa (...) Antes, conto mais a gente via aquele negocinho, conto mais esfregava o bagaço (...) Tudo muda meu irmão, tudo muda mermo (...) Eu num vô mais lá, o que eu quero vê?”.

Os discursos que emergem através das falas das “novas” lavadeiras da região do Abaeté também nos permitem evidenciar outros *olhares, sentidos e significados* sobre as mudanças ocorridas, assim como das dificuldades que ainda encontram para trabalhar e como esse fato atinge à sua condição social. Nos relatos obtidos, pudemos perceber a emergência de discursos calcados num misto de *tristeza e saudade*.

Herdeiras das histórias de luta, resistência e gozo de outras mulheres que lhes antecederam, na atualidade, em larga medida, as lavadeiras ainda passam por algumas dificuldades de sobrevivência e trabalho, desde as fatigantes caminhadas até os atrasos nos pagamentos de certos/as contratantes. Diferente das outras lavadeiras que apenas lavavam para fora, estas também estão vendendo seus serviços dentro dos limites das relações de parentesco.

Seja de perto ou longe das suas casas, elas lavam para todo o tipo de pessoas que solicitem os seus serviços.

Mesmo acertando antecipadamente, atrasos e calotes continuam episódios presentes no cotidiano das lavadeiras. Neste sentido, muitas precisam inventar estratégias para não ser “lesadas” pelos/as fregueses/as. Filha de pescador e ex-lavadeira, M. dos S., 36 anos, relata um caso em que teve que chegar as vias de fato com uma contratante, chegando à casa da referida “caloteira” que lhe devia há cinco meses, antes das seis horas da manhã, a fim de ver honrado o contrato que estabeleceram. Segundo relata;

“Ainda existe caloteiro (...) Rapaz, eu mesmo me resolvo com o caloteiro, na base da, até mesmo da porrada, porque depois de ter lavado, eu quero meu dinheiro (...) Eu tive que ir lá de manhã cedo na casa dela, entendeu? Ai, peguei ela de supetão, ela não teve como dizer que não tinha e, eu disse: eu quero meu dinheiro, só saiu daqui com meu dinheiro. Ainda disse a ela e, não vai ser mais aquele valor que eu falei no acerto, vai ser outro”.

O atraso do pagamento acabou por colocá-la na condição de cobrar pela mora. Como sempre fizeram, estabelecem primeiramente o modo e as condições em que os serviços serão feitos: lavar; passar; lavar e passar; cobrar por peças; cobrar por trouxas; pagar por mês; etc. Dessa maneira, o modo e a quantidade são devidamente pensados devidos ainda ao uso da energia elétrica. Diferente do tempo em que lançavam mão dos pesados ferros mantidos com carvão, agora elas precisam pagar as contas de energia elétrica.

Informam que muitos/as contratantes dizem achar absurdo que elas cobrem um ou dois reais por peça, e nesse sentido, muitas optam pelas trouxas porque combinam um número específico de peças. Quando os/as fregueses/as resolvem colocar peças maiores como cortinas, redes e edredons, aí o preço das trouxas fica mais caro.

De acordo com os depoimentos quanto às dificuldades diárias encontradas, na maioria dos registros aparece também o fator peso, devido estarem lavando há muito tempo e na maioria dos casos, não disponibilizar mais dos filhos/as para ajudá-las, dividindo com elas as pesadas trouxas e sacolas, até porque muitas estão preferindo que eles/elas estejam nas escolas para galgar algo que elas não conseguiram. Assim, as suas condições físicas, mesmo que jovens em idade, não lhes permitem mais carregar brejeiramente as trouxas como antes. Inclusive, a própria M. dos S. de 36, salienta que:

“A bacia hoje em dia já pesa um pouco sabe? Porque eu já venho pegando desde cedo esse peso. Ai resultado, eu dou não sei quantas viagens em casa como agora cê viu né? Trouxe uma viagem, ai fui em casa peguei outra, e na hora de ir, se eu não secar,

caso o tempo estiver ruim, eu tenho que fazer a mesma coisa (...) Eu mesmo não pego mais trouxa, que eu acho trouxa o fim da picada! Já peguei tanta trouxa, que hoje eu prefiro vim assim oh, na sacola. Não posso mais carregar (...) Eu já fui levá e já trouxe tanta trouxa pra minha mãe que minha mãe lavava. Eu acho trouxa o fim da picada”.

Na Casa das Lavadeiras do Parque Metropolitano do Abaeté, elas lavam de segunda a sábado, exceto domingos²⁰⁵ e feriados para um vasto perfil de contratantes. Até mesmo os turistas que veraneiam nas redondezas têm o costume de solicitar pelos serviços e aproveitam para fazê-las de cartão postal, pedindo para que lhes permitam fotografá-las com bacias e trouxas na cabeça, fato que denota o quanto elas ainda figuram como personagens da vida real.

O lugar continua ao longo de sua história como espaço sagrado onde os adeptos dos cultos sacro-africanos costumam freqüentar para fazer suas oferendas e cultuar os elementos da natureza ali presentes. Durante muito tempo, as lavadeiras promovem a Festa das Lavadeiras ou do Presente, nas margens das águas escuras da Lagoa. Esta tradição vem se reelaborando ao longo dos anos, não possuindo o mesmo fervor sagrado como dantes. Neste evento oferendam *presentes* a Oxum, divindade das águas doces, agradecendo por uma série de coisas, tais como: maternidade/criação/saúde dos seus/suas filhos/as, por não lhes faltar-lhes alimento nas suas casas, por livrar-lhes dos acidentes, das mortes, dos afogamentos ou por uma dezenas de outros motivos.

Entretanto, as mudanças ocorridas no Abaeté contribuíram para que as antigas lavadeiras deixassem de se envolver na realização de tal evento, que na atualidade tem outra configuração. As celebrações que faziam às margens das lagoas foram substituídas pelas comemorações em torno do aniversário de fundação do Parque do Abaeté/Casa das Lavadeiras durante o mês de setembro. No lugar dos numerosos balaios das flores e perfumes como costumavam fazer, durante o dia elas agora dançam e cantam regados a músicas e comidarias de todos os tipos.

Quanto às práticas religiosas, notamos que, ao longo das entrevistas, quando tentamos estabelecer uma ligação entre a Festa do Presente como um pertencimento religioso, muitas declararam ser de outros seguimentos que não o Candomblé, tais como: evangélicas, protestantes, católicas e espíritas. Porém, quando solicitadas a que falassem sobre a festa, todas utilizaram um rico vocabulário e repertório de informações relativos aos preceitos da religião *afrobaiana*.

“Quem é registrado no afro pode fazer aqui... pode fazer o que quiser. Arriar alguma coisa, usar a água, né? Porque a água no Candomblé é muito usada, principalmente, água de rio”.

Afirma a lavadeira que declara não ter nenhum conhecimento e ligação com as crenças religiosas africanas.

Quanto às formas de morar, diferente das antigas lavadeiras, mesmo não possuindo um lastro econômico que lhes permitam o básico para sobrevivência digna e com respeito, algumas declararam morar em casa própria ou em casa cedida por parentes. *“Eu fico imaginando o povo que come com o aluguel no prato”*, haja vista que a margem de recebimento mensal a que têm acesso varia entre 50 e 280 reais. Mesmo com tantos percalços e dificuldades, elas declaram que, dentro do possível, acreditam estar criando “bem” os/as filhos/as. À altura dos seus 55 anos, M. dos A. da Silva, lembrando-se da sua trajetória, diz:

“(...) eu não tinha prazer, nem tenho prazer de lavá (...) eu aprendi a gostá de fazê isso. No momento o que eu sabia mesmo era lavá roupa, por que eu sou semi-analfabeta (...) era o que me proporcionava a criar meus filhos (...)”.

Trajetória comum a muitas mulheres que utilizaram como válvula de escape para as tensões econômicas e sociais de sobrevivência, dos serviços disponíveis no mercado informal de trabalho da economia baiana. Na atualidade algumas estabeleceram como prioridade educar seus/as filhos/as, porém, ainda lembram do tempo em que precisavam levá-las para as lagoas por não ter onde e nem com quem deixá-los/as:

“(...) eu tinha um filho que, eu vinha lavá roupa e, ele mamava no peito, aí as vezes, eu tava lavando roupa e ele queria peito e eu não queria interromper pra puder dá o peito a ele. Ele botava a cabeça aqui na minha coxa e, mamando mesmo eu lavava. As vezes ele até pegava no sono: a metade do corpinho dentro d’água, a metade da cabeçinha na minha perna”.

²⁰⁵ Para aumentar os proventos do mês, neste dia muitas exercem outros tipos de trabalhos como baianas de acarajé, vendedoras de amendoim, bebidas alcoólicas em eventos, vendedoras de flores em bares, dentre uma variada gama de atividades.



Jean Lopes. *A lida*. Riscos, 2005.

Entretanto, outras ainda continuam sendo acompanhadas por suas filhas, que, como elas, desde pequenas vão se iniciando na seara do ofício, aprendendo os códigos, as linguagens *os poderes*. Aos 41 anos de idade, A. C., por não ter com quem deixar suas filhas, geralmente, quando estas não estão na escola, as leva para o tanque. A fotografia a seguir mostra a filha de uma lavadeira, menina de nove anos de idade, que mal alcança as torneiras e precisa colocar um balde como auxílio para chegar à altura necessária para lavar. Quando está com a sua mãe nos tanques, ela a ajuda na lavagem das peças de roupa mais leves.

Dessa maneira, o que assistimos é à perpetuação de um ciclo hereditário de práticas femininas, num contexto de uma tão propalada conquista feminina nas diversas esferas sociais. A fotografia a seguir pode ser tomada como referência para o que temos dito sobre a existência de uma espécie de hereditariedade das práticas de lavagem de roupas no seio familiar, existente ainda aos nossos dias. Uma criança com seus aproximados nove anos de idade que quando não está na escola, ajuda sua mãe no serviço de lavagem de roupas, tendo para isso que se valer de um artifício (apoio) como banquinhos ou baldes para alcançar a altura da torneira e lavanderia :



Foto: Francisco Nunes, 2005.

A lavadeira, mulher que historicamente dependeu dos cursos d'águas para o sustento de suas famílias, trabalhavam em pé, sentadas ou de joelhos, desde o tempo em que não havia água canalizada, lavando uma grande quantidade de roupas provenientes tanto das casas das famílias abastadas, como para todo tipo de pessoas. Diariamente, o número de trouxas geograficamente distribuídas pela sua casa, indica a soma possível a que ao fim do mês irá arcar com a manutenção das despesas domésticas, quase nunca pessoais.

Espécie de ritual, a lavagem de uma trouxa ainda pode durar cerca de três dias, haja vista a necessidade, primeiro, de contar com as condições climáticas; segundo, pela necessidade de separar as peças a partir das cores, tamanhos e tecidos, o que conduz a lavagem por partes; terceiro, as repetidas esfregas e enxágües; quarto, pelo tempo em que a roupa fica de “molho”, que pode perdurar de um dia ao outro; quinto, o tempo do “corador”²⁰⁶, de menor duração quando comparado ao da etapa anterior e sexto, a secagem, mais uma vez, levando-se em consideração a disponibilidade de luz solar.

²⁰⁶ O coradouro funciona como lugar onde as lavadeiras expõem as roupas umedecidas e ensaboadas ao sol, para que as peças alvejem.

Filha de lavadeira, nascida e criada na região do Abaeté, A. C. recorda o tempo em que com habilidade fazia a rodilha²⁰⁷, e sobre essa, colocava na cabeça cerca de vinte quilos referentes ao peso das bacias repletas de roupas molhadas, ruas acima e abaixo do Abaeté. Refletindo sobre as mudanças ocorridas no lugar, ela lembra que como eram realizados os serviços nas lagoas, dizendo:

“Lavava na lagoa, né? Depois que fizeram isso aqui, que passou a gente pra aqui (...) ninguém se conforma (...) que eu queria que fosse lá ainda queria viu... era bem melhor”.

Entretanto, como as demais, informa não mais suportar o peso das trouxas, que tem lhe causado cansaços físicos e, diferente das que utilizam sacolas para levar as roupas, ela utiliza um carrinho de mão para conduzir as roupas até o lugar em que lava e deste para sua casa e as dos fregueses. Sobre o significado da criação de seus filhos e dos aspectos de sobrevivência econômica, A. C. salienta que:

“A gente que tem filho, que não tem marido, que acaba sozinha. O salário não dá não; o dinheiro da roupa não dá não. Agora como a gente não acha emprego, não pode ficar parada”.

Não ficar parada quer dizer, realizar outros serviços que apareçam como as faxinas, trabalhos domésticos na condição de diaristas, ambulantes, dentre uma infinidade de serviços.

Enfim, refletindo sobre as mudanças e permanências das práticas cotidianas relativas aos trabalhos das lavadeiras, verificadas ao longo dos anos da década de 1930, quando comparadas com as práticas atuais, nos resta dizer que do ponto de vista do universo referentes a este tipo de ocupação funcional, a cidade de Salvador à altura dos anos 1930-1939 cotidianamente assistia a um constante desfile de mulheres que ladeavam ruas acima e abaixo em busca de trabalhos que garantissem a sobrevivência e a manutenção dos seus lares e famílias. Muito embora não figurem mais como personagens constantes dos cenários urbanos ou metropolitanos, as lavadeiras continuam exercendo suas atividades, utilizando-se para isso, de outros códigos, outras linguagens, outros novos-velhos problemas.

Como assinalou Hildegardes Vianna, não era difícil reconhecer as lavadeiras nas ruas de Salvador, haja vista, transladarem com as antigas trouxas à cabeça. Entretanto, como já discutimos anteriormente, as “novas” lavadeiras estabeleceram outras formas de conduzir as

²⁰⁷ Panos enrolados em forma de coroa e colocados na cabeça para equilibrar e diminuir o impacto do peso das bacias, latas d'água e trouxas de roupa. Uma rodilha mal feita poderia conduzir as lavadeiras a pequenos acidentes.

roupas das pessoas que contratam os serviços. Em época de intensificação das relações propostas pelo advento da globalização, mudar a forma de condução das roupas pode também estar relacionado há uma série de fatores, por exemplo, aos novos ideais de estética visual, que têm contribuído para que as pessoas, independente de gênero, não se sintam à vontade para carregar sacolas e sacos como outrora faziam.

Salvador que, durante mais de três séculos teve nos aguadouros públicos lugares exclusivos não apenas para o abastecimento das casas e estabelecimentos comerciais, realização de como a lavagem de roupas, automóveis, e uma centena de serviços, passou a ter nos sistemas de abastecimento os sinais não apenas de mudanças nas práticas e uso relativos à água. Tal fato também inaugurava o desenvolvimento de um novo “imaginário” sobre aquelas práticas e usos. Os aguadouros de outrora onde as lavadeiras realizavam seus serviços, deram lugar aos frios tanques de concretos nos quais outras dimensões de sociabilidades se desenvolveram.

Neste universo de mudanças, as querelas e *disse-que-disse* não conseguiram ser superadas. Isso denota o quanto continuam tensas as relações entre pessoas na dimensão do trabalho referente a quem está contratando e a quem está sendo contratado em qualquer que seja a área de atuação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa em História Social tem permitido aos historiadores lançar *outros* olhares sobre os significados da escrita e produção historiográfica. Isso implica em dizer que constantemente as pesquisas produzidas são revisitadas e, a partir delas, outras possibilidades de estudos *emergem*. A História enquanto ramo do conhecimento voltado para o registro das experiências humanas ainda tem muito que fazer/dizer, levando-se em consideração que não é possível exaurir as temáticas de forma a apresentar sobre elas versões definitivas eivadas de *pseudo* verdades.

Pensar e produzir historicamente implica também em dar visibilidade a outras formas de participações, lutas, falas, gestos, dores, amores e *dissabores* humanos, buscando rastrear nestas manifestações dos sujeitos suas leituras de mundo, enquanto seres que participam ativamente e cotidianamente das tramas históricas através das suas lutas diárias nos trabalhos, nos palcos, nas esquinas, hospitais, terreiros, becos e vielas, restituindo e dando visibilidade a questões outrora postas no silêncio.

Há que tecer uma história na qual a ponta do *fi* permita entender toda a lógica do *romano*. Há que se proporcionar o encontro dos simples sujeitos cotidianos com a sua própria história, dando-lhes a oportunidade de preencher lacunas de sua existência, com elementos, dos quais a história não cessa de negar-lhes acesso. É preciso que se promovam aproximações entre as suas experiências de vida com as práticas ainda distantes dos salões acadêmicos fechados nos seus *muros e linguagens*.

Fazer História com Literatura, nesse sentido, é buscar outra *possibilidade* de leitura dos signos históricos, tendo o texto literário como outra dimensão de leitura dos diversos cotidianos históricos nas sociedades, levando-se a dimensão *espaço-tempo*, buscando com isso, estabelecer nexos entre os diversos tipos de documentos e fontes.

Ao longo desta pesquisa, a partir das obras *Suor* (1934) e *Capitães da Areia* (1937) de Jorge Amado, buscamos estabelecer relações entre as experiências de vida das lavadeiras enquanto personagens da narrativa literária amadiana com os relatos sobre as mulheres que entre os anos de 1930 e 1939 trabalhavam em Salvador como lavadeiras, utilizando para isso das notas e matérias extraídas dos jornais *Diário de Notícias* e *A Tarde* para o mesmo período em questão. As análises realizadas nos permitiram alongar a perspectiva inicial, buscando na atualidade verificar através das falas de antigas e novas lavadeiras, em que medida ainda são

feitos os serviços de lavagem de roupas trazendo à cena aspectos relativos às mudanças e permanências neste trabalho.

De certo, várias lacunas poderão ser encontradas ao longo do texto. Evidentemente, isso quer dizer que nenhum trabalho é por si só capaz de apresentar-se concluído. Redizendo, é possível que tenha escapado das abordagens outros elementos que possam ter passado despercebidos. Mas percebê-los poderá conduzir outras análises e abordagens.

Resta dizer que pensar História através da Literatura é também analisar os caminhos possíveis percorridos pelos literatos como de leitores-produtores de história dentro de um contexto em que também atuam ou atuaram como sujeitos históricos.

FONTES

1. DA OBRA DE JORGE AMADO

- *Suor* (1934)
- *Capitães da Areia* (1937)

2. INSTITUTO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO DA BAHIA (IGHBA)

Jornal Diário de Notícias

- Período: janeiro de 1930 a dezembro de 1939

Jornal A Tarde

- Período: janeiro de 1930 a dezembro de 1939

3. BIBLIOTECA CENTRAL DO ESTADO DA BAHIA (BCEBA)

Jornal Diário de Notícias

- Período: janeiro de 1930 a dezembro de 1939

Jornal A Tarde

- Período: janeiro de 1930 a dezembro de 1939

4. ARQUIVO HISTÓRICO DA PREFEITURA DE SALVADOR (AHPMS)

MANUSCRITOS:

Relatórios sobre Saneamento da Cidade de Salvador

- Período: década de 1930

Análise Documentada da Administração do Sr. Juracy Magalhães

- Período/ano: 1933

Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado, J. J. Seabra

- Período/ano: 1912

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2ª ed., Recife: FJN, 2001.
- ALMEIDA, M^a Amélia F. de. *Feminismo na Bahia (1930-1950)*. Salvador-BA: FFCH/UFBA, 1986, (Dissertação de Mestrado).
- ANDRADE, Maria José de Souza. “A estrutura e os fundamentos da Colonização Portuguesa no Brasil do Século XVI”. In: NEVES, Vera Mendes da Costa (org.). *As Terras do Brasil e o Mundo dos Descobrimentos* Salvador: SEC/IAT/Boanova, 2000.
- ANDRADE, Mário José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador, 1811-1888*. São Paulo: Corrupio, 1988.
- AZEVEDO, Thales de. *As elites de cor numa cidade brasileira: um estudo de ascensão social & classes sociais e grupos de prestígio*. 2ª ed., Salvador: EDUFBA/EGBA, 1996.
- CANDIDO, Antonio. *Literatura e Sociedade. Estudos de Teoria e História Literária*. 5ª ed., São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- CARVALHO, José Murilo de. “O povo do Rio de Janeiro: bestializados ou bilontras”. In: *Revista do Rio de Janeiro*. RJ-Niteroi, vol. I n^o. 3, 1986.
- CASTELLUCCI, Aldrin. *Indústrias e Operários baianos numa conjuntura de crise, (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004.
- CHALHOUB, Sidney. “Diálogos políticos em Machado de Assis”. In: _____ (org.). *A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- _____. “Classes perigosas”. In: *Revista Trabalhadores*. São Paulo-Campinas: Unicamp, 1990, n^o. 06.
- CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- _____. “Literatura e História”. In: *Revista de História*. Rio de Janeiro: PPGHS/UFRJ, n^o. 1, 2000.
- CUNHA, Eneida Leal. *Cenas e Cenários da Cidade Negra*. Salvador: UFBA, 1997, (Texto apresentado na PUC/RJ no Seminário Literatura e Experiência Urbana).
- DAVID, Onildo Reis. *O inimigo invisível: epidemia na Bahia do Século XIX*. Salvador: EDUFBA; Brasília: Sara Letras, 1996.
- ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador, Vol. I: Uma História dos Costumes*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- FERREIRA FILHO, Alberto Heráclito. *Salvador das Mulheres: condição feminina na Belle Époque imperfeita*. Salvador: FFCH-UFBA, 1994, (Dissertação de Mestrado).
- FONSECA, Aleilton e PEREIRA, Rubens (orgs.). *Rotas e Imagens: literatura e outras viagens*. Feira de Santana-BA: UEFS/PPGLDC, 2000.
- FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. 21ª ed., São Paulo: Graal.

_____. *A ordem do discurso*. 3ª ed., São Paulo: Loyola, 1996.

FREITAS, Marcus Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. 3ª ed., São Paulo: Contexto, 2000.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de Economia Patriarcal*. 9ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1958.

_____. *Manifesto Regionalista*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais/MEC, 1967.

_____. *Bahia e Baianos*. Salvador: Fundação das Artes/EGBA, 1990.

GINSBURG, Carlo. *Olhos de Madeira. Nove reflexões sobre a distância*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001.

GLEDSON, John. *Machado de Assis: impostura e realismo*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

GOMES, João Carlos Teixeira. “Da Ideologia do Pessimismo à Ideologia da Esperança”. In: TAVARES, Luiz Henrique Dias (org.). *Jorge Amado. Ensaios sobre o autor*. s/d.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 10ª ed., Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 6ª ed., Rio de Janeiro: José Olympio, 1971.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. 6ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2000.

LE GOFF, Jacques. *História Nova: novos objetos, novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1998.

_____. “O Historiador e o Homem do Cotidiano”. In: _____. *O maravilhoso e o cotidiano no Ocidente Medieval*. Lisboa: Edições 70, 1985.

LEITE, Rinaldo C. Nascimento. *E a Bahia Civiliza-se: ideais de civilização e cenas de anti-civilidade em um contexto de modernização urbana. Salvador (1912-1916)*. Salvador: FFCH/UFBA, 1996, (Dissertação de Mestrado).

LOPES, José Sérgio Leite. “História e Antropologia”. In: *Anais do Seminário Fronteiras na História*. Revista do Departamento de História. Minas Gerais: FAFICH/UFMG, nº. 11, jul. 1992.

MARICONI, Ítalo (org.). *Os cem melhores contos brasileiros do século*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MATTOSO, Kátia de Queirós. *Família e Sociedade na Bahia do Século XIX*. São Paulo: Corrupio, 1988.

MILTON, Heloísa Costa. “O Romance Histórico e a Invenção dos Signos da História”. In: CUNHA, Eneida, L. e SOUZA, Eneida M. (org.). *Literatura Comparada: ensaios*. Salvador-BA: EDUFBA, 1996.

MONTEIRO, Hamilton de Mattos. *Nordeste Insurgente, (1850-1890)*. 3ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEVES, Erivaldo Fagundes. *História Regional e História Local: fragmentação e recomposição da história na crise da modernidade*. Salvador: Arcádia, 2002.

NEVES, Vera Mendes da Costa (org.). *As Terras do Brasil e o Mundo dos Descobrimentos*. Salvador: SEC/IAT/Boanova, 2000.

PALAMARTCHUK, Ana Paula. “Jorge Amado: um escritor de putas e vagabundos?” In: CHALHOUB, Sidney. *A História Contada: Capítulos de História Social da Literatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

OLIVEIRA, Josivaldo Pires de. *PELAS RUAS DA BAHIA: Criminalidade e Poder no universo dos Capoeiras na Salvador Republicana (1912-1937)*. Salvador-BA: FFCH/UFBA, 2004, (Dissertação de Mestrado).

PEIXOTO, Afrânio. *Breviário da Bahia*. Ministério da Educação e Cultura, 1980.

PERROT, Michele. *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

PRADO JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. 23ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1977.

PRIORE, Mary Del. “História das Mulheres: as vozes do silêncio”. In: FREITAS, Marcos Cezar (org.). *Historiografia Brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 2000.

REUTER, Yves. *Introdução à análise do romance*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

RISÉRIO, Antonio. *Adorável Comunista: história política, charme e confidências de Fernando Sant’Anna*. Rio de Janeiro: Versal, 2002.

ROBERTO, Martinha Geraldo. *A questão da injustiça social em Capitães da Areia*. Minas Gerais: UFOP, 1995, (Monografia).

SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. *Fogões, Pratos e Panelas: poderes, práticas e relações de trabalho doméstico, Salvador 1900-1950*. Salvador: FFCH/UFBA, 1998.

SANTOS, Mário Augusto da Silva. *Sobrevivência e Tensões Sociais, Salvador (1890-1930)*. São Paulo: USP, 1982, (Tese de Doutorado).

SILVA, José Calasans Brandão da (org.). *A Revolução de 1930 na Bahia. Documentos e Estudos*. Salvador: FFCH/UFBA, 1980.

SIMÕES, Ida Maria Drummond. *O preto baiano nos romances de Jorge Amado*. Salvador: ILUFBA, s/d, (Dissertação de Mestrado).

SOARES, Cecília Moreira. *Mulher negra na Bahia do século XIX*. Salvador: FFCH-UFBA, 1994, (Dissertação de Mestrado).

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, (1870-1930)*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.

TAVARES, Luiz Henrique Dias (org.). *Jorge Amado: Ensaios sobre o escritor*. Salvador: EDUFBA. s/d.

VAINFAS, Ronaldo. *Domínio da História*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

VIANNA, Hildegardes. *A Bahia já foi assim*. 2ª ed., São Paulo: GRD, 1979.

VILHENA, Luis dos Santos. *A Bahia no Século XVIII*. Bahia: Itapuã, 1969.

ANEXOS:
Casa das Lavadeiras/Abaeté



IMAGENS EXTERNAS: Casa das Lavadeiras, 2005.



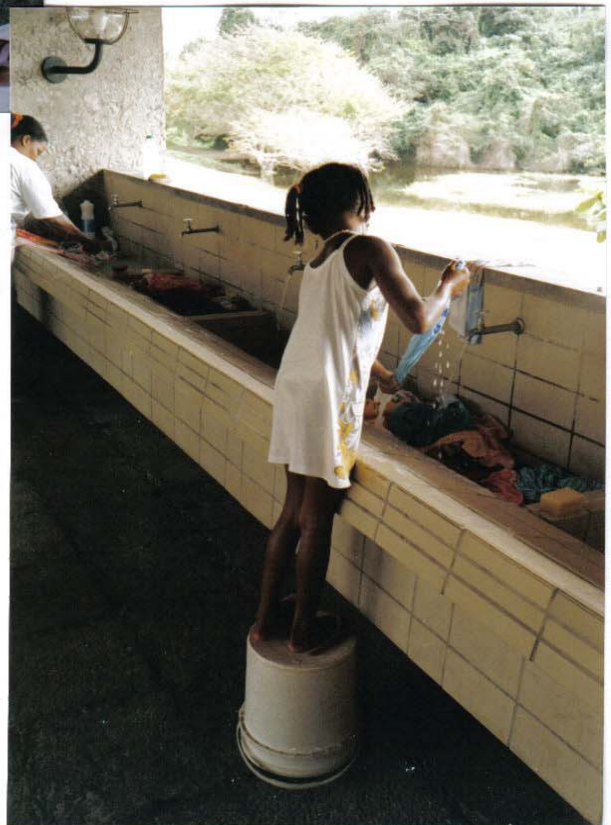
IMAGENS INTERNAS: Casa das Lavadeiras. O Tanque, 2005.



IMAGENS INTERNA-EXTERNA: Casa das Lavadeiras. O Tanque e o Corador, 2005.



IMAGENS INTERNAS: Casa das Lavadeiras. Lavadeiras, 2005.



IMAGENS INTERNAS: Casa das Lavadeiras. A menina no Tanque, 2005.